

Veículo: Bahia Econômica	Online
Data: 06/07/2021	Coluna: Notícias



## BAHIA PERMANECE EM 2º O LUGAR NO RANKING DE INVESTIMENTO



6 Julho, 2021

A despeito das sucessivas crises econômicas brasileiras nos últimos anos, de ser o estado do Nordeste com a maior porção do território no semiárido e de ter uma das menores arrecadações per capita do país em função da expressiva população de baixa renda, a Bahia consolidou-se na segunda posição em investimentos públicos entre os estados brasileiros, totalizando R\$ 15,4 bilhões desembolsados desde 2015. A explicação para este desempenho, de acordo com o secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitório, está no modelo de gestão que concilia qualidade do gasto público e modernização do fisco.

De um lado, o Estado soma economia real de R\$ 7,8 bilhões nas despesas com a manutenção da máquina administrativa desde 2015, e do outro a arrecadação do ICMS baiano vem crescendo acima da média nacional nos últimos anos: a participação da Bahia no cômputo nacional de arrecadação do imposto acaba de chegar a 5%, tendo partido de 4,22% em 2012.

De acordo com o **secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitório**, os avanços na arrecadação resultam da modernização tecnológica do fisco, do combate à sonegação e do esforço dos servidores fazendários. Já a qualificação do gasto público, esclarece, é um trabalho permanente, deflagrado na primeira gestão do governador Rui Costa, envolvendo o controle de despesas em atividades-meio a partir de uma coordenação especializada com sede na Sefaz-Ba. “Esta economia libera recursos para manter o Estado funcionando e seguir ampliando os investimentos”, afirma.

Cautela

“São movimentos complementares que resultam em preservação do equilíbrio fiscal mesmo num período de sucessivas crises e nos permitem não apenas manter o ritmo dos gastos qualificados, de forma a preservar a capacidade do Estado de contribuir para a recuperação da economia, como também assegurar que o setor público siga funcionando plenamente”, observa o secretário.

Ele ressalta, no entanto, que o cenário econômico brasileiro ainda é instável ante os problemas na gestão da pandemia por parte do governo federal. “É preciso manter a cautela e o controle sobre as despesas, porque o ritmo de vacinação segue muito lento e sujeito a interrupções, ainda se fala em risco de piora nos índices da pandemia e este quadro pode afetar o desempenho econômico do país no segundo

semestre”.

Capacidade de pagamento

Lembrando as dificuldades registradas nos últimos anos em vários estados brasileiros que têm atrasado salários e apresentado dificuldades em cumprir seus compromissos, Vitório lembra que a Bahia mantém-se em dia com o funcionalismo e com os fornecedores. “Esta capacidade de honrar os compromissos é fundamental tendo em vista o grande peso do orçamento público em nossa realidade econômica e social”, ressalta.

A Bahia, além disso, acaba de obter a nota B na Capag (Capacidade de Pagamento), indicador produzido pela STN – Secretaria do Tesouro Nacional para avaliar saúde fiscal dos estados e municípios. A classificação atesta a boa gestão das contas pelo governo baiano e o torna apto a contar com o aval da União na contratação de operações de crédito destinadas a novos investimentos. A Bahia saiu-se bem nas três categorias avaliadas pela STN: Liquidez, Endividamento e Poupança Corrente.

Baixo endividamento

O governo baiano encerrou o primeiro quadrimestre de 2021 com a dívida consolidada líquida equivalendo a 50% da receita corrente líquida, um dos melhores perfis do país, muito abaixo do limite máximo estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que é de 200%. “Significa que a Bahia poderia hipoteticamente pagar sua dívida com metade da receita, enquanto a lei considera aceitável que os estados se endividem até o limite de duas vezes a receita”, lembrou o secretário.

A situação é bem mais confortável que a dos maiores estados do país: o Rio de Janeiro tem uma dívida que equivale a 281% da receita, no Rio Grande do Sul a relação é de 206%, em Minas Gerais, de 176% e em São Paulo, de 149%.

Foto: Shirley Stolze / A Tarde

Veículo: Gov Bahia	
Data: 06/07/2021	
<b>Cita o secretário</b>	



## Economia de gastos e modernização do fisco garantem investimentos da Bahia

6 julho 2021



Foto: Pedro Moraes/GOVBA

A despeito das sucessivas crises econômicas brasileiras nos últimos anos, de ser o estado do Nordeste com a maior porção do território no semiárido e de ter uma das menores arrecadações per capita do país em função da expressiva população de baixa renda, a Bahia consolidou-se na segunda posição em investimentos públicos entre os estados brasileiros, totalizando R\$ 15,4 bilhões desembolsados desde 2015. A explicação para esse desempenho, de acordo com o **secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitório**, está no modelo de gestão que concilia qualidade do gasto público e modernização do fisco.

De um lado, o Estado soma economia real de R\$ 7,8 bilhões nas despesas com a manutenção da máquina administrativa desde 2015, e do outro a arrecadação do ICMS baiano vem crescendo acima da média nacional nos últimos anos: a participação da Bahia no cômputo nacional de arrecadação do imposto acaba de chegar a 5%, tendo partido de 4,22% em 2012.

Segundo **Manoel Vitório**, os avanços na arrecadação resultam da modernização tecnológica do fisco, do combate à sonegação e do esforço dos servidores fazendários. Já a qualificação do gasto público, esclarece, é um trabalho permanente, deflagrado na primeira gestão do governador Rui Costa, envolvendo o controle de despesas em atividades-meio a partir de uma coordenação especializada com sede na **Sefaz-Ba**. “Esta economia libera recursos para manter o Estado funcionando e seguir ampliando os investimentos”, afirma.

### Cautela

“São movimentos complementares que resultam em preservação do equilíbrio fiscal mesmo num período de sucessivas crises e nos permitem não apenas manter o ritmo dos gastos qualificados, de forma a preservar a capacidade do Estado de contribuir para a recuperação da economia, como também assegurar que o setor público siga funcionando plenamente”, observa o secretário.

Ele ressalta, no entanto, que o cenário econômico brasileiro ainda é instável ante os problemas na gestão da pandemia por parte do governo federal. “É preciso manter a cautela e o controle sobre as despesas, porque o

ritmo de vacinação segue muito lento e sujeito a interrupções, ainda se fala em risco de piora nos índices da pandemia e este quadro pode afetar o desempenho econômico do país no segundo semestre”.

## **Capacidade de pagamento**

Lembrando as dificuldades registradas nos últimos anos em vários estados brasileiros que têm atrasado salários e apresentado dificuldades em cumprir seus compromissos, Vitório lembra que a Bahia mantém-se em dia com o funcionalismo e com os fornecedores. “Esta capacidade de honrar os compromissos é fundamental tendo em vista o grande peso do orçamento público em nossa realidade econômica e social”, ressalta.

A Bahia, além disso, acaba de obter a nota B na Capag (Capacidade de Pagamento), indicador produzido pela STN – Secretaria do Tesouro Nacional para avaliar saúde fiscal dos estados e municípios. A classificação atesta a boa gestão das contas pelo governo baiano e o torna apto a contar com o aval da União na contratação de operações de crédito destinadas a novos investimentos. A Bahia saiu-se bem nas três categorias avaliadas pela STN: Liquidez, Endividamento e Poupança Corrente.

## **Baixo endividamento**

O governo baiano encerrou o primeiro quadrimestre de 2021 com a dívida consolidada líquida equivalendo a 50% da receita corrente líquida, um dos melhores perfis do país, muito abaixo do limite máximo estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que é de 200%. “Significa que a Bahia poderia hipoteticamente pagar sua dívida com metade da receita, enquanto a lei considera aceitável que os estados se endividem até o limite de duas vezes a receita”, lembrou o secretário.

A situação é bem mais confortável que a dos maiores estados do país: o Rio de Janeiro tem uma dívida que equivale a 281% da receita, no Rio Grande do Sul a relação é de 206%, em Minas Gerais, de 176% e em São Paulo, de 149%.

**Fonte: Ascom/Sefaz-BA**

## Economia de gastos e modernização do fisco garantem investimentos da Bahia



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

A despeito das sucessivas crises econômicas brasileiras nos últimos anos, de ser o estado do Nordeste com a maior porção do território no semiárido e de ter uma das menores arrecadações per capita do país em função da expressiva população de baixa renda, a Bahia consolidou-se na segunda posição em **investimentos** públicos entre os estados brasileiros, totalizando R\$ 15,4 bilhões desembolsados desde 2015. A explicação para esse desempenho, de acordo com o secretário da Fazenda do Estado, **Manoel Vitória**, está no modelo de gestão que concilia qualidade do gasto público e modernização do **fisco**.

De um lado, o Estado soma economia real de R\$ 7,8 bilhões nas despesas com a manutenção da máquina administrativa desde 2015, e do outro a **arrecadação** do **ICMS** baiano vem crescendo acima da média nacional nos últimos anos: a participação da Bahia no cômputo nacional de **arrecadação** do imposto acaba de chegar a 5%, tendo partido de 4,22% em 2012.

Segundo **Manoel Vitória**, os avanços na **arrecadação** resultam da modernização tecnológica do **fisco**, do combate à sonegação e do esforço dos servidores **fazendários**. Já a qualificação do gasto público, esclarece, é um trabalho permanente, deflagrado na primeira gestão do governador **Rui Costa**, envolvendo o controle de despesas em atividades-meio a partir de uma coordenação especializada com sede na Sefaz-Ba. 'Esta economia libera recursos para manter o Estado funcionando e seguir ampliando os **investimentos**', afirma.

Cautela

'São movimentos complementares que resultam em preservação do **equilíbrio fiscal** mesmo num período de sucessivas crises e nos permitem não apenas manter o ritmo dos gastos qualificados, de forma a preservar a capacidade do Estado de contribuir para a recuperação da economia, como também assegurar que o setor público siga funcionando plenamente', observa o secretário.

Ele ressalta, no entanto, que o cenário econômico brasileiro ainda é instável ante os problemas na gestão da pandemia por parte do governo federal. 'É preciso manter a cautela e o controle sobre as despesas, porque o ritmo de vacinação segue muito lento e sujeito a interrupções, ainda se fala em risco de piora nos índices da pandemia e este quadro pode afetar o desempenho econômico do país no segundo semestre'.

## Capacidade de pagamento

Lembrando as dificuldades registradas nos últimos anos em vários estados brasileiros que têm atrasado salários e apresentado dificuldades em cumprir seus compromissos, Vitório lembra que a Bahia mantém-se em dia com o funcionalismo e com os fornecedores. 'Esta capacidade de honrar os compromissos é fundamental tendo em vista o grande peso do orçamento público em nossa realidade econômica e social', ressalta.

A Bahia, além disso, acaba de obter a nota B na Capag (Capacidade de Pagamento), indicador produzido pela STN - Secretaria do Tesouro Nacional para avaliar saúde fiscal dos estados e municípios. A classificação atesta a boa gestão das contas pelo governo baiano e o torna apto a contar com o aval da União na contratação de operações de crédito destinadas a novos **investimentos**. A Bahia saiu-se bem nas três categorias avaliadas pela STN: Liquidez, Endividamento e Poupança Corrente.

## Baixo endividamento

O governo baiano encerrou o primeiro quadrimestre de 2021 com a dívida consolidada líquida equivalendo a 50% da receita corrente líquida, um dos melhores perfis do país, muito abaixo do limite máximo estabelecido pela **Lei de Responsabilidade Fiscal** (LRF), que é de 200%. 'Significa que a Bahia poderia hipoteticamente pagar sua dívida com metade da receita, enquanto a lei considera aceitável que os estados se endividem até o limite de duas vezes a receita', lembrou o secretário.

A situação é bem mais confortável que a dos maiores estados do país: o Rio de Janeiro tem uma dívida que equivale a 281% da receita, no Rio Grande do Sul a relação é de 206%, em Minas Gerais, de 176% e em São Paulo, de 149%.

**Assuntos e Palavras-Chave:** SAEB - Secretaria da Administração - Servidor público | SDE - Secretaria de Desenvolvimento Econômico - Investimentos | SERIN - Secretaria de Relações Institucionais - Rui Costa | Procuradoria Geral do Estado - ICMS, Arrecadação | SESAB - Secretaria da Saúde do Estado da Bahia - Vacina | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Manoel Vitório, FISCO, Fazendários, Arrecadação, ICMS, Lei de Responsabilidade Fiscal, Equilíbrio Fiscal

## Economia de gastos e modernização do fisco garantem investimentos da Bahia



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

A despeito das sucessivas crises econômicas brasileiras nos últimos anos, de ser o estado do Nordeste com a maior porção do território no semiárido e de ter uma das menores arrecadações per capita do país em função da expressiva população de baixa renda, a Bahia consolidou-se na segunda posição em **investimentos** públicos entre os estados brasileiros, totalizando R\$ 15,4 bilhões desembolsados desde 2015. A explicação para esse desempenho, de acordo com o secretário da Fazenda do Estado, **Manoel Vitória**, está no modelo de gestão que concilia qualidade do gasto público e modernização do **fisco**.

De um lado, o Estado soma economia real de R\$ 7,8 bilhões nas despesas com a manutenção da máquina administrativa desde 2015, e do outro a **arrecadação** do **ICMS** baiano vem crescendo acima da média nacional nos últimos anos: a participação da Bahia no cômputo nacional de **arrecadação** do imposto acaba de chegar a 5%, tendo partido de 4,22% em 2012.

Segundo **Manoel Vitória**, os avanços na **arrecadação** resultam da modernização tecnológica do **fisco**, do combate à sonegação e do esforço dos servidores **fazendários**. Já a qualificação do gasto público, esclarece, é um trabalho permanente, deflagrado na primeira gestão do governador **Rui Costa**, envolvendo o controle de despesas em atividades-meio a partir de uma coordenação especializada com sede na Sefaz-Ba. 'Esta economia libera recursos para manter o Estado funcionando e seguir ampliando os **investimentos**', afirma.

Cautela

'São movimentos complementares que resultam em preservação do **equilíbrio fiscal** mesmo num período de sucessivas crises e nos permitem não apenas manter o ritmo dos gastos qualificados, de forma a preservar a capacidade do Estado de contribuir para a recuperação da economia, como também assegurar que o setor público siga funcionando plenamente', observa o secretário.

Ele ressalta, no entanto, que o cenário econômico brasileiro ainda é instável ante os problemas na gestão da pandemia por parte do governo federal. 'É preciso manter a cautela e o controle sobre as despesas, porque o ritmo de vacinação segue muito lento e sujeito a interrupções, ainda se fala em risco de piora nos índices da pandemia e este quadro pode afetar o desempenho econômico do país no segundo semestre'.

## Capacidade de pagamento

Lembrando as dificuldades registradas nos últimos anos em vários estados brasileiros que têm atrasado salários e apresentado dificuldades em cumprir seus compromissos, Vitório lembra que a Bahia mantém-se em dia com o funcionalismo e com os fornecedores. 'Esta capacidade de honrar os compromissos é fundamental tendo em vista o grande peso do orçamento público em nossa realidade econômica e social', ressalta.

A Bahia, além disso, acaba de obter a nota B na Capag (Capacidade de Pagamento), indicador produzido pela STN - Secretaria do Tesouro Nacional para avaliar saúde fiscal dos estados e municípios. A classificação atesta a boa gestão das contas pelo governo baiano e o torna apto a contar com o aval da União na contratação de operações de crédito destinadas a novos **investimentos**. A Bahia saiu-se bem nas três categorias avaliadas pela STN: Liquidez, Endividamento e Poupança Corrente.

## Baixo endividamento

O governo baiano encerrou o primeiro quadrimestre de 2021 com a dívida consolidada líquida equivalendo a 50% da receita corrente líquida, um dos melhores perfis do país, muito abaixo do limite máximo estabelecido pela **Lei de Responsabilidade Fiscal** (LRF), que é de 200%. 'Significa que a Bahia poderia hipoteticamente pagar sua dívida com metade da receita, enquanto a lei considera aceitável que os estados se endividem até o limite de duas vezes a receita', lembrou o secretário.

A situação é bem mais confortável que a dos maiores estados do país: o Rio de Janeiro tem uma dívida que equivale a 281% da receita, no Rio Grande do Sul a relação é de 206%, em Minas Gerais, de 176% e em São Paulo, de 149%.

**Assuntos e Palavras-Chave:** SAEB - Secretaria da Administração - Servidor público | SDE - Secretaria de Desenvolvimento Econômico - Investimentos | SERIN - Secretaria de Relações Institucionais - Rui Costa | Procuradoria Geral do Estado - ICMS, Arrecadação | SESAB - Secretaria da Saúde do Estado da Bahia - Vacina | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Manoel Vitório, FISCO, Fazendários, Arrecadação, ICMS, Lei de Responsabilidade Fiscal, Equilíbrio Fiscal

Veículo: Rádio Sociedade da Bahia (AM 740 Salvador)	
Data: 06/07/2021	Programa: Seu Caminho
Assunto: Empresário preso em flagrante por posse ilegal de arma durante <b><u>Operação Panacea.</u></b>	

**Data:** 06/07/2021

**Hora:** 18:56:28

**Emissora:** Rádio Sociedade da Bahia (AM 740 Salvador)

**Programa:** Seu Caminho

**Apresentador (a):** --

**Citação Direta:** Sim

**Impacto:** POSITIVO

**Sinopse:** Informações sobre o pagamento do **IPVA.**

## Desconto de 5% no IPVA vale até este mês para placas de final 9 e 0



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Os proprietários de veículos com placas de final 9 e 0 são os últimos que ainda podem aproveitar o desconto de 5% no pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (**IPVA**) de 2021, em cota única. Os prazos se encerram nos próximos dias 29 e 30 de julho, respectivamente. As datas podem ser consultadas na tabela do **IPVA** 2021 do Estado da Bahia.

A Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba) alerta que os proprietários de veículos com placas de final 5 e 6 têm também até os dias 29 e 30 de julho, respectivamente, para pagar o **IPVA** em cota única e sem desconto. Caso o proprietário não regularize o imposto e o licenciamento, o automóvel ficará com a documentação irregular. As placas de final 1, 2, 3 e 4 já perderam o prazo para quitação do imposto.

O pagamento pode ser feito em uma agência, um caixa eletrônico ou aplicativo do Banco do Brasil, Bradesco ou

do Bancoob apresentando o número do Renavam.

Para quem estiver elegível, o desconto de 5% no **IPVA** é calculado automaticamente no momento da transação.

### PARCELAMENTO

Os proprietários de veículos com placas terminadas em 9 e 0 podem optar ainda por dividir o **IPVA** em três parcelas, sem o desconto. Para isso, basta observar os vencimentos das cotas na tabela, também de acordo com o número final da placa do veículo. Quem perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento em três vezes, devendo efetuar o pagamento integral do imposto até a data da última parcela.

Todas as informações poderão ser consultadas no site da Sefaz-BA, Canal Inspetoria Eletrônica - **IPVA**, ou pelo call center da Secretaria da Fazenda do Estado, no 0800 071 0071 (ligações de telefone fixo) e no 71 3319-2501 (para ligações de celular ou de telefone fixo).

**Assuntos e Palavras-Chave:** SEFAZ - Secretaria da Fazenda - IPVA

## Donos de veículos com placas de final 9 e 0 terão até dia 30 de julho para obter desconto de 5%



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Os proprietários de veículos com placas de final 9 e 0 são os últimos que ainda podem aproveitar o desconto de 5% no pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (**IPVA**) de 2021, em cota única. Os prazos se encerram nos próximos dias 29 e 30 de julho, respectivamente. As datas podem ser consultadas na tabela do **IPVA** 2021 do Estado da Bahia.

A Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz-Ba) alerta ainda que os proprietários de veículos com placas de final 5 e 6 têm também até os dias 29 e 30 de julho, respectivamente, para pagar o **IPVA** em cota única e sem desconto. Caso o proprietário não regularize o imposto e o licenciamento, o automóvel ficará com a documentação irregular. As placas de final 1, 2, 3 e 4 já perderam o prazo para quitação do imposto.

O contribuinte pode fazer o pagamento em uma agência, um caixa eletrônico ou um aplicativo do Banco do Brasil, do Bradesco ou do Bancoob, bastando apenas apresentar o número do Renavam. Para quem estiver elegível, o desconto de 5% no **IPVA** é calculado automaticamente no momento da transação.

### Parcelamento

Os proprietários de veículos com placas terminadas em 9 e 0 podem optar ainda por dividir o **IPVA** em três parcelas, sem o desconto. Para isso, basta observar os vencimentos das cotas na tabela, também de acordo com o número final da placa do veículo. Quem perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento em três vezes, devendo efetuar o pagamento integral do imposto até a data da última parcela.

Todas as informações poderão ser consultadas neste site, Canal Inspeção Eletrônica - **IPVA**, ou pelo call center da Secretaria da Fazenda do Estado, no 0800 071 0071 (ligações de telefone fixo) e no 71 3319-2501 (para ligações de celular ou de telefone fixo). Os débitos referentes à taxa de licenciamento e às multas de trânsito deverão ser pagos até a data de vencimento da terceira parcela. Os débitos anteriores do **IPVA** ainda não notificados também podem ser divididos em três vezes, juntamente com o **IPVA** 2021. No entanto, o proprietário que perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento

**Assuntos e Palavras-Chave:** SEFAZ - Secretaria da Fazenda - IPVA

Veículo: Bocão News	
Data: 06/07/2021	Coluna: Economia e Mercado



ECONOMIA E MERCADO

## Lojistas da Liquida Bahia 2021 terão ICMS parcelado pelo Governo do Estado



07 de Julho de 2021 às

06:45 Por: Pedro Moraes/GOVBA Por: Redação BNews

O governo do Estado, por meio da secretaria da Fazenda (Sefaz-Ba), vai parcelar em três vezes o pagamento do ICMS de setembro pelos lojistas participantes da campanha Liquida Bahia 2021, promovida pela Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas do Estado da Bahia – FCDL. A campanha tem início nesta sexta-feira (9) e se encerra em 19 de julho. As parcelas do ICMS serão pagas nos dias 9 de agosto, 9 de setembro e 11 de outubro.

O parcelamento está previsto em decreto publicado na edição desta quarta-feira (7) do Diário Oficial do Estado. Também serão parcelados os débitos decorrentes do recolhimento por antecipação tributária relativo às aquisições interestaduais de mercadorias efetuadas durante o mês de julho. Neste caso, o pagamento vai ocorrer nos dias 25 de agosto, 27 de setembro e 25 de outubro. A FCDL ficará responsável por encaminhar para a Sefaz-Ba, até o dia 30 de julho, a relação dos contribuintes vinculados à campanha.

“A Liquida Bahia é uma estratégia importante do comércio para alavancar as vendas em um período de menor demanda por parte do mercado, e torna-se ainda mais necessária com a persistência dos efeitos da crise econômica, por isso o fisco vem apoiando esse tipo de iniciativa”, afirma o **secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitória**.

O benefício não se aplica aos contribuintes do Simples Nacional, já que o recolhimento dos tributos dessas empresas é feito por meio da Receita Federal. Também não fazem jus aos prazos especiais de pagamento do ICMS os contribuintes que atuam no comércio de automóveis, camionetas, utilitários, motocicletas e motonetas novos, de caminhões, reboques e semi-reboques, ônibus e microônibus novos e usados, e também de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios (hipermercados e supermercados).

Veículo: Gov Bahia	
Data: 06/07/2021	



## Lojistas da Liquida Bahia 2021 terão ICMS parcelado pelo Governo do Estado

6 julho 2021



Foto: Pedro Moraes/GOVBA

O Governo do Estado, por meio da Secretaria da Fazenda (Sefaz-Ba), vai parcelar em três vezes o pagamento do ICMS de setembro pelos lojistas participantes da campanha Liquida Bahia 2021, promovida pela Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas do Estado da Bahia – FCDL. A campanha tem início nesta sexta-feira (9) e se encerra em 19 de julho. As parcelas do ICMS serão pagas nos dias 9 de agosto, 9 de setembro e 11 de outubro.

O parcelamento está previsto em decreto a ser publicado na edição desta quarta-feira (7) do Diário Oficial do Estado. Também serão parcelados os débitos decorrentes do recolhimento por antecipação tributária relativo às aquisições interestaduais de mercadorias efetuadas durante o mês de julho. Neste caso, o pagamento vai ocorrer nos dias 25 de agosto, 27 de setembro e 25 de outubro. A FCDL ficará responsável por encaminhar para a Sefaz-Ba, até o dia 30 de julho, a relação dos contribuintes vinculados à campanha.

“A Liquida Bahia é uma estratégia importante do comércio para alavancar as vendas em um período de menor demanda por parte do mercado, e torna-se ainda mais necessária com a persistência dos efeitos da crise econômica, por isso o fisco vem apoiando esse tipo de iniciativa”, afirma o secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitorio.

O benefício não se aplica aos contribuintes do Simples Nacional, já que o recolhimento dos tributos dessas empresas é feito por meio da Receita Federal. Também não fazem jus aos prazos especiais de pagamento do ICMS os contribuintes que atuam no comércio de automóveis, camionetas, utilitários, motocicletas e motonetas novos, de caminhões, reboques e semi-reboques, ônibus e microônibus novos e usados, e também de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios (hipermercados e supermercados).

**Fonte: Ascom/Sefaz-BA**

# ECONOMIA & NEGÓCIOS

economia@grupoatarde.com.br

**LEGISLAÇÃO** Proposta teve vetos do presidente Jair Bolsonaro, que serão mantidos ou derrubados por uma sessão conjunta de deputados e senadores

## Lei do superendividamento é aprovada depois de 10 anos

MARJORIE MOURA

Mudança mais relevante e positiva no Código de Defesa do Consumidor nos últimos 31 anos, o Projeto de Lei 14.181/2021, que altera o CDC e o Estatuto do Idoso, a chamada lei do superendividamento, foi sancionada após quase dez anos de tramitação no Congresso Nacional, mas ainda pode sofrer mudanças. A matéria teve vetos do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) que serão mantidos ou derrubados no prazo de 30 dias por uma sessão conjunta de deputados e senadores.

Foi vetado o item que estabeleceria que, nos "contratos de crédito consignado, a soma das parcelas reservadas para o pagamento das dívidas não poderia ser superior a 30% da remuneração mensal do consumidor" e o dispositivo que proibia expressa ou implicitamente, na oferta de crédito consignado, publicitária ou não, fazer referência a termos como "sem juros" ou "com taxa zero".

"A aprovação é uma vitória, sem dúvida. Com os vetos, há pontos que ficam muito superficiais na defesa do consumidor, em especial, para os idosos. Mas existe a possibilidade de derrubada dos vetos ou lutarmos por uma



Divulgação

**"Nosso trabalho continua, na busca por mais proteção contra os abusos"**

IONE AMORIM, do Idec

legislação específica do crédito consignado. De toda forma, nosso trabalho continua, na busca por mais proteção contra os abusos na oferta de consignado, e pela concretização do CDC (Código de Defesa do Consumidor) na proteção dos superendividados", afirma Ione Amorim, economista e coordenadora do programa financeiro do Instituto de Defesa do Consumidor

(Idec), entidade que estuda e acompanha a questão desde 2005.

### Pessoas endividadas

Estima-se que o Brasil tenha mais de 60 milhões de pessoas endividadas, 30 milhões deles superendividadas, a maioria mulheres que chegam a 45% dos lares brasileiros. Dados do Banco Central apontam que, no Brasil, a população com carteira de crédito ativa atingiu 85 milhões de tomadores em dezembro de 2019. Desse total, 5,4% ou 4,6 milhões de tomadores estavam em situação de endividamento de risco, devendo às instituições financeiras mais do que podiam pagar, problema agravado com a pandemia de Covid-19.

A lei do superendividamento cria um capítulo específico no CDC, e entre as novas regras está a determinação imprescindível de que os consumidores terão direito a renegociar suas dívidas com todos os credores ao mesmo tempo com a garantia de mínimo existencial do salário do devedor para despesas básicas.

"A aprovação da lei do superendividamento proporcionará aos consumidores, além da recuperação finan-

ceira, o resgate do seu poder de compra e sua dignidade, interrompendo o ciclo de cobranças constrangedoras e obtendo maior consciência sobre uso do crédito e educação financeira", complementa Amorim.

Láis da Costa Tourinho, advogada e sócia do Camardelli e da Costa Tourinho Advocacia, explica que o superendividamento é definido nos termos da lei como a impossibilidade manifesta do consumidor, de boa-fé, pagar a totalidade de suas dívidas de consumo, exigíveis e vincendas, sem comprometer o seu mínimo existencial. A nova lei ressalta a importância de que dívidas tenham sido contraídas de boa-fé e exclui aquelas oriundas da contratação de serviços e bens de luxo e alto valor.

"Como prevenção, prevê-se a necessidade de prover os consumidores de educação financeira, bem como o direito à informação clara e efetiva acerca do preço e custos que envolvem a aquisição do produto ou serviço; infelizmente, ao sancionar a lei, no dia 2/7, o presidente da República, Jair Bolsonaro, vetou o artigo que proibia expressões como 'sem juros', 'taxa zero' e outras semelhantes", finaliza a advogada.

## ALIMENTOS

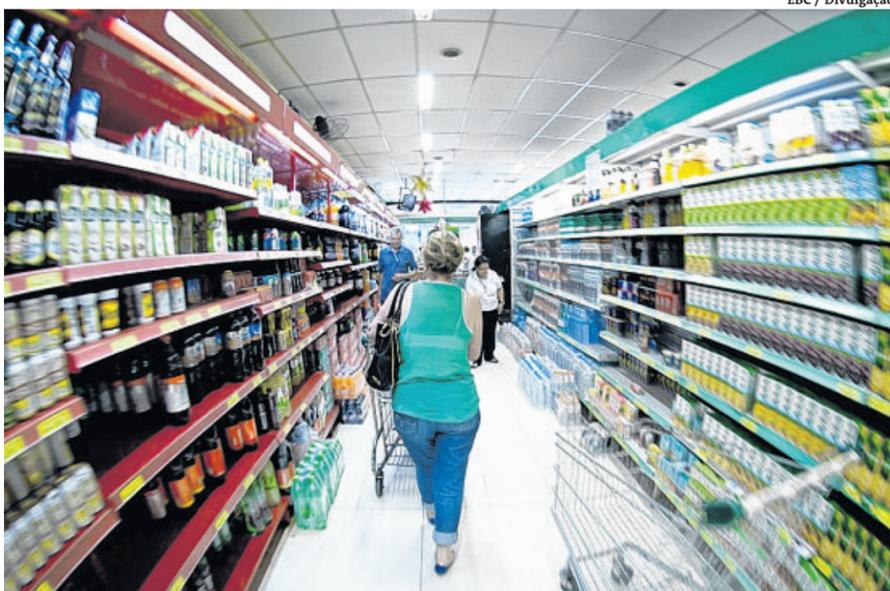
### Salvador tem a cesta básica mais barata entre as capitais

ELAINE PATRÍCIA CRUZ  
Agência Brasil, São Paulo

Em junho, o custo da cesta básica caiu em nove das 17 capitais brasileiras analisadas pela Pesquisa de Alimentos da Cesta Básica de Alimentos, feita mensalmente pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). Nas demais capitais analisadas na pesquisa, o custo da cesta básica subiu.

As maiores altas foram registradas em Fortaleza (1,77%), Curitiba (1,59%) e Florianópolis (1,42%). Já as maiores quedas ocorreram em Goiânia (-2,23%), São Paulo (-1,51%), Belo Horizonte (-1,49%) e Campo Grande (-1,43%).

No mês de junho, a cesta básica mais cara do país era a de Florianópolis, onde o custo médio dos produtos que compõem a cesta che-



EBC / Divulgação

**Em junho, o custo da cesta básica caiu em nove das 17 capitais pesquisadas**

gavam a R\$ 645,38. A cesta mais barata era a de Salvador, onde o custo médio era de R\$ 467,30 em junho.

Considerando o primeiro semestre de 2021, dez capitais brasileiras acumularam aumentos no custo da cesta. Curitiba foi a capital onde houve o maior acúmulo, 14,47%, seguida por Natal,

com 9,03%. Também ocorreram aumentos em Florianópolis, Porto Alegre, Vitória, Fortaleza, Belém, João Pessoa, Recife e Aracaju.

Nas demais capitais, o custo da cesta básica teve redução no primeiro semestre, com Belo Horizonte acumulando a maior baixa, -6,42%. Também ocorreram baixas

em Salvador, Goiânia, Campo Grande, São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília.

Com base na cesta mais cara em junho, que foi a de Florianópolis, o Dieese estimou que o salário mínimo deveria ser equivalente a R\$ 5.421,84, valor que corresponde a 4,93 vezes o piso nacional vigente, de R\$ 1.100.

## CRISE

### Livraria Cultura fecha as portas

DA REDAÇÃO

A tradicional Livraria Cultura, localizada no Salvador Shopping, fechou as portas na última semana. A unidade, inaugurada em 2010, era a única do estado da Bahia. No lugar, será inaugurada uma loja de artigos esportivos.

A marca justificou o fechamento no local por questões financeiras. A livraria também ressaltou que as lojas físicas estão enfrentando grandes desafios, mas prometeu retornar a Salvador

no futuro. Em setembro deste ano, a Livraria Saraiva também fechou suas operações no estado devido ao bai-

**A Cultura fechou a loja do Salvador Shopping por questões financeiras**

xo faturamento.

Para tentar manter as operações, em 2020, a rede assinou um contrato para mudar a localização da loja para um espaço novo no mesmo shopping, mas voltou atrás na decisão.

No mês passado, o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) reconheceu o pedido da Livraria Cultura para incluir um aditivo ao seu plano de recuperação judicial, que teve alguns de seus compromissos afetados pela crise da pandemia da Covid-19. Com a decisão, a companhia

conseguiu aprovar uma nova proposta de pagamento aos credores, uma espécie de "plano Covid".

Dessa maneira, a companhia, que está em recuperação judicial desde 2018, conseguiu mais uma chance de evitar sua falência. Na crise sanitária, a rede de livrarias perdeu cerca de 70% do faturamento. Das 13 lojas que mantinha, restaram apenas seis. E a dívida acumulada até 2018, ano em que a Cultura entrou com o pedido de recuperação judicial, era de R\$ 285 milhões.



## Movimento pela Reforma Administrativa Eficiente avança pelo Brasil

Lançado pela Associação Comercial da Bahia (ACB), o Movimento pela Reforma Administrativa Eficiente (M-RAE), voltado para a conquista e garantia de melhores serviços públicos para os cidadãos brasileiros, começa a ser difundido pelo Brasil.

Nesta segunda-feira, 5 de julho, foi a vez da Câmara de Dirigentes Lojistas de Cuiabá (CDL), juntamente com o Lide-MT (Grupo de Lideranças Empresariais) e demais entidades representativas do estado realizarem mais uma etapa de discussão sobre a proposta (PEC 32/2020) que está em tramitação na Câmara Federal. Com o tema "Reforma Administrativa: fatos e boatos", o encontro contou com a participação do deputado federal Tiago Mitraud (Novo-MG), presidente da Frente Parlamentar da Reforma Administrativa, que fez uma explanação sobre o andamento da PEC no Congresso.

A ACB defende a Reforma Administrativa como importante instrumento para viabilizar melhorias no atendimento à saúde e escolas públicas de qualidade, além de garantir maior eficiência dos órgãos federais, estaduais e municipais. "Entendemos que, independentemente do modelo que seja aprovado, é preciso criar um movimento nacional de conscientização para que cada cidadão entenda que o serviço público pertence a ele. É desta forma que a ACB está em luta por mais eficiência da máquina pública, principalmente na educação e na saúde", pontua o vice-presidente da ACB, Paulo Cavalcanti, coordenador do M-RAE.

O entendimento de que a discussão em torno desse assunto deve ser frequente e envolver todos os setores da sociedade brasileira é compartilhado pelo presidente da CDL Cuiabá, Célio Fernandes. "Seus feitos impactarão o presente de todos, então, com esses eventos estamos procurando esclarecer dúvidas e obter informações importantes para que os participantes formem suas conclusões a respeito da medida que se propõe a deixar o Estado mais eficiente, pois defendemos a equalização de despesas da máquina pública, de modo que caiba no orçamento dos contribuintes e que seja bom na entrega dos serviços, visto que a reforma administrativa mexe com a estabilidade econômica do nosso estado e do nosso país", declarou.

O presidente do Lide-MT, Evandro César, defende o caráter democráticos dos debates em busca da eficiência, do resultado, da justiça e da igualdade social. "Precisamos que a reforma seja justa para todos. Há uma necessidade muito grande do envolvimento da sociedade civil organizada para contribuir efetivamente para o debate, para os encaminhamentos para os nossos representantes para que a gente consiga atingir alguns objetivos", pontuou.

Como informou Tiago Mitraud, a matéria deve ser votada na primeira quinzena de setembro e posteriormente enviada ao Senado. "Hoje, não temos uma estrutura de administração pública que permita a entrega de bons serviços públicos para a população. Ela é engessada e não tem foco em resultados e na melhoria da qualidade do serviço, além disso, também não temos uma estrutura de gestão de pessoas que permita valorizar e reconhecer os bons servidores", avalia o deputado.

Para conhecer mais e participar do Movimento pela Reforma Administrativa Eficiente, visite as redes sociais da Associação Comercial da Bahia.

Publicada às quartas-feiras, a coluna mostra a atuação da Associação Comercial da Bahia na defesa do empresariado baiano

## LEILÃO

### Governo decide privatizar 100% dos Correios

DA REDAÇÃO

O governo federal definiu nesta semana o modelo de privatização dos Correios. De acordo com proposta do Ministério da Economia, a previsão é que a estatal tenha 100% do capital ofertado em um único leilão.

A informação foi confirmada pelo secretário especial de desestatização, desinvestimento e mercados do Ministério da Economia, Diogo Mac Cord.

O modelo de privatiza-

ção difere do que foi feito na venda da Eletrobras, que foi baseado em operações no mercado de capitais. Com a venda, a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) dará lugar à Agência Nacional de Comunicações (Anacom), que passa a regular os serviços postais.

De acordo com dados do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), o Correios possui um passivo de R\$ 13 bilhões e um ativo de R\$ 14 bilhões.



**Foram feitos 368 exames de sequenciamento genético em nove meses**

## COVID-19 Bahia ainda não detectou nenhum caso, segundo boletim divulgado pela Sesab, mas especialistas monitoram Variante indiana deixa Sesab em alerta

RODRIGO AGUIAR

A Bahia ainda não detectou nenhum caso da variante delta (indiana) do novo coronavírus, segundo boletim divulgado pela Secretaria da Saúde do Estado (Sesab), mas especialistas alertam que a variante, considerada mais transmissível, já pode estar em circulação, por considerarem baixo o número de amostras analisadas.

Até agora, o Laboratório Central de Saúde Pública da Bahia (Lacen-BA) realizou 368 exames de sequenciamento genético em nove meses, em amostras de 150 municípios dos nove Núcleos Regionais de Saúde.

“A Vigilância à Saúde do Estado trabalha em conjunto com as vigilâncias municipais para monitorar os casos de Covid-19. Sempre que há alguma suspeita de nova variante, a exemplo de casos em estrangeiros, em pessoas com viagem recente e de pacientes que evoluem de forma muito diferente dos demais, há um alerta e é feito o sequenciamento para se verificar qual a variante. Além desses casos, é feito o sequenciamento por amostragem das diversas regiões do estado. Ainda não é possível fazer o sequenciamento de 100% dos casos”, informou a Secretaria da Saúde da Bahia ao A TARDE, ao ser questionada sobre o grau de certeza da não circulação da variante no estado.

Para o infectologista Carlos Brites, professor da Universidade Federal da Bahia (Ufba), se testa muito pouco de forma geral no país.

“[A variante] pode estar circulando sem ninguém perceber porque não se detectou”, afirma. Para exemplificar, o médico diz que o Brasil faz menos testes do que a Nigéria.

“É muito pequeno, é pouco [o número de sequenciamentos]. A gente tem uma amostra, mas isso não é 100% confiável. É feita uma vigilância das variantes, mas ela [delta] pode estar sim em circulação. Em outros países, se faz quase em 100% dos casos”, reitera a infectologista Clarissa Ramos. Pelo último boletim da Sesab, a variante gamma (antiga P.1, identificada primeiramente em Manaus) ainda é responsável por quase 80% das infecções na Bahia.

Pelas amostras analisa-

**Variante delta (indiana) é mais transmissível e pode estar em circulação, pelo baixo número de amostras analisadas**

das, o Lacen apontou que atualmente circulam no estado 23 linhagens diferentes do vírus da Covid-19, entre elas, as variantes alpha (Reino Unido) e gamma, consideradas variantes de preocupação e de interesse.

“Na Bahia, não foi identificada a circulação das cepas beta (África do Sul) e delta. A variante gamma e a alpha ainda são as predominantes no mapeamento genético que fazemos, que é essencial para o planejamento e definição de ações na área da Vi-

gilância Epidemiológica do Estado”, diz Arabela Leal, diretora do Lacen.

Segundo o laboratório, a escolha das amostras para o sequenciamento foi baseada na representatividade de todas as regiões geográficas da Bahia, casos suspeitos de reinfeção, amostras de indivíduos que evoluíram para óbito, contatos de indivíduos portadores de variantes de atenção (VOC) e indivíduos que viajaram para área de circulação das novas variantes com sintomas

clínicos característicos.

**Brasil**

No país, foram confirmados até agora 15 casos da variante delta, de acordo com o Ministério da Saúde, dos quais seis no Maranhão, três no Rio de Janeiro, um em Minas Gerais, dois no Paraná, dois em Goiás e um em São Paulo. Até o momento, dois óbitos foram confirmados para a variante, no Maranhão e no Paraná. Ainda conforme o ministério, os dados coletados até então “não demonstram

circulação comunitária”, mas “as investigações estão em andamento”.

“O Ministério reforça que tem orientado estados e municípios sobre todas as ações necessárias, como intensificar o sequenciamento genômico das amostras positivas para a Covid-19 e a vigilância laboratorial, rastreamento de contatos, isolamento de casos suspeitos e confirmados, notificação imediata e medidas de prevenção em áreas de suspeita de circulação de variantes”, diz a pasta.



Divulgação

**A queda dos tratamentos odontológicos em crianças foi mais intensa no Nordeste**

## Tratamento dentário em crianças diminui 89% na pandemia

**ISSO É BAHIA**

DA REDAÇÃO

O tratamento dental de crianças teve uma queda considerável durante a pandemia do novo coronavírus. Após o registro do primeiro caso, a redução foi de 66% nos procedimentos odontológicos infantis, alcançando 89% na fase mais aguda da pandemia no Brasil, em abril. A odontopediatra Ana Carla Robatto faz um alerta sobre a importância do cuidado com a saúde bucal e a ida regular ao dentista.

“Nos consultórios a gente tem observado muito tártaro difícil de remover. O dentista

é apenas um mediador do processo de saúde bucal. O que a gente recomenda é que o paciente se cuide sempre, o autocuidado é o mais importante”, disse em entrevista ontem ao programa Isso é Bahia, da rádio A TARDE FM.

“Nesse processo, se existe um receio ou uma diminuição da ida ao dentista, se cuidem, façam a sua parte, porque isso vai diminuir a incidência de doenças e de cáries”, completa. Essa queda nos atendimentos se deu pelo distanciamento social e pelas orientações de autoridades de saúde de reduzir as atividades como forma de evitar riscos de contágio, reduzindo os procedimentos de urgência e emergência.

A análise foi feita por pesquisadores da Universidade Federal de Pelotas e publica-

da como artigo no periódico científico International Journal of Paediatric Dentistry no fim de 2020. Os autores avaliaram dados de procedimentos odontológicos promovidos no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), como extrações e restaurações, no período de janeiro a maio. A queda dos tratamentos odontológicos em crianças foi mais intensa no Nordeste.

A cirurgiã-dentista e professora da Universidade Federal da Bahia (Ufba) explica que os cuidados em clínicas e consultórios são intensos. “A biossegurança, que é a segurança biológica, sempre foi um tema muito estudado e executado por dentistas”, explica Ana Carla.

LEIA A MATÉRIA COMPLETA EM  
WWW.ATARDE.COM.BR

**Bahia registra 116 óbitos e 3.235 novos casos nas últimas 24 h**

DA REDAÇÃO

A Bahia registrou 116 óbitos e 3.235 novos casos da Covid-19 nas últimas 24 horas. A informação foi divulgada ontem, 6, através do boletim epidemiológico da Secretaria de Saúde do Estado (Sesab). Com a atualização, o território baiano já contabiliza 24.428 vítimas desde o início da pandemia. De acordo com o balanço, as recentes mortes acrescidas ocorreram em datas distintas, mas foram registradas no boletim desta terça.

Ao todo a Bahia já registrou 1.141.612 casos confirmados pela Covid-19. Dentro do montante de infectados, a Sesab informa que 1.105.976 de pessoas já se recuperaram da doença e cerca de 11,208 ainda seguem como ‘casos ativos’. Com base na atualização dos dados, a taxa de letalidade da doença no território baiano corresponde a 2,14% de todos os casos confirmados até o momento pelo coronavírus. Ainda segundo a Sesab, mais de 1,3 milhões de suspeitas de contaminação por Covid-19 já foram descartadas do sistema. No entanto, ainda restam cerca de 233,6 mil que estão sob investigação e aguardando o resultado dos exames.

A Sesab informou que até às 12h de ontem, 14 solicitações de internação em UTI Adulto Covid-19 constavam no sistema da Central Estadual de Regulação.

**Secretário prevê Carnaval 2022 de Salvador em modelo híbrido**

DA REDAÇÃO

O secretário da Saúde de Salvador, Leo Prates, disse ontem que não acredita que o Carnaval 2022 ocorra nos mesmos formatos que os anos anteriores. Em entrevista a uma rádio, o gestor afirmou que, por uma perspectiva epidemiológica, o Carnaval de rua ainda não será viável.

“Na minha opinião, teremos modelos de Carnaval indoor, que possam fazer girar a economia. Em fevereiro ainda teremos cerca de um milhão de pessoas não vacinadas (população abaixo de 18 anos). Eu torço para termos o Carnaval tradicional, mas não acredito que seja possível em 2022. Acredito que a gente vai poder ter um modelo híbrido”, comentou o secretário em entrevista a Zé Eduardo, no programa Jornal da Bahia no Ar, da Rádio Metrôpole.

Ainda de acordo com Leo Prates, o evento-teste anunciado nesta segunda-feira, 5, pela prefeitura acontece justamente para verificar a eficiência dos protocolos. “Faremos com todo o controle: exigência de teste PCR, exigência do cartão de vacina com as duas doses, uma série de medidas para dar segurança ao evento”, disse. Para o evento-teste, a prefeitura de Salvador fará o acompanhamento epidemiológico, durante 15 dias, das 500 pessoas que participarão do evento.



**BRASIL**

**CAIXA LIBERA SAQUES DA TERCEIRA PARCELA DO AUXÍLIO**

**BENEFÍCIO** A Caixa Econômica Federal liberou ontem os saques e transferências da terceira parcela do auxílio emergencial aos beneficiários que não fazem parte do Bolsa Família nascidos em abril, que receberam a parcela em poupança social digital no dia 22 de junho.

O pagamento da terceira parcela do auxílio terminou em 30 de junho tanto para esse público quanto para quem faz parte do Bolsa Família. Os pagamentos da quarta parcela do benefício começam em 19 de julho para o público do Bolsa Família e em 23 de julho para os demais beneficiários. Os trabalhadores podem consultar a situação do benefício pelo aplicativo do auxílio emergencial.

FABIO RODRIGUES POZZEBOM/AGÊNCIA BRASIL



**Aras reforça oposição à venda de 100% dos Correios**

**ESTATAL** O procurador-geral da República (PGR), Augusto Aras, voltou a se manifestar contra a venda de 100% dos Correios ontem. Aras opinou pela procedência parcial da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), proposta pela Associação dos Profissionais dos Correios (ADCap) em dezembro do ano passado, na qual a entidade questiona o processo de desestatização.

Segundo o PGR, a privatização dos serviços postais e do correio aéreo nacional não deveria ir adiante, por ser considerada inconstitucional, em resposta à relatora do caso no Supremo Tribunal Federal (STF), Cármen Lúcia. A ministra havia pedido novas in-

**BNDES concluiu que os investidores não querem ter a União como sócia relevante**

formações para, além do PGR, ao Congresso Nacional, ao presidente da República e ao advogado-Geral da União.

"O inciso X do artigo 21 da Constituição Federal não possibilita a prestação indireta dos serviços postais e do correio aéreo nacional. A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT - até poderia ser cindida, com a desestatização da parte da empresa que exerce atividade econômica", diz Aras.

Na semana passada, o PGR já havia manifestado a mesma opinião em parecer enviado ao STF. Essa nova manifestação vem no mesmo dia em que secretário especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados do Ministério da Economia, Diogo Mac Cord, disse ao jornal O Globo que o modelo de privatização havia sido definido, envolvendo a venda integral do capital da estatal.

Para o leilão acontecer no primeiro trimestre de 2022, como planejado, o Congresso ainda precisa aprovar o projeto de lei que permite que a iniciativa privada atue em operações atualmente exclusivas dos Correios.

Em março, o Executivo divulgou que a desestatização da empresa seria por venda total ou majoritária das ações. Após avanços nos estudos, o governo optou pela primeira alternativa, ao entender que não deve manter uma participação minoritária nos Correios, afirmou Diogo Mac Cord. O formato ainda precisa ser formalmente aprovado pelos ministérios e pelo Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) do governo.

Cord disse que, nos estudos sobre a desestatização, o BNDES concluiu que os investidores não querem ter a União como sócia relevante no negócio.

**Guedes aceita reduzir Imposto de Renda das empresas**

**TRIBUTOS** O ministro da Economia, Paulo Guedes (foto), aceitou fazer mudanças na proposta de reforma tributária do governo e ampliar a redução de impostos de empresas em até dez pontos percentuais - de um patamar atual em torno de 34% de carga tributária para 24%.

Outra mudança que a

equipe do ministro já admite é ampliar a faixa de pessoas que poderão seguir fazendo a declaração de renda simplificada, em que há um desconto de 20%. No texto enviado ao Congresso, o limite de renda passava a ser de R\$ 40 mil ao ano. Este valor poderá subir para cerca de R\$ 60 mil.

Em conversas com interlocutores, o ministro afirmou que novos cálculos da Receita Federal permitem a queda do imposto de renda das empresas, que já será reduzido em 5% no primeiro ano de validade das novas regras - a proposta inicial era reduzir esse percentual ao longo de dois anos.

**COMBUSTÍVEL**

**7%**

**é o percentual de aumento do gás natural. O reajuste foi anunciado ontem pela Petrobras e entrará em vigor em 1º de agosto. O preço do gás natural é reajustado a cada 3 meses, de acordo com a variação dos preços internacionais do petróleo e do dólar.**

**BAHIA VAI COLHER 520.363 TONELADAS DE ALGODÃO**

**AGRONEGÓCIO** O algodão é hoje um dos destaques da matriz produtiva da Bahia. Este ano, a colheita já se iniciou. O estado plantou 266.662 hectares da commodity e é disparado o líder do Matopiba, região que também engloba as áreas de cerrado do Maranhão, Tocantins e Piauí e que contabilizou, ao todo, 305.351 hectares na safra em curso. A expectativa de colheita é de 520.363 toneladas na Bahia e 587.067 na região do Matopiba. "O oeste da Bahia é vital para a agricultura do estado. Agora, por ocasião da safra de algodão, a região mostra novamente sua força, aumentando em 2% a produtividade da cultura", diz secretário da Agricultura do Estado, João Carlos Oliveira da Silva.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO FELIX DO CORIBE**  
CNPJ N: 16.430.951/0001-30  
**AVISO DE LICITAÇÃO**  
A Prefeitura de São Félix do Coribe, torna público abertura das licitações:  
Pregão Presencial, edital nº021/2021, objeto: aquisição uniformes, abertura:19.07.2021, às 9:00hs, site:www.saofelixdocoribe.ba.gov.br, e Prefeitura, período 07 a 19.07.2021. Pregoeiro - Fernando Batista. Fone - 77-3491-1612. Em, 06.07.2021.  
Pregão Presencial, edital nº022/2021, objeto: aquisição pneus e câmaras, abertura:20.07.2021, às 9:00hs, site:www.saofelixdocoribe.ba.gov.br, e Prefeitura, período 07 a 20.07.2021. Pregoeiro - Fernando Batista. Fone - 77-3491-1612. Em, 06.07.2021.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANÓPOLIS - BA**  
**AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº009PE/2021**  
Registro de preço para o fornecimento futuro e eventual de pneus, câmaras de ar e protetores para atender as demandas da Prefeitura e diversas secretarias deste município, conforme descrito no ANEXO I - participação ampla, de acordo com o estabelecido pelo edital. Recebimento das propostas: Início Data: 07/07/2021 às 08h00min. Término Data: 07/07/2021 às 08h00min. Recebimento das propostas: 16/07/2021 às 14h00min. O edital encontra-se disponível em sua integralidade no site: https://www.indap.org.br/cad.php?redir=true&estado=Bahia&categoria=Santan%F3polis&palavra=Prefeitura&pp=busca&#. SANTANÓPOLIS (BA), 05 de julho de 2021. Ana Angélica Santos da Silva - Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABERABA**  
CNPJ N: 13.719.846/0001-75  
**AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº PM1040PRE-2021**  
O Município de Itaberaba (BA), torna público que realizará licitação do tipo Pregão Presencial no dia 19/07/2021, às 09:30 hs. Local: CIA (CENTRO INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO), Sala de licitações, Rua Zulmira Silveira, s/n, Caiatu, ITABERABA/BA, (Próximo a Feira Nova). OBJETO: Contratação de empresa especializada no fornecimento de eventual aquisição de 01 (um) Trator Agrícola, referente ao contrato de repasse nº 853414/2017/SEAD/CAIXA. Para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Ind e Com., conforme especificações detalhadas e constantes no Termo de Referência (Anexo I). INFORMAÇÕES - Fone (75) 3251-0593, no horário de expediente das 8:00 às 12:00hs, PREGOEIRO: Alfredo Enrique P. Neto, Itaberaba-BA, 07 de julho de 2021

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEICAO DO JACUIPE**  
CNPJ N: 14.222.574/0001-19  
**AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2021.**  
Objeto: Contratação de serviço de gerenciamento e operacionalização de profissionais, para apoio às atividades das secretarias deste município, tudo em conformidade com as especificações constantes no termo de referência e condições do edital. Sessão: dia 20/07/2021, às 10h00min. Tipo de Julgamento: Menor preço por Lote. Informações e edital: Sede da Prefeitura Municipal, situado na Praça Manoel Teixeira de Freitas, s/n, Centro, Conceição do Jacuípe/BA, junto ao Setor de Licitações, pelo email: licitacao@cpmj@gmail.com ou no portal www.licitanet.com.br. Conceição do Jacuípe - BA, 06 de julho de 2021. Eval Brito de Oliveira - Pregoeiro.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABELA**  
CNPJ N: 16.234.429/0001-83  
**AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL SRP 25/2021**  
O MUNICÍPIO DE ITABELA, através da sua Pregoeira Oficial, torna público que no dia 20/07/2021, às 09:00, no endereço Av. Manoel Carneiro 327, Centro, Itabela-Bahia, serão recebidas propostas relativas ao PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 25/2021, tendo como objeto a Aquisição Gêneros Alimentícios, para atender as a alimentação Escolar junto a Secretaria Municipal de Educação do Município de Itabela. Os interessados poderão fazer a leitura do edital e adquirir - lo no endereço eletrônico https://www.itabela.ba.gov.br. As demais fases do certame serão publicadas no Diário Oficial do Município. Itabela-BA, 06 de julho de 2021. Gionara de Souza Pinha - Pregoeira Oficial

**CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIRAMA**  
**AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2021** A Câmara Municipal de Buritirama torna público que realizará licitação na modalidade Pregão Presencial nº 003/2021, cujo objeto é contratação de empresa especializada em Prestação de serviço de conectividade a internet - link dedicado, para conectividade à internet com garantia de download e upload na mesma velocidade, uso ilimitado, destinado a manutenção dos serviços desta Câmara Municipal, conforme especificações contidas no Edital. A entrega e abertura das propostas serão no dia 20 de julho de 2021, às 09h30min (nove horas e trinta minutos), na sede da Câmara Municipal situada à Praça 09 de Maio, S/Nº, bairro Centro, Buritirama/Bahia. Quaisquer informações pelo e-mail cmburitirama@gmail.com. O Edital estará disponível www.camaramunicipal.ba.gov.br. Buritirama/BA, 06 de julho de 2021. Célia Alves Silva-Pregoeira.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE URANDI**  
**AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO DE Nº 018/2021**  
O Município de Urandi-BA, fará Pregão Eletrônico de Nº 018/2021, para contratação de pessoa jurídica visando aquisição de artigos funerários, serviços de preparação tanato para conservação de corpos, velório e transporte funerário para atender as pessoas em situação de vulnerabilidade social do município de Urandi - BA. A abertura será no dia 20 de julho de 2021, às 9h:15min (nove horas e quinze minutos). O Edital e demais atos deste certame serão publicados no diário oficial do município http://www.urandi.ba.gov.br e www.licitacoes.com.br. Informações gerais através do e-mail cpl.urandi@gmail.com. Urandi-BA, 06 de julho de 2021. Conceição Maria Policiano Farias - Pregoeira - Decreto N.º 020/2021.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE IRAMAIA**  
CNPJ N: 13.894.902/0001-60  
**AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2021**  
A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Iramaia - BA, realizará na sede do Município, Tomada de Preço de nº 03/2021, em 22 de julho de 2021 às 09h00min, visando a contratação de empresa especializada em execução de obras e serviços de engenharia para recuperação de estrada vicinal no Município de Iramaia - BA, tudo conforme especificações do edital e anexos. Divulgação dos demais atos do certame - Diário Oficial: https://www.iramaia.ba.gov.br. Iramaia - BA, 07 de julho de 2021. Eriq dos Reis de Oliveira - Presidente da CPL.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIPIRANGA**  
CNPJ N: 14.215.826/0001-82  
**AVISO DE LICITAÇÃO TP Nº 002/2021**  
Abertura: 23/07/2021 às 09h - Objeto: Contratação de empresa para execução de serviços de engenharia para reforma e ampliação do cemitério Municipal. Edital e seus anexos no link: https://www.paripiranga.ba.gov.br/site/editalis. Josefa Vilma Souza Santos - Presidente da CPL, 06/07/2021.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUBERA**  
CNPJ N: 14.195.333/0001-28  
**AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO**  
PE nº. 029/2021 - PA. Nº 160/2021 - OBJETO: AQUISIÇÃO DE FORMA PARCELADA DE FARDAMENTO, ROUPARIA E CONFECÇÃO INSTITUCIONAL HOSPITALAR, BOTAS DE SEGURANÇA E ACESSÓRIOS DE TRABALHO DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E AGENTES DE COMBATE AS ENDEMIAS PARA ATENDER A SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITUBERA. TIPO: MENOR PREÇO. SESSÃO OCORRERÁ DIA 21/07/2021 ÀS 09H00, NO PORTAL DE LICITAÇÕES DO BANCO DO BRASIL SOB O Nº 881900. PE nº. 030/2021 - PA. Nº 161/2021. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MATERIAL GRÁFICO E COMUNICAÇÃO VISUAL EM ATENDIMENTO A SECRETARIA DE GOVERNO, JUSTIÇA E CIDADANIA DO MUNICÍPIO DE ITUBERA. TIPO: MENOR PREÇO. SESSÃO OCORRERÁ DIA 21/07/2021 ÀS 14H00, NO PORTAL DE LICITAÇÕES DO BANCO DO BRASIL SOB O Nº 881901. PE nº. 033/2021 - PA. Nº 163/2021. OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS, HORTIFRUTIS E ITENS DE BOMBONIERE EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE ITUBERA. TIPO: MENOR PREÇO. SESSÃO OCORRERÁ DIA 23/07/2021 ÀS 09H00, NO PORTAL DE LICITAÇÕES DO BANCO DO BRASIL SOB O Nº 881902. INFORMAÇÕES NA SEDE DA CPL-PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUBERA, TEL (75)3256-8100-E-MAIL: LICITACAO@ITUBERA.BA.GOV.BR. LUZINELIA DE OLIVEIRA SANTOS-PREGOEIRA

**AVISO DE CANCELAMENTO PP 033/2021**  
A Prefeitura Municipal de Paripiranga, através da sua Pregoeira, torna público o CANCELAMENTO DO PREGÃO PRESENCIAL 033/2021, tendo como objeto LICITAÇÃO DE PATRULHA MECANIZADA PARA ATENDER AOS TRABALHOS DE MELHORIAS, CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS NA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO. A sessão de licitação que ocorrerá no dia 14 de julho de 2021 às 09h, fica cancelada, tendo em vista alteração do edital. Assim sendo, será publicado novo edital nos meios de comunicação. Maiores informações através do Setor de Licitações do Município de Paripiranga/BA, no horário das 08:00 às 12:00. Paripiranga, 06 de julho de 2021. Patricia Cerqueira Guimarães - Pregoeira



Arara-azul-de-lear faz seus ninhos na caatinga baiana

# Complexo eólico ameaça ararinhas

**Carolina Cerqueira\***  
REPORTAGEM  
carolina.cerqueira@redebahia.com.br

Uma petição online que já reúne mais de 46 mil assinaturas no Brasil, França e Estados Unidos quer impedir a construção de um complexo eólico em Canudos, a 400 km de Salvador. O argumento é que o empreendimento, liderado pela multinacional francesa Voltalia, pode colocar em risco a vida das cerca de 900 araras-azuis-de-lear que habitam a região. A espécie está em perigo de extinção e é endêmica da caatinga, não sendo encontrada em outros locais do Brasil e do mundo. Hoje, existem

apenas 1.800 indivíduos da espécie.

A região onde o complexo será construído engloba a Estação Biológica de Canudos, área de preservação da arara-azul-de-lear instituída pela Fundação Biodiversitas, que se dedica à conservação de espécies ameaçadas de extinção, há cerca de 30 anos. No projeto, está prevista a instalação de 81 turbinas eólicas, divididas em duas fases. O complexo deve ter, ainda, rede de transmissão de energia de 50 km, adentrando Jeremoabo, que venderá toda a eletricidade produzida no local à Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig).

O abaixo-assinado foi criado na plataforma Chan-

**Usina em Canudos colocará em risco 900 aves ameaçadas de extinção**

ge.org em 5 de junho. A criadora, Náthaly Marcon, 18, é ativista da causa animal, defensora das araras-azuis e estudante de auxiliar de veterinária. "Eu me deparei com a notícia do complexo eólico e fiquei indignada. Eu fui me aprofundar no assunto e vi que, de fato, a construção poderia representar um perigo enorme para as araras e então decidi criar o abaixo-assinado", explica.

Como além de voar em pares, essas aves também se locomovem em bandos, caso colidam com as turbinas, muitas podem morrer, levando, em pouco tempo, à diminuição da população. "Elas sempre voam em pares ou em bando, saindo por volta de 5h30 da manhã, em revoada, em direção às áreas de alimentação. No final da tarde e início da noite, retornam às suas casas para dormir. O complexo eólico está no meio desse percurso e é aí que está o risco de colisão com as turbinas", explica Gláucia Drummond, bióloga e superintendente geral da Fundação Biodiversitas, instituição coautora da petição.

Gláucia explica que é importante que o país substitua a energia de combustíveis fósseis por matrizes sustentáveis, como a solar e a eólica, mas que esse movimento não pode ser feito colocando em risco a vida de animais. "A energia eólica é uma ma-

triz sustentável e a Biodiversitas é a favor disso, mas nós ficamos preocupados porque a área de construção fica exatamente na rota que a espécie utiliza".

A bióloga ressalta a importância da espécie arara-azul-de-lear e a necessidade de preservá-la. "É uma espécie considerada em perigo de extinção pela União Internacional para Conservação da Natureza (IUCN), eleita uma das sete maravilhas da natureza e é endêmica da caatinga baiana, ou seja, é um patrimônio nacional".

## DIVERGÊNCIAS

Segundo a Biodiversitas, um dos pontos que chama a atenção é que a Voltalia não precisou apresentar ao Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Inema) o licenciamento ambiental completo para obter permissão para a obra. Uma resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) estabelece a exigência de Estudo de Impacto Ambiental completo e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), além de audiências públicas, para plantas eólicas situadas em "em áreas de ocorrência de espécies ameaçadas de extinção e endemismo restrito".

A Voltalia Energia do Brasil enviou resposta aos assinantes da petição afirmando que "possui todas as licenças necessárias para a fase atual do parque eólico e que já realizou e permanece realizando diversos estudos para avaliação e monitoramento de potenciais impactos na região, com propostas de ações de controle e preservação", diz a nota.

A Voltaria acrescentou ainda que está ciente da petição e aberta ao diálogo. Além disso, reforçou que "é produtora de energia limpa, com projetos alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, e reforça o seu respeito à biodiversidade e ao Brasil, onde está há mais de 15 anos".

O CORREIO procurou o Inema, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, a Secretaria de Meio Ambiente da Bahia e o Conselho Nacional do Meio Ambiente, mas não obteve resposta até o fechamento desta edição, às 23h30.

\*COLABOROU LUANA LISBOA

\*\*COM A ORIENTAÇÃO DA CHEFE DE REPORTAGEM PERLA RIBEIRO

## Bahia liderou geração de energia eólica em 2020

De acordo com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE), a Bahia se manteve líder na geração de energia elétrica a partir das fontes eólica e solar no Brasil em 2020. Pelo segundo ano, estado foi o primeiro no país na produção nas duas fontes renováveis. De toda a energia gerada no país, 30% vem da Bahia.

Estima-se que 15 empregos são gerados por cada megawatt de potência em toda a cadeia produtiva da energia eólica. Até março deste ano, a Bahia somava 185 parques eólicos e possuía outros 76 em andamento.

"No ambiente de energias renováveis, temos uma coisa chamada fator de capaci-

**Somos um estado com potencial gigantesco. Não vejo país no mundo com essa capacidade de geração Durval de Almeida**

Doutor em Energias Renováveis e professor do Iiba

dade. Isso é o quanto você consegue transformar em energia elétrica, da energia presente, seja no sol ou no vento. Então, no caso de energia eólica, a média mundial é de 25%. Na Bahia, a média fica em torno de 50%. E a gente já teve momentos em que conseguiu fatores de capacidade de 80%", ressalta Paulo

Guimarães, superintendente de Atração de Investimentos na SDE.

Doutor em Energias Renováveis e professor do Instituto Federal da Bahia, Durval de Almeida explica que um forte corredor de ventos de baixa altitude que vem de Minas e atravessa a Bahia faz com que o estado tenha alto potencial.

# Mais\*

MAIS UM REAJUSTE NAS REFINARIAS, O OITAVO SÓ ESTE ANO, FOI ANUNCIADO PELA PETROBRAS

**Gabriel Moura**

REPORTAGEM

gabriel.moura@redabahia.com.br

Já virou rotina para os motoristas em 2021: abrir o jornal se deparar com a notícia do aumento no preço dos combustíveis. O último reajuste, oitavo deste ano, foi anunciado nessa segunda-feira (5), fazendo o preço da gasolina nas refinarias atingir R\$ 2,69, e o do óleo diesel, R\$ 2,81, refletindo crescimentos médios de R\$ 0,16 (6,3%) e R\$ 0,10 (3,7%) por litro, respectivamente, em comparação ao reajuste anterior.

O impacto já é sentido nos postos de Salvador, que chegam a cobrar R\$ 6,09 no litro da gasolina comum e R\$ 6,19 na aditivada. Neste mesmo período do ano passado, a média da gasolina em Salvador era de R\$ 4,14, de acordo com a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

O aumento de R\$ 2 em um ano provocou mudanças no comportamento dos motoristas baianos. Encher o tanque virou artigo de luxo e já há quem prefira deixar o veículo em casa para usar meios de transporte alternativos e mais baratos.

O assessor de investimentos João Victor Moreira, 28, optou por assumir sozinho, no ano passado, os gastos de um carro que dividia com o pai. O veículo, que era “beberão”, logo começou a pesar no orçamento do jovem, que viu ali uma oportunidade de transformar o prejuízo em lucro.

Valendo-se da alta no mercado de usados, ele conseguiu vender o veículo e aplicar o dinheiro em um investimento. João passou a andar apenas com aplicativos e quando viajava, alugava um carro. Somando a economia com combustível e todos os outros custos de um carro próprio, como impostos, manutenção e seguro, ele teve um impacto positivo de R\$ 400 em sua conta mensalmente.

“Quando levava em consideração seguro, IPVA, estacionamento, manutenção, eu praticamente trabalhava para manter o carro. Vi que estava sendo um luxo injustificável. Então vendi e me comprometi a ficar 1 mês sem carro pra ver



NARA GENTIL

## Gasolina vira ouro: litro chega a R\$ 6,19

Valor do combustível nas alturas faz consumidores mudarem de comportamento

**Em apenas** um ano, preço subiu R\$ 2; confira dicas para economizar

### ONDE ENCONTRAR GASOLINA MAIS BARATA EM SALVADOR\*

Posto Zeus, Acupe de Brotas	R\$ 5,70
Posto Naranhíba, Naranhíba	R\$ 5,81
Posto Alameda da Barra, Barra	R\$ 5,81
Posto do Cristo, Ondina	R\$ 5,81
Posto Pelicano, Cabula	R\$ 5,83
Posto Ponto Alto, Águas Claras	R\$ 5,83
Posto Sul América, Caminho de Areia	R\$ 5,85
Posto Trevo, Fazenda Grande do Retiro	R\$ 5,85
Posto Novo Horizonte, Paralela	R\$ 5,85
Posto São Rafael, São Marcos	R\$ 5,85

\*LISTA FEITA COM BASE NO APLICATIVO “PREÇO DA HORA”, DO GOVERNO DA BAHIA. OS VALORES SÃO REFERENTES A 6 DE JULHO

se eu me adaptava, e super me adaptei. Não fico mais preocupado com o carro depreciado e o capital da venda eu transformei em um ativo, uma vez que está me rendendo juros em aplicações financeiras”, detalha o investidor.

Enquanto motoristas procuram maneiras de suavizar o impacto no bolso, quem trabalha diretamente com os carros só vê o prejuízo aumentar. É o caso do taxista Sérgio Eduardo, que opta por usar a gasolina ao invés do GNV.

Em 2019, ele gastava em média R\$ 1.200 por mês com combustível. Em 2021, o valor já chega a R\$ 2.500, mes-

mo com uma demanda por corridas reduzida por conta da concorrência com os aplicativos. Sérgio ainda encontra outro problema: a falta de reajuste no taxímetro, congelado há 5 anos.

“Hoje numa corrida de R\$ 10, R\$ 6 vai para combustível, com R\$ 4 de lucro, que no final fica R\$ 2 por causa dos outros custos do carro, como manutenção e impostos. Para a gente arrumar um dinheiro tem que se matar de trabalhar. O preço está totalmente exagerado, sem controle”, revela o taxista, que já pensou diversas vezes em largar a profissão.

### VEJA COMO ECONOMIZAR

O colunista do CORREIO Antônio Meira Jr., especialista em carros, separou algumas dicas para ajudar a economizar no combustível. Confira:

● **Aceleração** Controle a emoção e pise devagar no acelerador. Acelere de forma gradual, sem exigir muito do motor.

● **Freio** Não deixe para frear o veículo com força já em cima do sinal de trânsito.

● **Escolha direito** Todos os veículos vêm com uma marca do Inmetro informando o consumo dele. Escolha o mais econômico.

● **Diminua o peso** Quanto mais pesado o carro, mais combustível ele gasta. Dê uma geral em seu veículo e tire da mala itens não essenciais para a sua viagem.

● **Marchas** A troca de marcha faz muita diferença no consumo, por isso, não estique as marchas sem necessidade. Um carro a 40 km/h não pode estar em 5ª marcha, ou chegar a 100 km/h em segunda marcha.

● **Abastecimento** Só abasteça em postos confiáveis e conhecidos. Os carros rendem a mesma coisa que com a gasolina comum e a aditivada - a diferença está apenas na limpeza que a segunda faz no motor.

● **Ar-condicionado** Muito se fala que o ar-condicionado aumenta o consumo. No passado realmente isso acontecia, mas os compressores modernos já não exigem tanto esforço do motor. As janelas fechadas melhoram a aerodinâmica e, conseqüentemente, o consumo cai.

● **Revisões** Faça revisões e manutenções preventivas e verifique, em especial, o estado das velas e o funcionamento da injeção eletrônica. O alinhamento das rodas é fundamental para a aerodinâmica do carro. Automóvel alinhado economiza combustível.

● **Pneus** Pneus murchos ou com a calibragem errada influenciam diretamente no consumo. A calibragem deve ser feita, no máximo, a cada 15 dias, seguindo as orientações das montadoras para pressão. Os pneus podem ser responsáveis por até 20% do consumo de combustível.

## Entenda por que a gasolina aumentou tanto

Desde 2019, a Petrobras passou a adotar no Brasil uma política de preços internacional. Ou seja: ela vende no país o combustível pelo mesmo preço praticado em todo o mundo. Desta forma, a gasolina passa a ter uma volatilidade maior, além de

sofrer um impacto direto com o câmbio, visto que ela é vendida em dólar.

Nessa terça-feira (6), o valor do barril de petróleo WIT atingiu seu maior valor em 7 anos, cotado a US\$ 76,98. Essa alta somada ao valor do dólar, que ultrapas-

sa R\$ 5, são os grandes causadores do preço elevado nos combustíveis.

“Além disso tudo, tem os custos do transporte do combustível e a margem de lucro dos postos e distribuidoras. Também tem o fator fiscal, visto que a Bahia paga

um dos maiores ICMS para combustíveis do Brasil. E quem acaba pagando toda essa conta na gasolina, diesel e gás de cozinha, infelizmente, é o consumidor final”, detalha Edísio Freire, especialista em finanças e colunista do CORREIO.

# Tribuna

## Preços dos combustíveis voltam a subir

Reajuste para o consumidor já começou a valer; gasolina está perto dos R\$ 6 nos postos

LARISSA NUNES  
ESTAGIÁRIA

O reajuste nos preços dos combustíveis e gás de cozinha anunciado pela Petrobrás começou a vigorar na terça-feira (6). Com isso, o preço médio da gasolina fica em torno de R\$ 0,16 (6,3%), fazendo com que o litro do combustível passe de R\$ 2,53 e chegue a R\$ 2,69 nas refinarias da estatal.

Já o diesel, teve um reajuste médio de R\$ 0,10 (3,7%) por litro, e passa a custar R\$ 2,81 nas refinarias da Petrobrás. A estatal também anunciou que o preço médio de venda de gás liquefeito de petróleo (GLP) para as distribuidoras passará a ser de R\$ 3,60 por kg, um aumento de R\$ 0,20 (6%) por kg.

Com as constates altas, o consumidor se queixa. O estudante Gabriel Fernandes, reclama do alto

valor no combustível.

"Mesmo sabendo que não haverá tanta diferença, optei por abastecer antes do aumento. Paguei caro e infelizmente é uma lástima saber que cada dia pagamos a mais por algo que vem do nosso próprio país."

De acordo com o Sindicato dos Revendedores de Gás do Estado da Bahia, Sinrevgas, houve um reajuste 5,91% por parte da Petrobrás e a rede de revendedores irá repassar esse aumento para os consumidores a partir desta quarta-feira (7).

Para Geraldo Frois que é dono de uma autoescola, o aumento do combustível acaba sendo um peso no bolso, já que é o item necessário para o ramo.

"Precisamos prestar os serviços contratados pela empresa e com a gasolina no valor de R\$ 5,89, e agora esse novo reajuste, fica um pouco mais difícil. Só pra ter uma ideia, existem matrículas que foram realizadas quando o

combustível estava na casa dos R\$4 reais e alguns centavos; com isso conseguimos conciliar outras demandas na empresa já que era uma redução que tínhamos."

O secretário executivo do Sindicombustíveis-BA, Marcelo Travassos, afirma que a decisão de passar os reajustes para os consumidores varia de acordo com o gestor do posto de combustível, avaliando o aumento que irá receber da distribuidora.

"A elevação da Petrobrás foi 6,28% na gasolina, representando 47% só neste ano e 3,89% no diesel equivalente a 41% só nesse primeiro semestre. A inflação segue em alta e, portanto não temos como falar em valor repassado para o consumidor, isso cabe a cada empresário com toda precaução em avaliar o aumento recebido pela distribuidora e a oportunidade em aplicar ou não esse reajuste."

Foto: Romildo de Jesus



### INFLAÇÃO

Segundo o Sindicato, reajuste para os consumidores varia de acordo com o posto

## Setor turístico espera por flexibilização das atividades

Queda na ocupação de UTI traz expectativa de melhora para os setores impactados pela pandemia

LILY MENEZES  
REPORTER

Com os inúmeros atrativos que Salvador tem a oferecer, não é difícil imaginar que os setores de turismo e entretenimento estão entre os mais prejudicados com a pandemia. As medidas restritivas para proteção à vida fizeram a receita de bares, restaurantes e outras atividades de convivência despencarem, e muitos precisaram fechar as portas. Porém, enquanto o anúncio da realização de um evento-teste no Centro de Convenções pela prefeitura da capital divide opiniões entre a população, a possibilidade de retorno gra-

dual às atividades parece ser uma luz no fim do túnel para os estabelecimentos que amargaram prejuízos, especialmente com a permanência de Salvador como um dos destinos mais desejados para o pós-pandemia. A flexibilização dos protocolos se torna viável por conta da melhora nos números da covid-19 em Salvador e na Bahia como um todo; desde o dia 30 de junho, foi implementado um grupo de trabalho para elaborar um cronograma de retomada do turismo.

Os boletins da Secretaria de Saúde do município mostram a manutenção da queda na ocupação das UTIs exclu-

sivas para a doença desde o dia 25 de junho, principal dado levado em conta para determinar as medidas que entrarão em vigor. Até o fechamento desta edição, a capital baiana registrava 60%. O presidente executivo da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes Bahia (Abrasel-BA) Luiz Henrique do Amaral espera que o setor consiga se reaquecer e os estabelecimentos da categoria possam funcionar em plenitude. "Houve um impacto desproporcional sobre o segmento de bares e restaurantes", lamentou. Para que a retomada seja vantajosa, ele defende a ampliação do horário de funciona-

mento e a liberação da venda de bebidas nos locais que obedecem aos decretos.

"Não abraçamos quem não respeita o protocolo. E uma parceria, o setor precisa oferecer ambiente seguro, seguir os protocolos que foram construídos em conjunto, e do outro lado o estado fiscalizar para punir quem não cumpre as medidas", assinalou o gestor da regional da Abrasel. Já Luciano Lopes, presidente da seção baiana da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH-BA), vê o avanço da vacinação como um fator determinante para que o turismo possa começar a dar sinais de retorno. "Consideran-

do que em torno de 50% da população de Salvador já tomou pelo menos a primeira dose da vacina, temos esperança de que, em breve, possamos ter sempre praias e pontos turísticos abertos", disse o gestor para o portal Hotelier.

Para o representante do Conselho Baiano de Turismo (CBTur) Sílvio Pessoa, a criação do grupo de trabalho já é um bom começo, pois o processo de retomada do turismo exige um preparo mais amplo. A esperança é de que, com a melhora do cenário, mais medidas restritivas sejam flexibilizadas. "A gente espera que nos próximos quinze dias exist-

tam mudanças nos protocolos de segurança para mostrar ao turista que, além de bonita, a Bahia está aberta e receptiva". No momento, o foco do grupo é estimular a circulação dos próprios baianos pelas cidades do Estado, além de continuar trazendo os turistas das regiões Sul e Sudeste. "O turista internacional deve demorar para vir por conta dos altos números e da imagem ruim do Brasil", argumentou Pessoa. Para o verão, o CBTur espera que a ocupação dos hotéis tenha um incremento de 10% em relação ao alcançado em janeiro e fevereiro deste ano, quando as taxas foram de 50% e 40% respectivamente.

## As transferências de saldo credor de ICMS entre empresas distintas



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Facebook

Twitter

Pinterest

WhatsApp

As transferências de excedentes de saldos credores acumulados de uma

empresa, só podem ser consideradas legítimas se inicialmente obedecerem

a três princípios básicos:

i) Ocorrer entre estabelecimentos de uma mesma unidade da

federação.

ii) Obedecer aos preceitos legais estabelecidos no Regulamento do

**ICMS** desta unidade da federação.

iii) Estar esta transferência previamente autorizada pela Secretaria

da Fazenda desta unidade da federação, através de regime

especial, despacho concessivo, ou termo de acordo.

O acúmulo de saldo credor **ICMS** se constitui em um problema financeiro que atinge um leque cada vez maior de empresas brasileiras.

Isto por quê, o 'benefício' concedido de não haver incidência ou haver incidência parcial do imposto na saída, acaba se transformando em um problema de caixa, quando a empresa não consegue reaver por meio de suas atividades normais o imposto pago quando das entradas de mercadorias.

Da confrontação na escrita fiscal do saldo de débitos por vendas e créditos por compras de **ICMS** o saldo devedor em favor do **fisco**, deve ser pago e recolhido aos cofres públicos nos prazos por ele estabelecidos, pois não o sendo, ficam os contribuintes sujeitos a multa, inscrição em **dívida ativa**, e **execução fiscal** com penhora de bens do contribuinte.

Já se deste confronto de débitos e créditos, resultar em saldo credor em favor do contribuinte, este saldo é transferido para aproveitamento em período ou nos períodos subsequentes, e em muitos casos vem se acumulado 'ad eternum'.

Cabe ao contribuinte tomar as medidas cabíveis em âmbito administrativo visando reaver estes valores, pois a Secretaria da Fazenda não irá procurá-lo para lhe ressarcir.

E eis o problema de caixa, enquanto não recuperados estes valores, pois ficam gerando um lucro fictício e Imposto de Renda e Contribuição Social pois não houve a percepção econômica destes valores. Neste caso, para a empresa lucrativa, para cada R\$ 1,00 de desembolso de crédito de **ICMS** custa R\$ 1,34, vez que para estas empresas o imposto sobre o lucro representa 34%.

## O PRINCÍPIO DA NÃO CUMULATIVIDADE

O **ICMS** tem, na essência de sua matriz constitucional o princípio da não cumulatividade, visando evitar o 'efeito cascata', onde a Constituição Federal determina que: 'o imposto será não cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação relativa à circulação de mercadorias ou prestação de serviços com o montante cobrado nas anteriores pelo mesmo ou outro Estado ou Distrito Federal.' (Artigo 155, parágrafo 2º, inciso I da CF 1988).

A Constituição Federal também determina que caberá a lei complementar, disciplinar o regime de compensação do **ICMS** (Art. 155, XII, c) e a Lei Complementar 87/96 estabelece que a lei estadual poderá permitir que os saldos credores acumulados poderão ser transferidos nas condições que definir, a outros contribuintes do mesmo Estado. (Art.25, Parágrafo 2º, I da LC 87/96)

A Lei Complementar 87/96 não disciplina o regime de compensação conforme lhe facultou a Carta Magna de 1988 e sim outorgou esta competência às unidades federativas, as quais por seu turno, poderão e tem agido de modo discricionário e facultativo, de modo a limitar ou impedir a efetiva fruição dos saldos credores acumulados de **ICMS**.

Nosso querido Brasil de dimensões continentais está dividido em 27 unidades da federação, todos com seu próprio regulamento do **ICMS**. Para uma empresa com unidades ou transações comerciais em vários estados, cria-se um verdadeiro cipocal de normas tributárias, pois não estamos falando apenas de 27 normas e sim de 26 regulamentos, cada qual com cerca de 500 artigos, diferentes entre si e alterados alguns a cada semana,

outros a cada dia.

Por Ivo Ricardo Lozekam

Na medida que os governos estaduais criam mecanismos que determinem a não incidência do **ICMS** por ocasião das saídas de mercadorias, altera-se a essência constitucional deste imposto, pois rompe-se a cadeia da não-cumulatividade. Desta forma as empresas acabam por suportar o ônus integral do imposto pago por ocasião das suas compras, o que acaba por aumentar a carga tributária.

1 Tributarista. Diretor da LZ Fiscal, empresa especializada desde 1996 na monetização do crédito acumulado de **ICMS**. Articulista de diversas publicações destacando-se IOB, Thomson Reuters Site Migalhas, Site Contábeis, Superior Tribunal de Justiça entre outros.

**Assuntos e Palavras-Chave:** Procuradoria Geral do Estado - Execução Fiscal, Dívida Ativa | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - FISCO, ICMS

Cada unidade da federação, possui suas regras próprias para que as empresas possam transferir a outras empresas este excedente de saldo credor de **ICMS**. Algumas unidades da federação restringindo estas transferências a determinadas situações muito específicas que praticamente tornam nulas suas hipóteses. Outras unidades da federação já contam com possibilidade real de transferência de créditos de **ICMS** de uma empresa para outra.

Assim, para que a transferência de saldo credor de **ICMS** possa ocorrer de uma empresa para outra se faz necessário, primeiramente que seja dentro de uma mesma unidade da federação, obedecendo os preceitos legais estabelecidos do Regulamento do **ICMS** desta unidade da federação, sendo por conseguinte previamente autorizado pela Secretaria da Fazenda.

A correta observação destes procedimentos, se traduz na boa gestão do caixa, vez que a medida em que a empresa não acumula estes créditos, significa que estará reavendo os valores pagos a maior no tempo adequado, contribuindo assim para melhoria de sua saúde financeira.

Veículo: Gov Bahia	
Data: 06/07/2021	



## **Nova parcela do vale-alimentação estudantil será paga no dia 15 de julho**

6 julho 2021

Os estudantes matriculados na rede estadual de ensino irão receber mais uma parcela do vale-alimentação estudantil no dia 15 de julho. O pagamento do auxílio, no valor de R\$ 55 por estudante, foi confirmado pelo governador Rui Costa, na noite desta terça-feira (6), durante o Papo Correria. Com este novo crédito totalizam-se R\$ 316 milhões já investidos pelo Estado, com recursos próprios, no programa.

Também foi confirmado que o terceiro crédito do Programa Bolsa Presença será efetivado no próximo sábado (10). Com o benefício, cada família recebe, mensalmente, um crédito de R\$ 150, totalizando mais de R\$ 200 milhões em investimentos.

“Somando os dois benefícios, são mais de R\$ 500 milhões investidos pela Bahia, com recursos próprios, para colocar comida na mesa das pessoas. Isso significa apoio a quem mais precisa. Estamos indo no limite das possibilidades financeiras do Estado para dar esse apoio para a educação de nossos estudantes. Além desses dois, temos o programa Mais Estudo, que concede bolsas de R\$ 100 para 52 mil estudantes, que dão monitoria em Língua Portuguesa, Matemática e Educação Científica aos colegas. Vamos continuar fazendo cada vez mais”, afirmou o governador.

O vale-alimentação é usado exclusivamente para a compra de alimentos, como feijão, arroz, macarrão, ovos, carne e leite, sendo de livre escolha do estudante. Os alimentos podem ser comprados com o cartão Alelo em mais de 20 mil estabelecimentos credenciados nos 417 municípios baianos, além de distritos e povoados, movimentando também a economia do estado. Em caso de dúvida sobre o vale-alimentação, o estudante deve entrar em contato com a escola onde está matriculado ou pelos canais da Ouvidoria (0800 284 0011 e e-mail [ouvidoria@educacao.ba.gov](mailto:ouvidoria@educacao.ba.gov)).

### **Saúde**

Durante o Papo Correria, Rui ainda assinou a ordem de serviço para a reforma e modernização do Hospital Especializado Octávio Mangabeira, no valor de mais de R\$ 30 milhões. As obras terão início no dia 12 de julho e estão previstas para serem concluídas em dez meses. Serão realizadas intervenções em toda a unidade, incluindo a substituição de toda a rede elétrica e hidráulica, novas UTIs e um novo centro cirúrgico. A unidade terá 168 leitos, sendo 39 de UTI adulto e pediátrica, além de enfermarias dedicadas a pacientes de cirurgia torácica, cirurgia de cabeça e pescoço e oncologia.

Durante as obras, o ambulatório de pneumologia permanecerá funcionando e atendendo cerca de 4 mil pessoas por mês. Também permanecem abertos o serviço de bioimagem e o laboratório especializado, que faz análises diferenciadas, como o teste do suor. Já os serviços de infectologia clínica, vascular e cirurgia torácica serão incorporados por outras unidades da rede estadual na capital baiana, garantindo o acesso e assistência aos pacientes.

### **Volta às aulas**

O governador também falou sobre a possibilidade do retorno às atividades escolares de forma semipresencial. “Temos registrado uma queda expressiva no número de internados e de novos casos de Covid-19 no estado. Se esses números continuarem caindo, nós vamos retornar as aulas agora no meio de

julho num modelo híbrido, com as turmas alternando dia sim, dia não. Aproveito a oportunidade, faço um apelo também para os municípios começarem a se preparar para o retorno às aulas”.

***Repórter: Tácio Santos***

Veículo: Gov Bahia	
Data: 06/07/2021	



## Estado abre licitação para modernização e construção de escolas e complexos poliesportivos educacionais em 15 municípios

6 julho 2021



Foto: Camila Souza/GOVBA

O Governo do Estado publicou, nesta terça-feira (6), no Diário Oficial, avisos de licitação visando à contratação de empresas especializadas para a execução de obras para a modernização e construção de escolas e Complexos Poliesportivos Educacionais em 15 municípios da Bahia. Serão beneficiados nesta ação as cidades de Santo Estevão, Caetitê, Jaguaquara, Ribeira do Pombal, Salvador, Coronel João Sá, Glória, Paulo Afonso, Sítio do Quinto, Castro Alves, Conceição da Feira, Governador Mangabeira, Laje, Muritiba e Santo Antônio de Jesus.

O secretário da Educação do Estado, Jerônimo Rodrigues, falou sobre a requalificação da infraestrutura física das unidades escolas para fortalecer a aprendizagem dos estudantes, aliada à prática de esporte, cultura, arte e ciência. “Seguimos com o compromisso de executar obras que qualifiquem escolas com espaços para fomentar ainda mais a Educação em Tempo Integral e a Educação Profissional e Tecnológica, assim como o esporte, a arte e a cultura no currículo escolar. Ressalto que já temos obras em curso com o mesmo objetivo e que os investimentos incluem os Complexos Poliesportivos Educacionais”.

Desde 2015, 19 novas escolas já foram entregues pelo Estado. Em 2020, mesmo diante do cenário de pandemia do novo Coronavírus e seguindo todos os protocolos sanitários, o Estado entregou três novas escolas: o Colégio Estadual do Campo Anderson França, no município de Prado; o Colégio Estadual Quilombola Luís José dos Santos, em Campo Formoso; e o Colégio Estadual Professora Maria Tereza de Oliveira, em Novo Triunfo. Os projetos de modernização e novas escolas seguem um alto padrão de infraestrutura, incluindo a implantação de quadra coberta poliesportiva, campo society, auditório, laboratórios, biblioteca e refeitório, dentre outros equipamentos.

Já os Complexos Poliesportivos Educacionais foram inaugurados em quatro municípios: Conceição do Coité, São Gonçalo dos Campos, Jequié e Irecê. Os espaços possuem ampla estrutura, com quadra poliesportiva coberta, campo society com grama sintética e pista de atletismo, entre outros, e podem ser utilizados pelas redes escolares de ensino e pela comunidade do município e da região. Já estão anunciados também novos complexos em municípios como Santo Amaro, Juazeiro, Ibotirama, Brumado, Feira de Santana, Salvador e Jaguaquara.

O Aviso de Licitação Presencial nº 031/21 pode ser conferido no [site da Conder](#). Já o Aviso de Licitação nº 021/2021 e o nº 022/2021 estão disponíveis no [site da Secretaria da Educação do Estado](#).

**Fonte: Ascom/Secretaria da Educação do Estado**

Veículo: Bahia Econômica	Online
Data: 07/07/2021	Coluna: Economia



## REFORMA TRIBUTÁRIA: GUEDES ACEITA MUDANÇA NO IR PARA EMPRESAS



7 Julho, 2021

O Ministro Paulo Guedes, da Economia, aceitou fazer mudanças na proposta de reforma tributária do governo e ampliar a redução de impostos de empresas em até dez pontos percentuais — de um patamar atual em torno de 34% de carga tributária para 24%. Outra mudança que a equipe do ministro já admite é ampliar a faixa de pessoas que poderão seguir fazendo a declaração de renda simplificada, em que há um desconto de 20%. No texto enviado ao Congresso, o limite de renda passava a ser de R\$ 40 mil ao ano. Este valor poderá subir para cerca de R\$ 60 mil.

Em conversas com interlocutores, o ministro afirmou que novos cálculos da Receita Federal permitem a queda do imposto de renda das empresas, que já será reduzido em cinco pontos percentuais no primeiro ano de validade das novas regras — a proposta inicial era reduzir esse percentual ao longo de dois anos. O governo bancará uma redução mais ampla, de dez pontos percentuais, se o Congresso aceitar fazer cortes em benefícios tributários na ordem de R\$ 20 bilhões. A cada ano, o governo deixa de arrecadar R\$ 330 bilhões devido aos subsídios.

As mudanças serão feitas no texto do relator, deputado Celso Sabino (PSDB-PA), depois de a proposta enviada pelo governo ao Congresso ter sofrido forte reação negativa no mercado financeiro e em setores econômicos, como a indústria. O ministro não quer, entretanto, mudança na proposta de tributar dividendos. Segundo ele tem dito nos encontros, a média de tributação de dividendos entre países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento (OCDE) fica entre 20% e 40%.

A manutenção da tributação de dividendos acima de R\$ 20 mil seria compensada pela redução dos impostos para empresas. Para equilibrar o peso que recairia sobre empresas, o governo decidiu então compensar com uma redução mais forte na carga tributária geral de pessoa jurídica. Guedes também não é a favor de mudanças na proposta de extinção dos juros sobre capital próprio, que são repassados aos acionistas. Segundo Guedes, o JCP “é a jabuticaba tributária inventada no Brasil”.

Outras propostas do governo, como mudanças para pessoa física, serão mantidas, inclusive a elevação para R\$ 2,5 mil a elevação da faixa de isenção do imposto de renda. O ministro tem insistido que as mudanças são fiscalmente neutras e não representam maior arrecadação para o governo.

Veículo: Bahia Econômica	Online
Data: 07/07/2021	Coluna: Bahia Invest



## LEÃO QUER “EQUALIZAR RECEITA” ELEVANDO ARRECADAÇÃO NO INTERIOR



6 Julho, 2021

O vice-governador João Leão, secretário do Planejamento, realizou nesta terça-feira (06), a primeira reunião do Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial (Cedeter) em sua segunda passagem pela secretaria do Planejamento (Seplan). O gestor frisou a importância de equilibrar as receitas dos territórios de identidade e sobre aumentar a arrecadação do Estado. A inclusão dos 27 Territórios de Identidade no conselho foi uma das reivindicações da agenda territorial.

Leão falou do crescimento das energias renováveis, em especial a eólica e solar fotovoltaica, que têm mudado a realidade de muitas localidades, principalmente no sertão baiano. São 225 parques em operação e 233 em construção e com construção prestes a iniciar. O Polo Agroindustrial e Bioenergético do Médio São Francisco foi outro exemplo utilizado como grande alavancador da economia.

“Nosso objetivo é aumentar e equalizar a receita na Bahia, pois elevando os índices de arrecadação no interior, vamos gerar empregabilidade nas regiões. Historicamente, Salvador e Região Metropolitana concentram a maior renda do estado. Atualmente são 72,74%, seguido de Litoral Norte e Agreste Baiano com 5,75% e Portal do Sertão com 5,54%. Juntos, eles são responsáveis pela arrecadação de 84% do ICMS. Esses três territórios concentram 4,2 milhões de habitantes, enquanto em todo restante do estado há mais de 12 milhões de pessoas. Não é justo que a renda fique toda concentrada”, declara o secretário do Planejamento.

Durante a apresentação do Polo Agroindustrial, que beneficia diretamente três territórios: Bacia do Rio Grande, Velho Chico e Bacia do Rio Corrente e juntos somam 3,17% da arrecadação, o diretor de Planejamento Territorial, Herbert Oliveira, afirmou que a região com um dos piores IDHs do estado tem disponibilidade hídrica para implantação de projetos irrigáveis com dois rios: Rio Grande e São Francisco. “Os projetos vão gerar emprego, renda e melhorar a qualidade de vida das pessoas”.

O polo, que já possui 16 projetos agrícolas, agropecuários, agroindustriais e sucroalcooleiros em implantação, é parte de uma iniciativa do Governo do Estado que visa criar outros polos de desenvolvimento na Bahia. A Fazenda Serpasa, do Grupo Paranhos, em Muquém do São Francisco, onde está em implantação a primeira usina sucroalcooleira do Polo Agroindustrial, entrará em operação no segundo semestre deste ano. São 12 pivôs de 110 hectares em operação, uma área de 1,3 mil hectares de cana de açúcar plantada e a expectativa é que o empreendimento gere 3,5 mil empregos diretos e indiretos.

A reunião contou com a presença de representantes das secretarias de Desenvolvimento Rural (SDR), de Cultura (Secult), de Segurança Pública (SSP), da Agricultura (Seagri), do Meio Ambiente (Sema) e da Saúde (Sesab). Além de 10 conselheiros representantes dos colegiados territoriais. Ficou definido que na próxima reunião, ainda com data a definir, todos os territórios estarão representados. Serão convocados os 11 conselheiros, 11 suplentes e cinco representantes dos territórios de identidade, que não fazem parte do conselho.

Foto: Ascom/Seplan



# Tributação em debate pela OCDE vai impactar países que praticam a guerra fiscal

*Para o Brasil, que adota em geral alíquotas de impostos mais elevada do que o mínimo proposto, não há um impacto direto*

**Antonio Côrrea de Lacerda\***, O Estado de S.Paulo

07 de julho de 2021 | 04h00

As tratativas para adoção de uma alíquota mínima de imposto global estão avançando. Já há um acordo, envolvendo um total de 130 países, incluindo o **Brasil**, representando cerca de 90% do **Produto Interno Bruto (PIB)** mundial, de reforma da tributação sobre empresas multinacionais. Propõe-se a adoção de um imposto mínimo sobre os lucros, conforme articulado no âmbito da **Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômica (OCDE)**.

A tributação em debate terá impacto significativo especialmente para aqueles países que praticam a chamada guerra fiscal, com a adoção dos paraísos tributários, a isenção parcial ou total de impostos no intuito de atrair investimentos das empresas na instalação de suas sedes. Outra questão análoga diz respeito à tributação de transações digitais, com impactos especialmente sobre gigantes da área como **Google**, **Apple**, **Facebook** e **Amazon**, entre outras.

A discussão em si não é nova, mas enfrentava resistência dos **Estados Unidos**, na gestão **Trump**, agora superada na era **Biden**; assim como na **União Europeia** se construiu um relativo consenso entre os países membros em prol da proposta. A adesão da **China** à causa também foi relevante e o ponto de partida para um acordo mais amplo se deu a partir da reunião do **G-7** ocorrida no início de junho passado. Se aprovadas, as regras valerão a partir de 2023.

A reforma da tributação sobre empresas transnacionais pressupõe duas etapas: a primeira equivale a uma realocação de uma parcela do lucro pago pelas empresas aos chamados “países de mercado”, que são aqueles nos quais efetivamente elas desenvolvem suas atividades. Assim, a tributação deixará de ocorrer somente nos países onde se localizam as sedes das empresas. Já a segunda etapa implica a adoção de uma tributação com alíquota de pelo menos 15% sobre os lucros.

Ambas as etapas combinadas têm como objetivo inviabilizar ou, pelo menos, dificultar a prática de transferências fictícias de sedes de empresas para países que praticam tributação muito baixa, ou até mesmo nula de lucros.

Para o Brasil, que adota em geral alíquotas de impostos mais elevada do que o mínimo proposto, não há diretamente um impacto. O **Imposto de Renda sobre as pessoas jurídicas** é de 34%, embora se tribute a distribuição de lucros e dividendos, o que a reforma tributária que o governo federal acaba de apresentar propõe alterar.

O País, assim como os demais que vinham eventualmente perdendo investimentos para outros que praticam a guerra fiscal, será, em tese, favorecido na disputa.

Uma questão paralela relevante é a tributação presente em exceções, como alguns segmentos da **Zona Franca de Manaus (ZFM)**. Principalmente quanto às brechas presentes na legislação que tem dado margem a práticas de planejamento e elisão fiscal, as quais só distorcem a concorrência, sem gerar retorno social. Isso vem ocorrendo na atividade de fabricação de concentrados na ZFM, por exemplo.

Grandes empresas multinacionais do setor de bebidas têm se apropriado, de forma abusiva e anticoncorrencial, de incentivos e créditos tributários para terem maiores ganhos competitivos e margens de lucro, por meio da prática do superfaturamento na venda dos concentrados de refrigerantes, de forma a aumentar artificialmente incentivos tributários.

Tais práticas montam um contencioso total de R\$ 20 bilhões no **Brasil**, além de mais US\$ 5 bilhões nos Estados Unidos. São exemplos para os quais a pressão internacional pela contenção de brechas e uniformização da tributação pode representar importante limitação.

\*PROFESSOR-DOUTOR, DIRETOR DA FEA-PUCSP, PRESIDENTE DO CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA (COFECON),

PUBLICOU, ENTRE OUTROS, 'O MITO DA AUSTERIDADE' (EDITORA CONTRACORRENTE). SITE: [WWW.ACLACERDA.COM](http://WWW.ACLACERDA.COM)

Veículo: O Estado de S. Paulo	
Data: 07/07/2021	Caderno: Economia



# Secretário de Guedes diz que problema no Brasil é 'tributação excessiva sobre quem produz'

*Carlos Alexandre da Costa disse estar totalmente alinhado com o ministro da Economia na proposta de reforma do IR e alegou ser contra o aumento de impostos no País*

**Adriana Fernandes, O Estado de S.Paulo**

06 de julho de 2021 | 22h12

BRASÍLIA - O secretário especial de produtividade e competitividade do **Ministério da Economia**, **Carlos Alexandre Da Costa**, usou as redes sociais para manifestar contrariedade com o debate em torno do projeto de reforma do **Imposto de Renda**.

“O problema tributário no Brasil não é sobre ricos versus pobres, e sim sobre tributação excessiva sobre quem produz vs burocracia proibitiva que leva muitos brasileiros à informalidade”, escreveu Da Costa.

No projeto, o governo propôs a volta da tributação de lucros e dividendos com alíquota de 20% (hoje isentos), além do fim da possibilidade de as empresas deduzirem do imposto a pagar a distribuição dos **Juros sobre Capital Próprio** (uma forma de remunerar os acionistas). A proposta foi criticada pelos empresários, que afirmam que haverá aumento da carga tributária do País.

Depois que o projeto foi enviado, cresceu o debate sobre o caráter distributivo do projeto que aumenta a carga dos super-ricos. É esse ponto que Da Costa agora contesta na sua conta do twitter.

Mas o próprio secretário da **Receita Federal**, **José Tostes**, em entrevista ao *Estadão/Broadcast* chamou atenção para a **importância do projeto ao tributar acionistas de empresas que ganham muito renda de lucros de dividendos**,

que hoje [e isenta. Tostes disse que não se pode misturar a tributação de empresas com a de pessoas físicas e expõe de onde vem a reclamação pela manutenção da isenção de lucros e dividendos. "Temos aqui apenas 20.858 pessoas, numa população de 210 milhões, que receberam R\$ 230 bilhões sem pagar imposto. Essas pessoas pagaram só 1,8% de todo o rendimento que receberam", afirmou.

Chefe de Da Costa, o ministro da Economia, **Paulo Guedes**, também tem se posicionado a favor da cobrança dos 20 mil ricos do País que recebem dividendos, mas acenou com uma queda maior do **Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas**.

Procurado, Da Costa disse ao **Estadão** que está "totalmente alinhado" com Guedes. "Somos contra o aumento de impostos. Esta tem sido sempre a posição do ministro Paulo Guedes", afirmou. Segundo Da Costa, quem produz paga imposto demais no País. "Essa visão de que empresários pagam menos impostos desconsidera a enorme carga sobre a atividade produtiva", disse o secretário especial, que comanda a secretaria que, antes da criação do Ministério da Economia no governo Bolsonaro, era o **Ministério da Indústria e Desenvolvimento**.

No dia da divulgação do projeto, reportagem do **Estadão** mostrou o descontentamento de integrantes da equipe de Guedes com a proposta, apontada por eles como ruim para os investimentos do setor produtivo.

## opinião

## FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

Publicado desde 1921 - Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

PUBLISHER Luiz Frias

DIRETOR DE REDAÇÃO Sérgio Dávila

SUPERINTENDENTES Antônio Manuel Teixeira Mendes e Judith Brito

CONSELHO EDITORIAL Rogério Cezar de Cerqueira Leite,

Ana Estela de Sousa Pinto, Cláudia Collucci, Hélio Schwartzman,

Mônica Bergam, Patrícia Campos Mello, Suzana Singer, Vinicius Mota,

Antônio Manuel Teixeira Mendes, Luiz Frias e Sérgio Dávila (secretário)

DIRETORIA-EXECUTIVA Marcelo Benz (comercial), Marcelo Machado

Gonçalves (financeiro) e Eduardo Alcaro (planejamento e novos negócios)

## EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

## Fiéis na corte

Indicação de outro nome alinhado a Bolsonaro para o STF exige do Senado exame rigoroso

A história sugere que todo ministro do Supremo Tribunal Federal em pouco tempo começa a se distanciar do presidente da República que o indicou, exibindo independência para ganhar o respeito dos pares e influência na corte.

Não foi esse o caso, até aqui, de Kassio Nunes Marques, o escolhido por Jair Bolsonaro para preencher a vaga aberta pela aposentadoria de Celso de Mello no ano passado.

Há oito meses no tribunal, o magistrado tem se alinhado com os interesses do mandatário em sucessivos julgamentos e parece mais preocupado em demonstrar fidelidade de com seus votos do que em contribuir para a construção da jurisprudência da corte.

Foi assim quando se discutiram no STF a realização de cultos religiosos durante a pandemia, a possibilidade de reeleição dos presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado e outros assuntos.

O ministro ficou isolado com suas posições, que frequentemente contrariaram o entendimento firmado por decisões anteriores dos colegas e por vezes desafiaram o bom senso — como a liminar esdrúxula que em abril liberou os cultos na pandemia, revogada pelo plenário logo depois.

Nesta terça (6), Bolsonaro anunciou a auxiliares que nomeará o chefe da Advocacia-Geral da União, André Mendonça, para a vaga que se abrirá no tribunal na próxi-

ma semana com a aposentadoria do ministro Marco Aurélio Mello.

Se Nunes Marques era praticamente um desconhecido quando foi alçado ao tribunal, não há mistério no caso de Mendonça, servidor público de carreira que aderiu ao bolsonarismo desde o início e não perde oportunidade de se curvar diante do presidente.

No breve período em que esteve à frente do Ministério da Justiça, usou a Lei de Segurança Nacional para tentar intimidar críticos do governo e se pôs a serviço até de Abraham Weintraub, o celador ex-ministro da Educação que chegou a incitar o chefe do Executivo contra o Supremo.

Mendonça tem percorrido gabinetes em busca de apoio desde que seu nome começou a ser ventilado para o cargo. É mal visto no Senado, que terá a tarefa de examinar a indicação, e dentro do próprio tribunal no qual quer ingressar.

Mas tudo sugere que Bolsonaro não se importa com as críticas que o escolhido tem recebido. Sua prioridade é cumprir a promessa feita há tempos a líderes evangélicos, indicando um dos seus para o Supremo — se não der certo, poderá dizer que ao menos tentou.

Dada a maneira negligente com que o presidente faz suas escolhas, caberá apenas ao Senado examinar as qualificações do novo candidato a juiz — o que deveria fazer sem a tradicional complacência.

## Custoso anacronismo

Mesmo revistos, privilégios como pensões a filhas de militares ainda oneram os cofres públicos

Na longa lista de privilégios previdenciários auferidos pelos membros das Forças Armadas no Brasil, a pensão para seus dependentes, sobretudo a destinada às filhas, merece lugar de destaque.

Regido pela lei 3.765 de 1960, o benefício era, até 2021, vitalício para as herdeiras de militares, desde que se mantivessem solteiras. Uma medida provisória editada naquele ano extinguiu o anacronismo.

Revisão, no entanto, não se aplica aquelas que já haviam conquistado a benesse até aquele momento ou às filhas dos militares que houvessem ingressado na carreira antes da modificação do diploma.

Como se não bastasse, esse mundo à parte vinha tendo envolvimento pelas brumas do sigilo. No mês passado, a Controladoria-Geral da União divulgou, pela primeira vez, informações detalhadas de tais pensões, incluindo os nomes dos beneficiários.

A abertura dessa caixa-preta atendeu a uma determinação do Tribunal de Contas da União, a qual, por sua vez, foi motivada por reclamações apresentadas pela agência de dados Figma Sabendo.

O que se entrevê ali são distorções e regalias que drenam, todos os anos, bilhões dos cofres públicos. Apenas no período de janeiro de

2020 a fevereiro de 2021, com o país enfrentando grave crise fiscal, as pensões de dependentes consumiram do erário nada menos que R\$ 19,3 bilhões. O valor corresponde a quase dez vezes a quantia necessária para a realização do censo neste ano — suspensão, como se sabe, após ser completamente desidratado no Orçamento.

Dentre os 226 mil beneficiários, as filhas de militares mortos correspondem à maior fatia, 60%. Alguns, além disso, embolsaram valores acima do teto constitucional de R\$ 39,3 mil mensais.

No total, ao menos 77 pensionistas receberam mais do que o limite em fevereiro deste ano — 48 destes em decorrência de algum pagamento extraordinário, mas 29 pela pensão habitual.

Ao menos a reforma previdenciária trouxe algum avanço na questão, ao criar alíquotas de contribuição para pensionistas, que atingem 13,5% no caso de filhas que ganham o benefício vitalício.

Esta Folha considera defensável um regime previdenciário diferenciado para os militares, dadas as peculiaridades da carreira, mas as benesses do modelo brasileiro são excessivas — e correções feitas em 2019, infelizmente, se fizeram acompanhar de ganhos salariais.



## O medo como remédio

Hélio Schwartzman

**SÃO PAULO** Sempre que escrevo sobre a cloroquina, leitores simpáticos ao uso "off-label" do fármaco me contestam. Até aí, normal. Mas usam muito amídeu um argumento que, penso, merece reflexão. Dizem que a droga deve ser prescrita, entre outras razões, porque a ciência não oferece outro tratamento contra a moléstia. A afirmação não é 100% verdadeira, mas deixemos passar. A base do argumento é a ideia de que os médicos precisam fazer alguma coisa, mesmo quando não há nenhum remédio efetivo disponível. Soa estranho, mas a tese não é absurda.

O efeito placebo, afinal, é um fenômeno real e poderoso. Numa série de afecções, o simples fato de o paciente julgar que está recebendo tratamento já tem impacto positivo para a cura.

Se os placebos são assim tão bacanas, por que a medicina não os utiliza mais? A discussão aqui se torna ética. Apesar de meus pendores consequencialistas, defendo uma medicina bem kantiana, em que a transparência nas comunicações e

a autonomia do paciente possam se materializar em grau máximo. Nesse paradigma, o médico, quando diretamente questionado, não tem direito de mentir nem pode impor ao paciente nenhuma terapia com a qual este não concorde (exceção feita a quadros de psicose). O uso do placebo nublava em algum grau a transparência.

Admito, porém, que meu paradigma não é universalizável. Há pacientes que preferem ser poupados de más notícias e de decisões difíceis. O bom médico é justamente aquele que tem sensibilidade para perceber quanta informação o paciente quer receber e dispensá-la na dose exata.

Voltando à cloroquina, o efeito placebo funciona mais para moléstias com forte componente psicossomático e quase nada para doenças infecciosas, nas quais pode ser um risco. Numa epidemia, uma das principais linhas de defesa coletiva é o medo, que faz com que as pessoas evitem situações de contágio. Sugerir tratamentos ilusórios mina essa defesa.

heio@uol.com.br

## A missão de Mendonça

Bruno Boghossian

**BRASÍLIA** Na campanha eleitoral, Jair Bolsonaro propôs aumentar o número de vagas do STF para ter o direito de indicar dez nomes para a corte. Depois que ele foi eleito, aliados tentaram antecipar a aposentadoria de quatro ministros para que o presidente pudesse substituí-los. O governo não conseguiu emplacar nenhum dos golpes e se contentou em ocupar aos poucos o tribunal.

A escolha de um segundo ministro para o STF ainda deixa Bolsonaro distante da maioria que gostaria de ter na corte, mas começa a ampliar sua margem de manobra no plenário. A preferência por um personagem como André Mendonça indica que o presidente quer um jogador extra no tribunal para fazer acenos a sua base eleitoral e proteger o governo de ações incômodas.

Primeiro nome escalado por Bolsonaro, Kassio Nunes Marques se mostrou fiel quando autorizou a realização de cultos durante a pandemia, suspendeu quebras de sigilos na CPI da Covid e se alinhava ao governo em pelo menos 20 casos.

Com Mendonça, o presidente passaria a ter uma tabela no plenário e aumentaria para 20% as chances de que um ministro terrivelmente bolsonarista ser sorteado para realizar as ações que chegam à corte, com o direito de tomar decisões individuais nessas situações.

Esse poder se torna especialmente importante para o governo num momento crucial para a sobrevivência política de Bolsonaro. Com relatores mais amigáveis, o presidente poderia ter dificultado a abertura da CPI da Covid, desacelerado investigações contra o ex-ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles ou até derubado medidas de restrição decretadas durante a pandemia.

Aliados de Bolsonaro acreditam que Mendonça é o nome para cumprir a missão de defender as pautas do presidente. E por isso que alguns políticos governistas torcem o nariz para a escolha: eles dizem que o advogado-geral da União vai servir apenas a um senhor, não a coalizão de partidos que também patrocinou a escolha de Nunes Marques.

## Lira é cúmplice de Bolsonaro

Mariliz Pereira Jorge

**RIO DE JANEIRO** Gostaria de saber como Arthur Lira consegue dormir. Não imagino lugar mais desconfortável do que este em que se encontra. Uma pilha de 123 pedidos de impeachment, que reúne mais de duas dezenas de crimes de responsabilidade contra Jair Bolsonaro, velados pelos 535 mil brasileiros vítimas da política pública assassina do governo.

Nesta terça (6), disse que não há nenhum fato novo que tenha ligação com Bolsonaro, referindo-se às denúncias de corrupção na compra da Covaxin. E precisa de mais algum? Em sua defesa, argumentou que o impeachment não é feito pelo presidente da Câmara, mas por uma "construção" de circunstâncias. Mentira. Cabe a ele decidir se algum processo irá adiante, só assim poderá ser apreciado por uma comissão e votado em plenário. As circunstâncias estão aí. Se organizar direito, é impeachment e cadeia. Lira sabe disso e sabe que por isso tem Jair na palma da mão.

Mas o Brasil é um país de absurdos, inclusive pelo fato de um sujeito como Lira estar no cargo que ocupa. Apesar de todas as atrocidades cometidas pelo governo, o parlamentar age como se nada fosse suficiente. Charlatanismo na defesa de tratamento precoce, criação de gabinete paralelo, aposta em imunidade de rebanho, recusa e demora na compra de vacinas, falta de oxigênio em Manaus. Ele acha que precisa de mais. Não é dada a sociedade e a seus representantes nem a chance de se discuta se Bolsonaro tem culpa ou não.

Rodrigo Maia só acordou do coma às vésperas de deixar o cargo. Chamou Bolsonaro de covarde, o culpou pelas 220 mil mortes e disse que a demora da vacina poderia levar o presidente a um "processo de impeachment muito duro". O que Arthur Lira está esperando? Um recorde mundial de mortes? Talvez queira garantir um lugar na história. Pela sua postura, o de cúmplice cairia bem.

## Investimento público

Antonio Delfim Netto

Economista e ex-ministro da Fazenda (governos Costa e Silva e Médici). Escreve às quartas

Temos insistido na importância da surpresa positiva com a recuperação cíclica da economia brasileira. Mesmo em meio ao ambiente de turbulência política permanente, os números da atividade têm sido robustos e disseminalizados em setores, um passo importante na retomada.

As projeções apontam para crescimento em torno de 5,5% para o PIB do ano, o que, obviamente, não apaga os conhecidos problemas estruturais do país que levaram ao nosso processo de empobrecimento relativo, tanto em relação a nossos pares quanto a países desenvolvidos nos últimos 35 anos.

Na semana passada, foi divulgado um cuidadoso relatório (Infra2023) sobre um despesa entraves: a carência crônica de investimentos — em particular do investimento em infraestrutura — que compromete o crescimento econômico futuro e restringe os ganhos de produtividade. O estudo ilustra o tamanho do déficit de infraestrutura nacional e o quanto ainda nos falta caminhar em relação ao mundo.

Os dados complementam e confirmam o alarmante estado geral dos investimentos. Segundo a atualização das séries de estoque de capital feita pelo Ipea em maio, entre 2016 e 2019 o investimento líquido sequer recompôs a depreciação do capital, o que resultou inclusive na queda do estoque, também o de infraestrutura, em proporção do PIB. Estamos num processo de autofagia, comendo nossas próprias entranhas.

É preciso lembrar que o investimento público é o que dá ao setor privado a expectativa de que haverá crescimento e o induz a investir. Enquanto não houver a crença de que as condições objetivas para a aceleração do crescimento estão dadas, o setor privado não participa, principalmente quando o governo se esforça para tornar o futuro mais opaco.

A crise de 2015/16 agravou o quadro e produziu um desequilíbrio fiscal do qual não nos livramos totalmente, mesmo com a implementação do teto de gastos. A nossa recusa em rediscutir o Orçamento e reorganizar as contas públicas nos trouxeram até aqui. O Ministério da Infraestrutura faz um excelente trabalho, principalmente na conclusão de obras paradas, "descongelando" o capital produtivo que passa a ter taxa de retorno positiva, mas tem que "comemorar" quando consegue ampliar seu orçamento em infimo R\$ 1 bi lutar pelos imprescindíveis R\$ 2,4 bi que faltam para concluir seu cronograma para o ano.

Sem um instrumento de revisão dos gastos públicos para priorizar e aferir a qualidade das despesas que estão no Orçamento, e sem o equacionamento da dinâmica endógena dos gastos obrigatórios, o destino do investimento público é mesmo ser uma nota de rodapé.



Na mira da equipe econômica. O governo quer acabar com o benefício fiscal para o setor petroquímico e para o xarope de refrigerantes produzidos na Zona Franca de Manaus para levantar recursos

## MUDANÇAS NA PROPOSTA

# REFORMA TRIBUTÁRIA

## Governo pretende cortar R\$ 40 bi em subsídio para reduzir imposto de empresas

MANOEL VENTURA  
manuel.ventura@brasil.globo.com.br

Menos de duas semanas depois de encaminhar ao Congresso Nacional a segunda etapa da reforma tributária, que altera o Imposto de Renda (IR) das pessoas e das empresas, o governo já admite fazer mudanças na proposta. Em conversas nos últimos dias e em reuniões internas, o ministro da Economia, Paulo Guedes, aceitou reduzir ainda mais a alíquota do IR das empresas em 2022. Para isso, porém, será preciso cortar subsídios e regimes especiais equivalentes a R\$ 40 bilhões. Guedes também negocia mudanças na declaração simplificada do IR da pessoa física.

Entre os alvos de Guedes estão o regime especial para a indústria petroquímica e isenções para o xarope de refrige-

rantes produzidos na Zona Franca de Manaus. Os alvos, porém, são mais amplos, mas o governo evita detalhar a lista como parte da estratégia de tramitação do texto, evitando resistências ao projeto.

A reforma tributária apresentada pelo governo ao Congresso previa um corte de 5 pontos percentuais do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) ao longo de dois anos. Dessa forma, em 2023, o IRPJ saíria de 25% para 20%. Já está certo que esse ponto da reforma vai mudar.

**'GUERRA' POR FIM DE SUBSÍDIO**  
Agora, a equipe de Guedes trabalha para obter um corte de 10 pontos percentuais no próximo ano, ou seja, a alíquota seria reduzida para 15%.

Nos cálculos do governo, uma redução de 7,5 pontos exigiria um corte de R\$ 20 bilhões em subsídios. Para alcançar o novo patamar almeja-

do pela equipe econômica, será preciso acabar com R\$ 40 bilhões em benefícios fiscais para setores ou empresas. Parte desse dinheiro viria também da criação do imposto sobre dividendos, que até então eram isentos.

Na prática, para bancar a re-

## 15%

De alíquota de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica

Este seria o novo percentual para empresas caso o governo consiga eliminar subsídios. Hoje é de 25%

## R\$ 80 bi

É o custo total necessário para reduzir o IR de empresas. Nos cálculos do governo, parte disso viria do fim de subsídios e parte da taxa sobre dividendos

dução do imposto para empresas e reduzir a resistência ao projeto de reforma tributária, o governo terá um custo total de R\$ 80 bilhões (parte disso coberto pelo corte de subsídio e parte por dividendos).

Na avaliação do governo, para alcançar o objetivo comum de reduzir o imposto para pessoa jurídica, pode ser deflagrada uma verdadeira "guerra" no Congresso para acabar com benefícios a setores específicos. Para interlocutores de Guedes, como a maior parte das empresas será beneficiada por uma alíquota menor, a tendência é que haja pressão por fim de incentivo a segmentos.

Um dos alvos desse corte será a redução do imposto estabelecido pelo Regime Especial da Indústria Química (Reiq). O governo já tentou cortar esse incentivo a partir deste ano, mas o texto foi alterado pelo Congresso. Nesse caso, seria possível obter

R\$ 1,7 bilhão por ano.

Outro incentivo alvo da equipe econômica é o de xarope de refrigerantes na Zona Franca de Manaus. Nesse caso, há um cálculo político. O governo está incomodado com a atuação dos senadores Omar Aziz (PSD) e Eduardo Braga (MDB), ambos do Amazonas, na CPI da Covid no Senado. A redução de incentivos no estado poderia atingir a base eleitoral dos dois senadores.

A cada ano, o governo deixa de arrecadar pouco mais de R\$ 300 bilhões devido a subsídios. A equipe econômica já identificou R\$ 30 bilhões em subsídios classificados como "gorduras", que seriam mais fáceis de eliminar. Mas será necessário fazer esforço adicional para alcançar o patamar de R\$ 40 bilhões em 2022.

As mudanças serão feitas no texto do relator, deputado Celso Sabino (PSDB-PA), depois de a proposta enviada pelo go-

verno ao Congresso ter sofrido reação negativa no mercado financeiro e em setores econômicos, como a indústria.

O governo precisa mandar até setembro uma proposta de corte de subsídios fiscais. A determinação consta em proposta aprovada pelo Congresso no início do ano. Não poderão ser feitos cortes em incentivos como a Zona Franca, a cesta básica e o Simples. A intenção é atrelar esse projeto à reforma.

A reforma tributária prevê ainda a tributação de lucros e dividendos em 20% (com isenção de R\$ 20 mil mensais). Isso está sendo alvo de reclamação de empresas, mas Guedes vem dizendo a interlocutores que não abre mão dessa mudança — dividendos são isentos no país desde a década de 1990. A previsão é de arrecadação de cerca de R\$ 60 bilhões anuais com a medida.

Neste momento, Guedes não aceita discutir mudar a alíquota, apesar da pressão das empresas. A interlocutores, porém, afirmou que há "20% de chances" de ser estabelecida alíquota de 15% para dividendos, a depender das discussões no Congresso.

## DECLARAÇÃO SIMPLIFICADA

O ministro tem dito que não há compromisso com o erro e que a reforma será neutra. Por isso, se for preciso, irá recalibrar a proposta. Segundo ele tem dito a interlocutores, a média de tributação de dividendos entre países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento (OCDE) fica entre 20% e 40%. Guedes não é a favor de mudanças na proposta de extinção dos juros sobre capital próprio (JCP), que são repassados aos acionistas. Para o ministro, o JCP "é a jabuticaba tributária inventada no Brasil".

O ministro também já admite estabelecer um novo limite de renda para que o contribuinte possa fazer a declaração simplificada de Imposto de Renda. O texto apresentado ao Congresso estabelece um limite de renda de R\$ 40 mil por ano para que o trabalhador possa usar a declaração simplificada do IR. O novo valor ainda não está fechado, mas poderia ir para a casa de R\$ 60 mil anuais, de acordo com interlocutores do ministro.

O limite proposto originalmente pelo governo afetaria um universo de 6,8 milhões de contribuintes. A intenção de Guedes é que esse número caia para próximo de 3 milhões. Segundo dados da Receita Federal, um total de 17,4 milhões de contribuintes declararam o IR pelo modelo simplificado em 2019, último ano em que esse dado está disponível.

# União quer enviar novo Bolsa Família antes do recesso

Texto não está pronto, mas teria de ser apresentado no Congresso até dia 18. Programa é uma das plataformas do presidente para 2022

BRASÍLIA

O governo trabalha para enviar o novo Bolsa Família ao Congresso antes do recesso parlamentar, previsto para começar até o dia 18. É esse *timing* que está sendo considerado pelas equipes que estão elaborando a proposta. O texto do governo ainda não está pronto.

A intenção é aumentar o valor médio do benefício

(hoje em R\$ 190) e o número de beneficiários do programa, atualmente 14 milhões de famílias. A reformulação do Bolsa Família, que também mudará de nome, é uma das principais plataformas que o presidente Jair Bolsonaro quer levar para 2022.

O governo quer começar os pagamentos do novo benefício em novembro, após o fim do auxílio emergenci-

al —que teve a duração prorrogada esta semana por mais três meses.

## CUSTO DEVE SUBIR A R\$ 60 BI

O custo anual do programa deve subir de R\$ 30 bilhões para quase R\$ 60 bilhões.

Do lado da despesa, a intenção é que isso seja coberto com aumento de espaço no teto de gastos (regra que limita o crescimento das despesas da União à inflação

do ano anterior) em 2022.

Para compensar o gasto pelo lado da receita, juridicamente, o governo pretende usar a arrecadação com a criação do imposto sobre dividendos, proposto na reforma tributária. Isso será necessário para cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que estabelece que o aumento de despesa permanente precisa ser compensado.

O novo valor médio do Bolsa Família ainda não está fechado, de acordo com integrantes do governo. O presidente Jair Bolsonaro está pressionando para que o benefício suba para R\$ 300 em média. Técnicos que trabalham no assunto, porém, têm alertado que o programa é complexo e o valor final por família depende de uma série de fatores. *(Manoel Ventura)*



# Lira quer votar privatização dos Correios até agosto

Declaração do presidente da Câmara foi dada no mesmo dia em que a Procuradoria-Geral da República emitiu parecer contrário à venda dos serviços postais; governo quer desestatizar a empresa até março de 2022

GABRIEL SHINOHARA  
E ELIANE OLIVEIRA  
economia@oglobo.com.br  
BRASILIA

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), disse ontem que deve colocar em discussão no plenário da Casa o projeto que autoriza a privatização dos Correios entre julho e agosto. Apesar do interesse de Lira em pautar o assunto, parecer emitido pelo procurador-geral da República (PGR), Augusto Aras, pode dar munição àqueles que são contrários à venda da estatal e atrasar os planos do governo.

Em ação movida pela associação de funcionários da empresa pública no Supremo Tribunal Federal (STF)

contra a privatização, o procurador afirmou que a desestatização de serviços postais é inconstitucional. Com esta avaliação, apenas o serviço de encomenda poderia ser repassado à iniciativa privada. Conforme o GLOBO revelou, o governo pretende vender 100% dos Correios em um leilão tradicional previsto para março de 2022. Isso inclui tanto os serviços de correspondência quanto o de encomendas. Para cumprir esse cronograma, o governo espera a aprovação do projeto até agosto.

— Lógico que temos que contar com todas as imprevisibilidades, mas entre a segunda quinzena de julho e



**Objetivo.** Governo pretende vender 100% do capital dos Correios em leilão

primeira de agosto nós deveremos estar com o projeto da privatização dos Correios em plenário para que possa ser discutido pelos depu-

tados e deputadas — afirmou Lira, em entrevista à Rádio Jovem Pan.

Lira explica que o projeto deve seguir o rito de outros

textos. Primeiro, o relator, deputado Gil Cutrim (Republicanos-AM) vai apresentar o texto para os líderes da base do governo que devem apresentar sugestões. Em seguida, o relatório ainda será apresentado para todas as lideranças da Casa.

O cronograma, porém, pode ser afetado pela ação em discussão no Supremo. Não há data para o STF julgar o assunto, após o parecer da PGR.

Em seu parecer, Augusto Aras se manifestou de forma contrária à inclusão dos serviços postais e do correio aéreo nacional na desestatização dos Correios, sob o argumento de que a transferência dessas áreas à iniciativa pri-

vada é inconstitucional.

Para o procurador-geral da República, a empresa teria que ser separada para ter apenas uma parte vendida. Foi a segunda vez que ele se manifestou pela inconstitucionalidade da alienação desses serviços. A primeira foi em março.

Caso o entendimento de Aras seja levando adiante, apenas a parte de encomendas dos Correios poderia ser vendida num leilão.

Aras destacou que, ainda que o presidente Jair Bolsonaro tenha condicionado a desestatização dos Correios à aprovação do Congresso, a decisão pela venda da empresa, ao menos no âmbito do Poder Executivo, já foi tomada.

# Projeto sobre supersalários prevê economia de R\$ 3 bi

Texto propõe trava para penduricalhos, como auxílio-alimentação, e pode ser votado hoje na Câmara, onde está parado desde 2018

FERNANDA TRISOTTO  
fernanda.trisotto@bsb.oglobo.com.br  
BRASILIA

O projeto de lei que regulamenta os supersalários no poder público pode gerar uma economia nas contas públicas de R\$ 2,6 bilhões a R\$ 3 bilhões por ano. É o que apontam as projeções usadas pela equipe do deputado Rubens Bueno (Cidadania-PR), relator do texto. Ele está revisando o próprio relatório, pronto desde 2018, e vai propor estabelecer uma trava pa-

ra penduricalhos, como o auxílio-alimentação, vinculada ao salário do servidor.

A votação do texto no plenário da Câmara pode ocorrer hoje. Segundo o relator, a ideia é votar o requerimento de urgência e emendar a análise do mérito do projeto na mesma sessão, conforme acordo de líderes.

## COM DIREITOS ADQUIRIDOS

O relator deve incluir no texto um dispositivo para tornar crime ordenar, receber e omitir o

pagamento de extras que extrapolem o teto definido pela Constituição, hoje em R\$ 39.293, equivalente ao salário de um ministro do Supremo Tribunal Federal (STF).

Pela proposta, a pena para condenação seria de 2 a 6 anos. As mudanças valerão para servidores de todos os poderes e de todas as esferas.

—O que é direito adquirido, como o 13º salário, não tem como tirar. É um exemplo claro. Mas (o relatório) entra naquilo que a lei manda, como auxí-

lio-alimentação e transporte. Estamos colocando uma trava nesses valores, porque não tem limite —explica Bueno.

A proposta vai estabelecer um limite variável para esses benefícios, sempre vinculado ao salário do servidor. Bueno usa como exemplo o valor do auxílio-alimentação de um servidor que recebe R\$ 10 mil. Pela sua proposta, a trava seria de 3%, e ele receberia R\$ 300 pelo benefício.

Esse texto já havia sido aprovado no Senado em

2016, mas estava empacado na Câmara dos Deputados desde 2018. Agora, a proposta volta a tramitar e pode ser aprovada antes do recesso parlamentar, de acordo com cronograma do presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL).

## REFORMA ADMINISTRATIVA

A previsão é votar um requerimento de urgência hoje. Com isso, o texto passará a ser analisado diretamente no plenário. A antecipação dessa votação, no momento em que se

discute a reforma administrativa, foi um pedido de várias lideranças partidárias.

—A votação do projeto dos supersalários é o pontapé inicial da reforma administrativa. O projeto atinge diretamente a elite do funcionalismo público, que se beneficia de milhares de penduricalhos — defende o deputado Vinicius Poit (Novo-SP).

O texto foi mencionado pelo deputado Arthur Maia (DEM-BA) em audiência da comissão especial da reforma administrativa, da qual é relator:

— Se nós admitirmos que podemos votar essa reforma administrativa antes de votarmos a lei, nós certamente estaremos desconsiderando o sentimento da opinião pública.

# Petrobras reajusta preço do gás canalizado em 7%

Estatual cita alta de 13% na cotação do petróleo no 2º trimestre como justificativa para aumento

**BRUNO ROSA**  
bruno.rosa@oglobo.com.br

Um dia depois de elevar, de uma só vez, os preços de gasolina, diesel e gás de botijão, a Petrobras anunciou um novo reajuste, desta vez do gás canalizado. O aumento será de 7%.

A estatal informou que, conforme os contratos em vigor, ajustará, a partir de 1º de agosto, os preços de venda de gás natural para as distribuidoras.

Para explicar a alta de 7% por metro cúbico, a empresa disse que as fórmulas negociadas nos contratos de fornecimento vinculam o preço à cotação do petróleo e à taxa de câmbio. As atualizações dos preços dos contratos são trimestrais. No último trimestre, também houve aumento.

## 'COMMODITY' E CÂMBIO

Em maio, a estatal havia reajustado os preços em 39% por metro cúbico. Segundo a estatal, a referência para os contratos a partir de agosto é a cotação dos meses de abril, maio e junho. "Durante esse período, o petróleo teve alta

de 13%, seguindo a tendência de alta das *commodities* globais, e o real teve valorização de cerca de 4% em relação ao dólar", disse a estatal.

O barril do tipo Brent, usado como referência pela Petrobras, chegou a bater US\$ 77,84 ontem, mas encerrou em queda de 3,40%, a US\$ 74,53.

Em nota, a Petrobras esclareceu que o preço final do gás natural ao consumidor não é determinado apenas pelo preço de venda da companhia, mas também pelas margens das distribuidoras e pelos tributos federais e estaduais.



# União fecha 341 acordos para receber R\$ 100 bilhões em dívidas fiscais

Balanço do Fisco mostra que valores de transações tributárias superam os dos Refis

Por Joice Bacelo — Do Rio

07/07/2021 05h00 · Atualizado há 10 minutos

---

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e o Grupo Ruas, que atua no transporte urbano em São Paulo, fecharam ontem um grande acordo para o pagamento de dívidas tributárias. São R\$ 3,12 bilhões envolvidos, o maior valor já negociado. Foram concedidos descontos de cerca de 50% em juros e multas e o grupo se comprometeu em pagar toda a quantia devida em até 145 meses.

Esses acordos para o pagamento das dívidas tornaram-se possíveis há pouco mais de um ano, com a edição da Lei nº 13.988, de 2020, que instituiu a chamada “transação tributária”. O Fisco, desde então, tem permissão para sentar à mesa e negociar com o contribuinte.

De lá para cá foram celebrados 343 mil acordos. São mais de R\$ 100 bilhões envolvidos nessas negociações. Esse montante é maior que o registrado em qualquer parcelamento do tipo Refis. O Programa Especial de Regularização Tributária (Pert), de 2017, que gerou o maior volume de negociações, por exemplo, envolveu R\$ 82,5 bilhões.

O Refis, diferentemente das transações, prevê uma modelagem única de descontos e parcelamentos. O mesmo cálculo serve para todos os contribuintes. Já as transações envolvem acordos “sob medida”. O desconto e o valor da entrada e das parcelas variam conforme o fluxo de caixa e a capacidade de pagamento do contribuinte.

Existem modalidades diferentes de transação. A que o Grupo Ruas aderiu chama-se transação individual. É destinada a contribuintes com dívidas elevadas - acima de R\$ 15 milhões. Os descontos, em regra geral, são de até 50% e a dívida pode ser parcelada em um prazo máximo de 84 meses.

Pessoas físicas e micro e pequenas empresas têm mais vantagens. Os descontos podem alcançar 70% e o prazo de pagamento vai a 145 meses. Empresas em recuperação judicial também podem se encaixar no percentual mais alto, de 70%, e parcelar as dívidas em até 120 meses.

“A administração pública não se nega a dar desconto para quem precisa. Isso é política pública com critério. Quem precisa mais tem mais, quem precisa menos tem menos e quem não precisa não tem”, diz João Grognat, coordenador-Geral de Estratégia de Recuperação de Créditos da PGFN.

Essa é uma das principais diferenças, afirma, para os programas do tipo Refis. “Imagina pagar auxílio emergencial para todo mundo. Para quem precisa e para quem não precisa. Faz sentido? O Refis faz isso. Não tem critério nenhum”, critica o procurador.

Além da transação chamada de individual, existem outras três modalidades. Estas têm condições pré-determinadas em um edital ou portaria, não funcionam como o “livre acordo” da individual. O contribuinte, além disso, não precisa equalizar todo o seu passivo. Pode escolher quais dívidas deseja incluir.

Dois dessas modalidades foram instituídas durante a pandemia. Primeiro a extraordinária, em março do ano passado, com o pagamento da entrada em três

vezes e o restante em 81 prestações - ou 142 se for pessoa física.

A outra, denominada excepcional, foi lançada três meses depois, em junho.

Possibilita o pagamento em 84 parcelas ou 145 se for pessoa física, com entrada reduzida e diluída em 12 meses e descontos de até 70% em multas e juros. Dados da PGFN mostram que só por meio dessa modalidade foram negociados R\$ 69,7 bilhões.

O outro modelo, denominado transação de pequeno valor, é direcionado para pessoas físicas e micro e pequenas empresas. Compreende dívidas de até 60 salários mínimos - R\$ 62,7 mil em valores de 2021 - que estejam sendo discutidas judicialmente. O desconto oferecido nessa modalidade é de até 50% e pode incidir sobre o valor principal do débito (além de juros e multas).

Em geral, levando todas as modalidades em conta, verifica-se que as pessoas jurídicas responderam pelo maior número de acordos, o equivalente a 73%. A maioria, empresas do varejo. Também aparecem na lista companhias que atuam no setor de transportes, construção e alimentos e bebidas. Nas transações individuais - direcionada aos grandes devedores -, a média de descontos acordada está em 52%.

## Negociações em alta

Atividades econômicas com os maiores volumes de acordos, em RS bilhões

<b>Atividade Econômica (CNAE*)</b>	<b>Valor (sem desconto)</b>
Administração do estado e da política econômica e social	1,49

Os acordos celebrados na transação individual são feitos de forma “customizada”, conforme as especificidades de cada contribuinte. No caso do Grupo Ruas, por exemplo, serão desembolsadas quantias menores no fim do ano, período em que aumenta o custo com a folha de salários por causa do 13º salário.

A empresa também conseguiu suavizar as parcelas durante o período de renovação da frota. Se comprometeu, por outro lado, com as chamadas “prestações balão” - um reforço ao pagamento. Estão agendadas para a data de recebimento de

precatórios municipais. O Grupo Ruas, além disso, ofereceu imóveis e seguro-fiança como garantia a esses pagamentos.

A dívida de R\$ 3,124 bilhões, com os descontos, ficou em R\$ 1,1 bilhão. Ao todo, 23 empresas do grupo entraram na negociação. Algumas delas, por serem micro ou pequenas, obtiveram o desconto máximo, de 70%. Para as demais foram concedidos 50%. Os débitos previdenciários serão pagos em 60 meses. Os demais variam entre 84 e 145 meses.

Esse acordo de transação colocou fim em cerca de 250 execuções fiscais. “A transação permite uma mudança no relacionamento entre Fisco e contribuinte. As partes sentam à mesa, com transparência, para resolver. Para a empresa solucionar o problema dela e para o Estado parar de gastar dinheiro com processos de execução infundáveis”, diz a procuradora Mariana de Lellis, que esteve à frente das negociações com o Grupo Ruas.

Para Cristiano Neuenschwander, procurador-geral adjunto de Gestão da Dívida Ativa da União e do FGTS, é possível afirmar que os resultados são expressivos e que o instituto se mostra fundamental inclusive para o enfrentamento das dificuldades econômicas decorrentes da pandemia.

Marcio Janjacom, do Janjacom Sociedade de Advogados, e Sandro Santos, do escritório Santos & Klauck Sociedade de Advogados, representaram o Grupo Ruas nas negociações com a Fazenda Nacional. Eles afirmam que a empresa, agora, está em dia com as suas obrigações e conseguindo se planejar.

“Esse é o principal benefício. Os pagamentos flexíveis, conforme o fluxo de caixa, trouxeram equilíbrio, algo que não conseguíamos com parcelamentos anteriores”, diz Janjacom.

O procurador João Grognet afirma que 91% dos contribuintes pagam tributos em dia. Entre os devedores, que somam 9%, ele diz, quem precisa de desconto e condições de pagamento facilitadas encontram guarida nas transações. “Quem defende o Refis diz que os contribuintes precisam. Mas quais contribuintes?”

Existe projeto no Senado para criar um novo Refis para as empresas por conta da pandemia. É de autoria do presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), e tem como relator o senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-AC). Nesta sexta-feira deve ser realizada uma sessão de debates sobre a proposta. A equipe econômica do governo, porém, é contra a medida.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

---

LINK PATROCINADO

**R\$ 79,90 | Power Cooler está sendo vendido a preço de atacado!**

DUBAI STORE

LINK PATROCINADO

**Conheça as novas máscaras recomendadas atualmente**

LOJA INTERATIVO

LINK PATROCINADO

**Vieram para ficar. Conheça as novas máscaras recomendadas**

LOJA INTERATIVO

LINK PATROCINADO

**Taxa a partir de 0,78% ao mês!**

MERCEDES-BENZ VANS

LINK PATROCINADO

**Saiba porquê os homens de Salvador estão comprando essa bota**

BOTA CATERPILLAR

LINK PATROCINADO

**O queridinho dos homens de bom gosto está de volta.**

LOJA KINGS



COMENTÁRIOS

---

Mais do Valor **Econômico**

## UE espera arrecadar € 10 bi com imposto de carbono em 2023

O chamado imposto de fronteira de carbono é a pedra angular da tentativa da UE de proteger a indústria europeia de concorrentes estrangeiros que não estão sujeitos às rígidas metas climáticas do bloco

Por Mehreen Khan — Financial Times, de Bruxelas

07/07/2021 05h01 · Atualizado há 6 horas

A União Europeia (UE) espera arrecadar quase € 10 bilhões por ano com um imposto de carbono sobre as importações, como parte de seu esforço para enfrentar o aquecimento global, e usará o dinheiro para pagar parte da conta conjunta de recuperação do bloco.

O texto com os detalhes do futuro Mecanismo de Ajuste de Fronteira de Carbono (CBAM, na sigla em inglês) da UE, ao qual o “Financial Times” teve acesso, revelam

como o sistema funcionará. O chamado imposto de fronteira de carbono é a pedra angular da tentativa da UE de proteger a indústria europeia de concorrentes estrangeiros que não estão sujeitos às rígidas metas climáticas do bloco.

Os documentos indicam que o mecanismo arrecadará um valor estimado em 9 bilhões por ano em receitas quando estiver completamente em vigor, em 2030. A Comissão Europeia pretende introduzir o imposto gradualmente a partir de 2023, para permitir às empresas um período de “transição” para que se ajustem, assim como “o menor ônus possível aos fluxos e operações comerciais”.

A indústria europeia, especialmente a siderúrgica, quer que a ferramenta entre em vigor o mais rápido possível, para que não tenha que arcar com o peso de um preço de carbono cada vez maior na UE enquanto seus concorrentes de fora do bloco não pagam nada.

A Comissão Europeia revelará na próxima semana as medidas para ajudar a cumprir sua meta de reduzir as emissões médias de carbono da UE em 55% em 2030, em comparação com os níveis de 1990. Junto com o CBAM, essas medidas incluem a reformulação do mercado de carbono da UE, normas mais rígidas para as emissões de dióxido de carbono de automóveis e propostas de criação de um imposto sobre o querosene em toda a UE.

Mas é o CBAM que tem preocupado mais os parceiros comerciais da UE, liderados pela Rússia, que temem ser os mais atingidos.

A receita do CBAM ajudará a cobrir o custo do fundo de recuperação de € 750 bilhões da UE, dinheiro que o bloco tomou emprestado para auxiliar os Estados membros a impulsionar suas economias na esteira da pandemia de covid-19.

Embora o montante seja relativamente modesto, o mecanismo tem sido defendido pelo Parlamento Europeu e por países como a França, que querem que a Comissão Europeia gere “recursos próprios” para pagar a dívida do fundo de recuperação ao longo das próximas décadas.

O CBAM foi defendido como uma forma de contornar o “vazamento de carbono”, pelo qual as empresas podem transferir suas operações para fora da UE a fim de evitar regras climáticas rígidas.

O imposto seria cobrado inicialmente de um número limitado de produtos importados, como ferro, aço, cimento e fertilizantes. Segundo estimativas internas da UE, as empresas russas vão perfazer o grosso da receita, devido à alta concentração de carbono dos produtos importados pelo bloco.

“Num momento em que a UE aumenta suas ambições climáticas, a discrepância com o nível de medidas climáticas de terceiros países deverá se ampliar, com um risco maior de vazamento de carbono para a UE”, diz o texto.

Os parceiros comerciais da UE alertaram que o mecanismo não pode entrar em conflito com as regras da Organização Mundial de Comércio (OMC). Autoridades da UE disseram que a ferramenta não causará retaliações, por ter sido concebida para incidir sobre empresas e não países.

O CBAM também visa complementar a reforma do Esquema de Transações de Emissões (ETS, nas iniciais em inglês), por meio do qual a indústria europeia paga um preço sobre o carbono baseado no mercado a fim de cobrir o custo de suas emissões.

## Reforma do IR visa efeito fiscal zero, reforça secretário da Receita

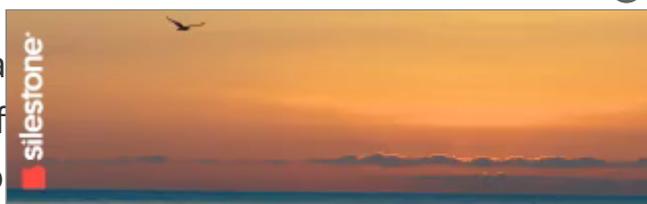
Para ele, tributação de dividendos deve “alinhar o Brasil” com as práticas do restante do mundo

Por Mariana Ribeiro, Valor — Brasília

07/07/2021 10h33 · Atualizado há 3 minutos

O secretário da Receita Federal, José Tostes, reforçou nesta quarta-feira que a reforma do Imposto de Renda proposta pelo governo tem como objetivo um efeito fiscal próximo de zero. “Aquelas medidas que promovem aumento de arrecadação devem compensar as medidas que promovem redução”, disse.

Isa  
ref  
do



io da Economia, acrescentou que a  
tributária”. Eles participam de um evento

Também presente na discussão, o economista-chefe da Verde Asset Management, Daniel Leichsenring, contestou as declarações. Segundo ele, as estimativas preliminares indicam aumento de carga em pelo menos R\$ 40 bilhões por ano. “É um aumento muito significativo.”

José Tostes, secretário da Receita — Foto: Jane de Araújo/Agência Senado

Em sua fala inicial, Tostes destacou que um dos pontos mais “importantes e discutidos” da reforma é a tributação de dividendos em 20%. Na avaliação da equipe econômica, disse, essa mudança é importante para “alinhar o Brasil” com o que é praticado no restante do mundo.

Coelho disse não ter certeza se é desejável uma tributação em escala progressiva dos dividendos, uma das possibilidades em discussão no Congresso. “Isso não faria muito sentido porque já temos uma escala progressiva de tributação da pessoa física”, afirmou. “Se formos introduzir elementos de progressividade na tributação dos dividendos, seria o caso de tributar os dividendos não na fonte, como está previsto, mas na declaração da pessoa física.”

O professor titular de Direito Financeiro da Universidade de São Paulo (USP) Heleno Torres frisou que há preocupações em relação aos impactos da reforma. Ele disse, por exemplo, sentir falta de uma regra de transição relativa aos dividendos e juros sobre o capital próprio.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

---

LINK PATROCINADO

**Conheça as novas máscaras recomendadas atualmente**

LOJA INTERATIVO

LINK PATROCINADO

**Garanta a sua enquanto há estoque disponível**

KNEE ELITE

LINK PATROCINADO

**Vieram para ficar. Conheça as novas máscaras recomendadas**

LOJA INTERATIVO

LINK PATROCINADO

**Taxa a partir de 0,78% ao mês!**

MERCEDES-BENZ VANS

LINK PATROCINADO

**A bota mais vendida de 2021, agora, com um super desconto!**

BOTA CATERPILLAR

LINK PATROCINADO



**Por Fabio Graner**

Fabio Graner é repórter na sucursal de Brasília. Está no Val... [ver mais](#)

## Reforma do IR precisa melhorar, mas é correta

Proposta ainda tem muito a ser corrigido, porém carga tributária efetiva é menor do que sugere a alíquota cheia e as reclamações de empresas e empresários

07/07/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

---

Têm produzido choro e ranger de dentes alguns aspectos da reforma do Imposto de Renda apresentada pelo governo ao Congresso no fim do mês passado. Duas medidas que o time do ministro Paulo Guedes preparou são particularmente polêmicas: a tributação dos dividendos, hoje isentos, e o fim dos Juros sobre Capital Próprio (JCP).

De fato, o governo pesou a mão em alguns pontos, como reconhecem interlocutores da própria equipe econômica. Mas o clima de fim de mundo que parte do “andar de cima” está criando parece querer mais acabar com um projeto que, a despeito das evidentes falhas de calibragem, caminha na direção certa do que se buscar produzir um texto melhor para o conjunto do país.

## **Taxa efetiva na renda das empresas é bem menor que 34%**

É preciso lembrar que hoje a maioria das empresas e seus sócios paga muito menos imposto do que fazem crer a alíquota nominal de 34% de IRPJ/CSLL e as reclamações do empresariado. Um levantamento do economista Rodrigo Orair, pesquisador do Ipea, aponta que a alíquota efetiva do IRPJ/CSLL na média geral ficou em 23,4%, com base em dados de 2013 da Receita Federal. Isso ocorre por causa do JCP e da existência de uma série de regimes especiais e possibilidades de deduções na base de cálculo da tributação sobre a renda das empresas.

Esse valor sobe para cerca de 27% nas grandes empresas que recolhem pelo lucro real, mas ficaria em torno de 20% nas que estão no lucro presumido, ficando abaixo disso nas que estão no Simples - o regime para as empresas de menor porte.

“As alíquotas estatutárias que incidem sobre o lucro da pessoa jurídica são muito elevadas, mas há uma ampla gama de exclusões da base de cálculo e regimes especiais que, na maioria das situações, reduzem muito as alíquotas efetivas ao

mesmo tempo em que geram arbitrariedades no tratamento tributário entre empresas e setores”, comenta Orair. Ele recentemente publicou estudo sobre como melhorar a distribuição de renda no Brasil e um dos caminhos apontados é exatamente reduzir a taxaço nas empresas, elevando sobre dividendos aos acionistas.

O contador e professor do Ibmec Paulo Henrique Pegas, com base em dados dos balanços de cem grandes empresas até 2019, aponta que a média efetiva de tributação do IRPJ/CSLL nas empresas é de 21%, variando conforme o setor. O abatimento permitido pelo JCP, por exemplo, levaria a alíquota efetiva dos bancos para 14,6% (número que a Federação Brasileira de Bancos contesta), mas outros segmentos teriam taxas efetivas mais altas, como serviços (27,8%) e petróleo e gás (36,3%).

Em simulações apresentadas ao **Valor**, Pegas mostra que a reforma efetivamente vai acabar elevando a carga tributária somada de empresas e sócios, mesmo considerando que hoje a alíquota efetiva é mais baixa que os 34%. Quanto, porém, dependerá do volume de lucros a serem distribuídos. Quanto maior o total transferido aos sócios, estima o técnico, maior o aumento da carga. Seja com alíquotas de 20%, 15% ou 10% para os dividendos e considerando 29% de IRPJ/CSLL - que a proposta original prevê só para 2023, mas que já está definido por Guedes que ela deve vigorar já em 2022, se o projeto for aprovado.

Pegas aponta que não é saudável empresas distribuírem todo o seu lucro e defendeu a direção da proposta do governo. “O projeto tem um monte de coisas para ajustar, não é maravilhoso, mas tem muita choradeira aí”, disse. “No mundo real ninguém distribui 100% dos lucros e ninguém paga o IRPJ/CSLL sobre a alíquota cheia.”

Para o diretor do Centro de Cidadania Fiscal (CCif) e ex-secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda Bernard Appy, a proposta do governo está mal desenhada. Segundo ele, se o governo quer taxar os dividendos, o ideal seria incluir essa receita do acionista na tabela do IRPF, descontando o que já foi pago na empresa, como em vários países.

“Mas isso só funcionaria se houvesse uma alíquota marginal mais elevada no IRPF, em torno de 35% para rendas mais elevadas, porque a alíquota na distribuição como está hoje chega a 43,2%”, disse ao **Valor**. “Com uma alíquota mais elevada no IRPF e aumentando a base no IRPJ (ou seja, aproximando o lucro fiscal do contábil) daria para manter a arrecadação e ter um sistema justo, que tributasse mais o lucro recebido por pessoas de alta renda que o recebido por pessoas de baixa renda”, acrescentou.

O governo, porém, considera que levar essa e outras receitas para a tabela progressiva do IRPF é etapa para um futuro mais distante, mais de cinco anos, e agora é melhor o tratamento diferenciado, com uma só alíquota. Essa visão já foi levada por Guedes ao relator, deputado Celso Sabino (PSDB-PA), após notícias de que o parlamentar gostaria de colocar uma progressividade adicional à isenção de até R\$ 240 mil por ano.

Para a diretora de tributos da Moore Brasil, Maria Carolina Gontijo, a proposta do governo claramente eleva a carga tributária, e o caminho para que a proposta de taxar dividendos tenha consistência requer redução maior do IRPJ do que o governo está propondo. Além disso, aponta, há muita discrepância entre as empresas.

“Hoje a nossa tributação é muito alta e muito desigual, com cargas efetivas diferentes para os contribuintes. Então quando a gente vai na linha de tributação exclusiva e direta nos dividendos, estamos considerando iguais contribuintes com capacidades contributivas diferentes”, afirmou. “Não sou contra taxar dividendos, mas sou contra a maneira como está sendo proposta porque coloca todos os desiguais em situação igual. Sem contar que a calibragem não está ajustada”, completou.

A despeito da polêmica, há espaço para convergência. Do lado do governo, que tem reclamado nos bastidores da “hipocrisia” de empresários “super-ricos” que não pagam impostos e adoram fazer caridade com autopromoção, é preciso saber dialogar e construir caminhos menos acidentados, explicando a importância de se enfrentar a mazela de um sistema tributário altamente regressivo em um país no qual o 1% mais rico se apropria de 49,6% da riqueza - em 2000, essa fatia era de 44,2%, conforme dados do Credit Suisse.

Do lado dos empresários, é preciso diminuir o clima de terror e buscar uma postura mais propositiva, entendendo a fragilidade das contas públicas e sendo solidária com a classe média (quem ganha acima de R\$ 20 mil por mês não é classe média, frise-se), que finalmente pode ganhar com uma reforma.

**Fabio Graner é repórter.**

**E-mail: [fabio.graner@valor.com.br](mailto:fabio.graner@valor.com.br)**

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

---

LINK PATROCINADO

**Garanta a sua enquanto há estoque disponível**

KNEE ELITE

LINK PATROCINADO

**Conheça as novas máscaras recomendadas atualmente**

LOJA INTERATIVO

LINK PATROCINADO

**Vieram para ficar. Conheça as novas máscaras recomendadas**

LOJA INTERATIVO

LINK PATROCINADO

**Taxa a partir de 0,78% ao mês!**

MERCEDES-BENZ VANS

LINK PATROCINADO

**Saiba porquê os homens de Salvador estão comprando essa bota**

BOTA CATERPILLAR

LINK PATROCINADO

**Essa organizadora é o item que falta para acabar com a bagunça da sua casa**

HOPY



COMENTÁRIOS

## Proposta eleva custo da conta de luz em 2022

Modelo prevê antecipação do uso de térmica e, se adotado neste ano, tarifa ficaria 4% mais cara

Por Rafael Bitencourt — De Brasília

07/07/2021 05h01 · Atualizado há 6 horas

---

A preocupação do governo em livrar o setor elétrico dos efeitos de novas crises hídricas, a partir de 2022, levou o Ministério de Minas e Energia a admitir, em simulações, o aumento de custo da energia na reestruturação do modelo de operação do sistema. Se a adequação já tivesse sido adotada neste ano, os consumidores teriam o aumento extra de 4% nas contas de luz para cobrir despesas adicionais de R\$ 8,57 bilhões.

O ministério abriu ontem nova etapa de consulta pública com a proposta de ajuste no atual programa computacional do setor, responsável por fazer o acionamento

das usinas com base no custo de geração. A pasta precisa tomar a decisão até o fim deste mês para começar a valer a partir do próximo ano.

A proposta do governo torna o parâmetro de acionamento de térmicas mais conservador para que seja garantida a “elevação estrutural dos níveis de armazenamento dos reservatórios das usinas hidrelétricas, sobretudo aos finais dos períodos secos”. Para aumentar a confiabilidade do programa, os técnicos do governo adotaram o segundo maior nível de “aversão ao risco” entre oito levantados.

Se for mantida, a proposta, na prática, antecipará o despacho térmico mais caro no sistema ao menor sinal de falta de chuva. Por consequência, tanto as tarifas de energia das distribuidoras quanto o preço de referência do mercado de curto prazo (spot), o PLD, serão elevados.

O aumento de custo para o consumidor foi reconhecido nas recomendações feitas nos estudos apresentados. “Os impactos diretos dessa maior segurança energética indicados pelos modelos são os incrementos dos custos operativos, devido à inerente maior geração termelétrica na ordem de mérito econômico, e a consequente redução da geração hidrelétrica, de forma a permitir a manutenção dos reservatórios em níveis seguros à operação do sistema”, destaca o governo, na análise divulgada.

Ao rodar as simulações do programa para a crise hídrica do ciclo 2020/2021, o ministério comparou os resultados do modelo atual com os números da versão atualizada do programa, que deve valer a partir de 2022.

Para o próximo ano, as condições de abastecimento e custo de operação ainda são incertos. Tudo depende do retorno das chuvas a partir de novembro deste ano e do ritmo de recuperação dos reservatórios.

Na comparação entre os modelos, o ministério indicou que o gasto com usinas térmicas neste ano passaria de R\$ 19,4 bilhões para R\$ 20,7 bilhões. Apesar da diferença de custo relativamente pequena, a mudança de critério permite que o próprio programa computacional se encarregue de acionar as usinas mais caras.

Desde o início do ano, essas usinas, que chegam a gerar energia ao custo de R\$ 1,5 mil megawatt-hora (MWh), foram despachadas por decisão das autoridades do setor, o CMSE. Quando essa operação é autorizada “fora” do programa, a alta no custo de operação do sistema não se reflete no PLD. Isto eleva o valor do encargo de térmicas (ESS) cobrado nas contas de luz, que é calculado pela diferença entre o preço da energia no mercado spot e o custo real de operação.

O modelo defendido pelo governo mais do que dobraria o valor médio do PLD, sairia de R\$ 182,5 para R\$ 474,9 o megawatt-hora (MWh). De um lado, os agentes do setor com necessidade de contratar energia no mercado spot seriam mais impactados pelo novo patamar do PLD, que não aumenta quando a decisão parte do CMSE. Por outro lado, haveria uma redução de R\$ 3,57 bilhões do ESS que é bancado pelo consumidor final.

Mesmo com o corte no ESS, a conta de luz ainda seria impactada com a alta de 4% para garantir a cobertura do valor de R\$ 8,57 bilhões pelas tarifas no cenário da crise hídrica atual. A mudança no modelo amplia também a necessidade de arrecadar recursos pelo sistema de bandeiras tarifárias, passando de R\$ 7,46 bilhões para R\$ 12,6 bilhões, no cenário de hidrologia desfavorável como o atual.

Apesar de todo o esforço de adequação do modelo, o ganho de armazenamento nos reservatórios do Sistema Interligado Nacional (SIN) passaria de 11,8 pontos percentuais para 12,7 pontos. Mesmo oferecendo um pequeno ganho na retenção

de água, a proposta do governo não exige adoção das atuais medidas excepcionais, como a mudança no controle de vazão nas hidrelétricas do Sudeste ou o acionamento emergencial de térmicas sem contrato.

O programa computacional, o Newave/Decomp, é considerado há alguns anos desatualizado. A metodologia é criticada por não refletir a realidade física do sistema - como o nível dos reservatórios e o custo de térmicas mais caras - no PLD. Isso exige que o CMSE faça sempre intervenções no acionamento das térmicas para corrigir a rota de operação e evitar o colapso no abastecimento, como neste ano.

Na segunda-feira, o governo apresentou a segunda proposta de mudança no modelo de operação do sistema ao abrir nova fase de consulta pública. A primeira foi apresentada há um mês e encerrada na semana passada.

Nas manifestações enviadas ao ministério, as entidades do setor se queixaram da proposta do governo. Para elas, a nova metodologia promove mudanças estruturais no modelo computacional considerando apenas a conjuntura atual.

Os documentos disponibilizados deixam claro que uma das premissas do governo é garantir que os reservatórios do Sudeste/Centro-Oeste cheguem ao final do período seco, em novembro, com 20% da capacidade. Como exemplo, a capacidade de armazenamento deve ficar em 7,5% no fim de novembro.

A percepção do setor é que, se aplicada a metodologia apresentada, existe o risco de térmicas serem acionadas além do necessário, mesmo em períodos de chuvas mais favoráveis. Por consequência, o consumidor sofreria com a alta no custo de operação para, em seguida, verem as hidrelétricas liberarem a água pelos vertedouros sem gerar energia.

A adequação do modelo computacional também prevê a redução do volume de energia “firme” das hidrelétricas, aquela que a usina realmente consegue entregar (garantia física). O corte previsto é da ordem de 2.353 megawatts médios. A medida tende a reduzir o déficit de produção das hidrelétricas sobre o montante contratado (GSF) - cairia de 20,4% para 16,4%, conforme simulação das análises da evolução do modelo.

Os estudos para mudança do modelo operativo do setor foram conduzidos pelo grupo de trabalho criado pelo governo. A iniciativa partiu da Comissão Permanente para Análise de Metodologias e Programas Computacionais do Setor Elétrico. Hoje, o grupo técnico promoverá para o setor um workshop sobre o assunto.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

---

LINK PATROCINADO

**R\$ 79,90 | Power Cooler está sendo vendido a preço de atacado!**

DUBAI STORE

LINK PATROCINADO

**Conheça as novas máscaras recomendadas atualmente**

LOJA INTERATIVO

LINK PATROCINADO

**Garanta a sua enquanto há estoque disponível**

KNEE ELITE

LINK PATROCINADO

**Taxa a partir de 0,78% ao mês!**

MERCEDES-BENZ VANS

LINK PATROCINADO

**Saiba porquê os homens de Salvador estão comprando essa bota**

BOTA CATERPILLAR

LINK PATROCINADO

**Imecap Hair Max, recupera seus cabelos. Seu melhor você**

IMECAP

 **COMENTÁRIOS**

---

## Mais do Valor **Econômico**

### **À CPI, ex-diretor da Saúde diz que pediu a Pazuello para ser indicado à Anvisa**

Foto: Daniel Dan/Pexels

## Projeto prevê tributo para quem tem patrimônio acima de R\$ 4,670 milhões

Texto apresentado pelo senador Randolfe Rodrigues estabelece que alíquota seria progressiva entre 0,5% a 5% e atingiria cerca de 200 mil contribuintes pessoas físicas

Por Edna Simão, Valor — Brasília

06/07/2021 17h34 · Atualizado há 16 horas

Pegando carona nas discussões em torno da reforma tributária, o senador **Randolfe Complementar** que cria a  
nar recursos para área de saúde,  
covid-19, e financiamento de



**Compensa**  
ser o primeiro banco a neutralizar o CO<sub>2</sub> de todos os veículos que financia.

Saiba Mais



---

complementação do auxílio emergencial para as famílias mais vulneráveis. Pelo projeto, apresentado na sexta-feira (02), a alíquota seria progressiva, variando de 0,5% a 5%, para quem tem patrimônio acima de R\$ 4,670 milhões. A cobrança, no entanto, seria feita uma única vez.

Segundo justificativa do projeto, a proposta **atingiria cerca de 200 mil contribuintes pessoas físicas** ou 0,1% da população, cuja média de renda mensal total é superior a 80 salários mínimos e que detém 30% dos bens e direitos declarados no imposto sobre renda.

Estudo da Unafisco Nacional estima que a arrecadação pode chegar a R\$ 38,9 bilhões, considerando base de dados de 2019. “Mostra-se, portanto, razoável que aqueles contribuintes com maior capacidade contributiva – que, em sua maioria, tiveram aumento patrimonial enquanto a grande massa da população vem sofrendo com os efeitos perversos da crise sanitária e econômica – contribuam com o país neste momento de forte recessão”, informa o parlamentar na justificativa do PLC.

Pelo projetado, as pessoas com patrimônio entre R\$ 4,670 milhões e R\$ 7 milhões pagariam uma alíquota de 0,5% com parcela a deduzir de R\$ 23.350,00. Já entre R\$ 7 milhões e R\$ 10 milhões, a contribuição seria de 1% com a parcela a deduzir de R\$ 58.350,00.

Para patrimônio entre R\$ 10 milhões e R\$ 15 milhões, a alíquota seria de 2% com parcela a deduzir de R\$ 158.350,00; entre R\$ 15 milhões e R\$ 30 milhões a alíquota seria de 3%, com parcela a deduzir de R\$ 308.350,00.

Acima de R\$ 30 milhões, a alíquota seria de 5% com parcela a deduzir de R\$ 908.350,00. Para o cálculo da alíquota, serão apurados os bens e direitos declarados até 60 dias após a sanção da lei.

- **Leia mais: Dispositivos da reforma miram os 'super-ricos'**

Pelos exemplos apresentados, considerando o escalonamento das alíquotas, um contribuinte com uma fortuna de R\$ 5 milhões pagaria uma contribuição de R\$ 1.650,00. Para quem tem R\$ 8 milhões, o valor subiria para R\$ R\$ 21.650,00. No caso de uma pessoa ter uma fortuna de R\$ 20 milhões, a contribuição seria de R\$ 291.650,00 e para os que tem patrimônio de R\$ 40 milhões o montante a ser pago para o Fisco chegaria a R\$ 1.091.650,00.

“Destaca-se que o aumento na tributação sobre a camada mais rica da população não acarreta fuga de capitais, conforme comumente alegado nas discussões sobre aumento da tributação de renda e patrimônio. No artigo intitulado 'Tax Flight Is a Myth. Higher State Taxes Bring More Revenue, Not More Migration', os autores demonstram não haver qualquer relação entre o aumento de impostos e a migração de pessoas mais ricas para outras localidades, sendo esta ocasionada por

outros fatores como melhores oportunidades de emprego e moradia, melhores estruturas de serviços públicos, entre outros”, informa a justificativa do PLC 101.

Além disso, o projeto institui o tipo “one-off tax”, que consiste em um tributo incidente uma única vez. “Ao se basear na riqueza determinada na ocasião, esse tipo de tributo não distorce o comportamento dos contribuintes. Existem diversos precedentes internacionais de imposições tributárias 'one-off', principalmente nos períodos pós-Guerras, nos quais os países precisavam arrecadar recursos para cobrir os gastos com as guerras. Estas imposições foram responsáveis por uma arrecadação substancial, no Japão, por exemplo, entre 1946 e 1947, o imposto modelo “one-off” arrecadou mais de 10% da renda nacional no ano em que foi cobrado, incidindo principalmente nos 3% mais ricos da população japonesa”, informa a justificativa do projeto.

O presidente da Unafisco Nacional, Mauro Silva, afirmou que a incidência da alíquota apenas uma vez sobre o patrimônio declarado já é aplicada em alguns países e pode ajudar politicamente na aprovação já que rebate argumentos como que a tributação do patrimônio poderia gerar uma fuga dos ricos do país. Segundo ele, nos outros projetos em tramitação no Congresso Nacional sobre o assunto, normalmente, se faz uma cobrança anual. Neste caso, se optou também pela cobrança como contribuição pois dessa forma poderia ser cobrada 90 dias após a sanção da matéria. Procurada, a Receita Federal informou que comenta projetos, estudos ou alterações de normas não publicadas.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

---

LINK PATROCINADO

**Garanta a sua enquanto há estoque disponível**

KNEE ELITE

LINK PATROCINADO

**Conheça as novas máscaras recomendadas atualmente**

LOJA INTERATIVO

LINK PATROCINADO

**Renove o guarda-roupa com descontos Calvin Klein**

# Projeto prevê taxação de fortunas para custear saúde

Alíquota seria progressiva, variando de 0,5% a 5%, para quem tem patrimônio acima de R\$ 4,670 milhões. A cobrança seria feita uma única vez

Por Edna Simão — De Brasília

07/07/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas



Rodrigues, na justificativa do PL: comparação com experiências de cobrança adotados em períodos de guerra — Foto: Edilson Rodrigues/Agência Senado

Pegando carona nas discussões em torno da reforma tributária, o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) protocolou projeto de lei complementar (PLC) que cria a contribuição sobre grandes fortunas para destinar recursos para área de saúde, especialmente ações de combate à pandemia de covid-19, e financiamento de complementação do auxílio emergencial para as famílias mais vulneráveis. Pelo projeto, apresentado na sexta-feira, a alíquota seria progressiva, variando de 0,5% a 5%, para quem tem patrimônio acima de R\$ 4,67 milhões. A cobrança seria feita uma única vez.

Segundo justificativa do projeto, a nova regra atingiria cerca de 200 mil contribuintes pessoas físicas ou 0,1% da população, cuja média de renda mensal total é superior a 80 salários mínimos e que detém 30% dos bens e direitos declarados no imposto sobre renda. Estudo da Unafisco Nacional estima que a arrecadação pode chegar a R\$ 38,9 bilhões, considerando base de dados de 2019.

“Mostra-se, portanto, razoável que aqueles contribuintes com maior capacidade contributiva - que, em sua maioria, tiveram aumento patrimonial enquanto a grande massa da população vem sofrendo com os efeitos perversos da crise sanitária e econômica - contribuam com o país neste momento de forte recessão”, informa o parlamentar no texto do PLC.

Pelo projetado, quem tem patrimônio entre R\$ 4,670 milhões e R\$ 7 milhões pagaria alíquota de 0,5% com parcela a deduzir de R\$ 23.350,00. Já entre R\$ 7 milhões e R\$ 10 milhões, a contribuição seria de 1% com a parcela a deduzir de R\$ 58.350. Para patrimônio entre R\$ 10 milhões e R\$ 15 milhões, a alíquota seria de 2% com parcela a deduzir de R\$ 158.350; entre R\$ 15 milhões e R\$ 30 milhões a alíquota seria de 3%, com parcela a deduzir de R\$ 308.350. Para patrimônio acima de R\$ 30 milhões, a alíquota seria de 5% com parcela a deduzir de R\$ 908.350. Para o cálculo da alíquota, serão apurados os bens e direitos declarados até 60 dias após a sanção da lei.

Pelos exemplos apresentados, considerando o escalonamento das alíquotas, um contribuinte com R\$ 5 milhões pagaria uma contribuição de R\$ 1.650. Para quem tem R\$ 8 milhões, o valor subiria para R\$ R\$ 21.650. No caso de uma pessoa ter uma fortuna de R\$ 20 milhões, a contribuição seria de R\$ 291.650 e para os que tem patrimônio de R\$ 40 milhões o montante a ser pago para o fisco chegaria a R\$ 1.091.650.

“Destaca-se que o aumento na tributação sobre a camada mais rica da população não acarreta fuga de capitais, conforme comumente alegado nas discussões sobre aumento da tributação de renda e patrimônio. No artigo intitulado ‘Tax Flight Is a Myth. Higher State Taxes Bring More Revenue, Not More Migration’, os autores [Robert Tannenwald, Jon Shure e Nicholas Johnson] demonstram não haver qualquer relação entre o aumento de impostos e a migração de pessoas mais ricas para outras localidades, sendo esta ocasionada por outros fatores como melhores oportunidades de emprego e moradia, melhores estruturas de serviços públicos, entre outros”, diz Rodrigues no projeto.

O texto institui o tipo “one-off tax”, que consiste em um tributo incidente uma única vez. “Ao se basear na riqueza determinada na ocasião, esse tipo de tributo não distorce o comportamento dos contribuintes. Existem diversos precedentes internacionais de imposições tributárias ‘one-off’, principalmente nos períodos pós-

Guerras, nos quais os países precisavam arrecadar recursos para cobrir os gastos com as guerras.”

O presidente da Unafisco Nacional, Mauro Silva, disse que a incidência da alíquota apenas uma vez sobre o patrimônio declarado já é aplicada em alguns países e pode ajudar na aprovação já que rebate argumentos como que a tributação do patrimônio poderia gerar uma fuga dos ricos do país. Segundo ele, nos outros projetos em tramitação no Congresso sobre o assunto, normalmente, se faz uma cobrança anual. Neste caso, se optou também pela cobrança como contribuição pois dessa forma poderia ser cobrada 90 dias após a sanção da matéria. Procurada, a Receita informou que não comenta projetos, estudos ou alterações de normas não publicadas.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

---

LINK PATROCINADO

**R\$ 79,90 | Power Cooler está sendo vendido a preço de atacado!**

DUBAI STORE

LINK PATROCINADO

**Conheça as novas máscaras recomendadas atualmente**

LOJA INTERATIVO

LINK PATROCINADO

**Garanta a sua enquanto há estoque disponível**

KNEE ELITE

LINK PATROCINADO

**Taxa a partir de 0,78% ao mês!**

MERCEDES-BENZ VANS

LINK PATROCINADO

**Saiba porquê os homens de Salvador estão comprando essa bota**

BOTA CATERPILLAR

LINK PATROCINADO

**Mulher de Salvador perde peso em tempo recorde e ganha confiança de volta. Confira!**

SIBRA MAX

## Petrobras reajusta preços e reforça alta nos postos

Na ponta do consumo, combustíveis derivados de petróleo já vêm em alta devido à pressão de etanol e do biodiesel

Por André Ramalho — Do Rio

07/07/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

---



Paulo Miranda: “Essa instabilidade de preços é muito ruim para o nosso mercado. Quanto mais caro, mais difícil de vender” — Foto: Roberto Moreyra/Agência O Globo

Os aumentos de 6,3% no preço da gasolina e de 3,7% no diesel, válidos desde ontem nas refinarias da Petrobras, podem reforçar uma tendência inflacionária nas bombas dos postos que tem sido observada, nos últimos meses, independentemente da estratégia da estatal de segurar reajustes.

Desde que Joaquim Silva e Luna assumiu a petroleira, na segunda quinzena de abril, estas são as primeiras altas da gasolina e do diesel, diante da valorização do petróleo no mercado internacional. Na bomba, porém, os preços estão subindo há alguns meses. Os revendedores atribuem esse movimento ao encarecimento dos biocombustíveis misturados aos derivados - etanol anidro, na gasolina, e biodiesel, no diesel.

Segundo o levantamento de mercado da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), na semana em que Silva e Luna tomou posse, em 19 de abril, o litro da gasolina foi vendido em média a R\$ 5,441 nos postos. Desde então, foram nove semanas seguidas de aumento, até que o litro do derivado atingiu os R\$ 5,695 na semana iniciada em 20 de junho. Nesse intervalo, houve alta de 4,6%. Na semana passada (entre 27 de junho e 03 de julho), o preço nos postos recuou 0,15%, interrompendo a sequência de alta.

No caso do diesel S-10, segundo a ANP, o litro subiu dos R\$ 4,259 na semana em que Silva e Luna assumiu a estatal, para R\$ 4,568 na semana passada - alta de 7,25%.

O presidente da Federação Nacional do Comércio de Combustíveis e de Lubrificantes (Fecombustíveis), Paulo Miranda, afirma que os preços, no Brasil, são livres e diz que, devido à margem apertada do setor, os reajustes da Petrobras devem ser, de maneira geral, repassados ao consumidor. Segundo ele, a margem bruta média da revenda é de 9,8% no país, mas nas capitais chega a 6%.

“Trabalhamos com margens tão apertadas que fica difícil [não repassar]... Essa instabilidade de preços é muito ruim para o nosso mercado. Quanto mais caro o produto, mais difícil de vender”, justifica.

O economista-chefe da Ativa Investimentos, Étore Sanchez, estima que o reajuste nas refinarias vai chegar às bombas nos últimos dez dias de julho. Portanto, o impacto integral no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) deve ocorrer em agosto.

Miranda destaca ainda que, independentemente de a Petrobras segurar reajustes, há outros elementos que podem levar a um aumento dos combustíveis. Ele cita a alta recente dos biocombustíveis.

A gasolina vendida nos postos do Brasil conta com uma mistura de 27% de etanol anidro. Os levantamentos de preços realizados pelo Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea-Esalq/USP) mostram que, em 12 meses, entre a primeira semana de julho de 2020 e igual período deste ano, o preço do

biocombustível subiu 77,8%. Já desde a posse do novo comando da Petrobras, a inflação é de 12,2%.

Ao diesel, por sua vez, são misturados 13% de biodiesel. A proporção foi reduzida temporariamente para 10% devido ao encarecimento do biocombustível, na esteira da valorização do óleo de soja no mercado internacional. No leilão de biodiesel nº 79, que contratou volumes para abastecimento entre maio e junho, por exemplo, o litro foi negociado, em média, a R\$ 5,536, uma alta de 17,6% em relação à licitação anterior.

A empresa Edenred, que atua no setor de serviços e pagamentos e faz levantamentos de preços, calcula que o litro da gasolina nos postos brasileiros avançou 25% no primeiro semestre. Já o etanol hidratado ficou 36,3% mais caro.

A inflação nas bombas tem se acentuado desde junho. A Triad Research, que trabalha com um universo maior de postos pesquisados, calcula que o preço médio da gasolina se mantém acima dos R\$ 5,8 o litro desde 28 de junho. Na segunda-feira, o derivado fechou o dia a um preço médio de R\$ 5,81 - patamar 2,3% superior ao registrado em 1º de junho.

Em pouco mais de dois meses sob o comando de Silva e Luna, a Petrobras mexeu três vezes nos preços dos derivados: antes do reajuste de ontem, a empresa havia reduzido em 2% o diesel e a gasolina no dia 1º de maio; e, em 11 de junho, cortado em 1,9% a gasolina e aumentado em 6% o gás liquefeito de petróleo (GLP).

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

---

LINK PATROCINADO

**R\$ 79,90 | Power Cooler está sendo vendido a preço de atacado!**

DUBAI STORE

LINK PATROCINADO

**Garanta a sua enquanto há estoque disponível**

KNEE ELITE

## Para os bancos, reforma eleva custo de capital

Instituições financeiras serão afetadas pela tributação dos dividendos e o fim dos juros sobre o capital próprio (JCP)

Por Sérgio Tauhata e Talita Moreira — De São Paulo

07/07/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

---

A proposta de reforma do Imposto de Renda apresentada pelo governo foi mal recebida pelos bancos. Executivos ouvidos pelo **Valor** veem aumento do custo de capital e de crédito com as mudanças. As instituições financeiras serão afetadas pela tributação dos dividendos e o fim dos juros sobre capital próprio (JCP). Segundo eles, o texto, como está, vai afastar o investimento produtivo e causar grandes danos à economia no longo prazo.

**Bancos veem capital e crédito mais caros após reforma**

Para o investidor Luiz Barsi, em vez de o governo tentar tributar dividendos deveria taxar a “especulação”. Presidente do Corecon-SP, ele propõe que a apuração do lucro na negociação de ações por investidor individual ocorra anualmente, para simplificar o cálculo e atrair mais pessoas físicas para a bolsa.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

---

LINK PATROCINADO

**Conheça as novas máscaras recomendadas atualmente**

LOJA INTERATIVO

LINK PATROCINADO

**Garanta a sua enquanto há estoque disponível**

KNEE ELITE

LINK PATROCINADO

**Vieram para ficar. Conheça as novas máscaras recomendadas**

LOJA INTERATIVO

LINK PATROCINADO

**Taxa a partir de 0,78% ao mês!**

MERCEDES-BENZ VANS

LINK PATROCINADO

**Saiba porquê os homens de Salvador estão comprando essa bota**

BOTA CATERPILLAR

LINK PATROCINADO

**Diminua a próstata usando isso diariamente**

PROST FORCE®

---

## Conteúdo Publicitário

**Isabella Santoni virou defensora ambiental com o surfe: "O mundo está sofrendo"**

UM SÓ PLANETA

**Omar Aziz encerra sessão da CPI e diz que celular de Domingueti será devolvido após perícia**

VALOR INVESTE

# O Brasil perdendo saudável liderança na tributação empresarial

E agora vem a reforma tributária propor a extinção dos Juros Sobre o Capital Próprio

Por Frederico Z. Tebechrani

07/07/2021 05h00 · Atualizado há 6 horas

Se você aplica seu rico dinheiro no mercado financeiro e ganha 10% num ano, e estando submetido a uma privilegiada taxa de imposto de renda de 15%, receberá, líquido, 8,5% sobre o dinheiro aplicado. Conforme o caso, até que muito bom negócio, e irá dormir tranquilo.

Mas se se lembrar da inflação antes de dormir, poderá perder o sono. Se a inflação estiver em 5%, por exemplo, você logo pensará: mas os primeiros 5% nada mais são do que a recuperação do meu capital exposto a essa inflação. Logo, só os 3,5%

representam, de fato, uma renda real. (E você estará quase certo. Na verdade, o correto é 3,3% porque deveria ser calculado sobre o valor inicial devidamente corrigido. Mas vamos deixar os “detalhes” de fora.)

E isso significará que a alíquota nominal de imposto de 15% estará sendo, na realidade, de 30% em termos reais. É simples: nominalmente você pagou 15% do que recebeu, mas como metade desse valor é pura inflação, você terá pago 30% sobre a metade que é o ganho efetivo. Simples assim.

Quer isso dizer que 5% de inflação foi o suficiente para a alíquota real (30%) ser o dobro da nominal (15%)? Sim, é isso mesmo. Quer ver algo pior? E se tivesse ganho no mercado exatamente os 5% de inflação. O ganho real seria nulo, mas pagaria os 15% nominais sobre o lucro fictício de 5%; na verdade, estará entregando um pedaço do seu próprio capital para liquidar a dívida tributária!

E é isso mesmo. A inflação distorce brutalmente a realidade. Por essa razão é que a tributação, até 1995, era sobre o valor real; correção monetária não é renda, não é aumento patrimonial efetivo, só são efetivos os aumentos patrimoniais reais. Daí inclusive correrem ações judiciais até hoje com base nesse raciocínio lógico. Mas agora, aparentemente, até julgadores não pensam mais em termos reais, e sim nominais. O problema todo está em as alíquotas incidirem sobre valores nominais, e não sobre valores reais, sobre aumentos reais de riqueza.

Até 1995, a tributação era sempre sobre os ganhos reais. Inclusive nas empresas. O lucro só era considerado pelo que representasse mais do que a inflação do patrimônio líquido do início do período para manter o verdadeiro capital aplicado. Assim, só eram tributados ganhos efetivos, os além da inflação.

Uma outra visão mais técnica do mesmo fato: nos balanços, a correção monetária das dívidas era reconhecida como despesa nominal, mas a correção monetária do capital próprio também. Assim, não era a inflação que fazia qualquer diferença frente ao uso ou não de capital de terceiros. A diferença era o juro real. Na época, para fins societários, só podiam estar disponíveis para dividendos os valores efetivos, reais, acima da inflação, e não lucros que podem ser ficção como hoje. E, para fins fiscais, a mesmíssima situação. Só se tributava o lucro efetivo, e não o nominal que pode ser em parte, em grande parte, ou em toda sua totalidade, fictício.

A consequência disso é que parece termos ficado cegos: as taxas reais de tributos sobre os ganhos que nós, pessoas físicas e jurídicas, pagamos, podem ser diferentes, muito diferente das taxas nominais. Muitas vezes entrega-se um pedaço do próprio capital para pagar imposto sobre lucro que não houve.

Agora vem o fato a aplaudir: como sabemos, e já dito, no resultado tínhamos o efeito da inflação sobre a dívida, mas também o efeito da inflação sobre o patrimônio líquido. Mas a correção do patrimônio líquido foi extinta. Só que, com essa extinção da correção monetária dos balanços em 1995, a Receita Federal teve uma sacada genial: sabedora de que a correção do patrimônio líquido é o que há de mais importante para se ter a verdadeira manutenção do capital, e só o excedente ser chamado de lucro, procurou uma forma de continuar fazendo com que houvesse o emparelhamento: se a inflação sobre as dívidas continuaria sendo tratada como despesa para fins do lucro tributável, então agora o importante seria fazer com que também se mantivesse a correção monetária do patrimônio líquido a ser diminuída do lucro nominal, sobrando aí o efetivo lucro, pelo menos para fins fiscais, mas sob outra forma jurídica e contábil.

Só que, como não se podia sequer utilizar a expressão “correção monetária” como decorrência do Plano Real, precisou-se de outra terminologia. Mas precisou-se

também de outro formato. E a grande sacada foi permitir a dedutibilidade do Juro Sobre o Capital Próprio; ou seja, deduz-se do lucro nominal a parcela que é mera atualização monetária do patrimônio líquido da empresa por uma taxa de juro.

É claro que se há de perguntar: mas o juro normalmente não contém a parte relativa à inflação e algum excedente, o juro real? Sim, é correto isso. Para evitar, nesse caso, um benefício à empresa pela dedução de um juro superior à taxa de inflação, procurou-se duas saídas: uma, utilizar a menor taxa de juros do mercado, e a escolha recaiu sobre a Taxa de Juros das Dívidas de Longo Prazo do Tesouro Nacional (TJLP); afinal, essa taxa deveria ser a menor nominal da economia brasileira. Em segundo lugar, dado que essa TJLP excedia a inflação, procurou-se compensar a dedutibilidade adicional com o IR na fonte de 15%.

Toda uma engenharia para fazer com que as empresas bastante capitalizadas não ficassem em inferioridade face às fortemente endividadas. Estas deduzem do lucro todo o encargo nominal da dívida, onde parte é inflação. Mas as capitalizadas, que não mais podiam fazer a correção do patrimônio líquido, passaram a poder deduzir a “correção do patrimônio” via a dedutibilidade do Juro Sobre o Capital Próprio. Um ato de redução de iniquidade que colocou o Brasil na liderança de uma tributação mais justa.

Mas parece que alguns entendem que é uma benesse, uma dádiva caída do céu. Parece-me que não, muito pelo contrário: a aplicação de uma técnica que reduziria, como de fato reduziu, a iniquidade com relação aos efeitos da inflação sobre empresas com diferentes estruturas de capital para financiamento de suas atividades, foi uma estruturação muito bem executada a partir da Receita Federal.

Claro que distorções acabaram ocorrendo, sempre em prejuízo da empresa: havia uma limitação do valor desses juros sobre o capital próprio com relação ao próprio lucro antes dessa dedutibilidade ou com relação às reservas de lucros patrimoniais. Logo, não era e não é um sistema perfeito, mas era e é um dos melhores do mundo para efeito dessa equalização, desfazendo fortemente os efeitos das diferentes formas de financiamento da empresa.

E agora vem a reforma tributária propor a extinção dos Juros Sobre o Capital Próprio. Quanto mais capitalizada estiver a empresa, pior ficará, porque tributará

um lucro maior do que o efetivo. Quanto mais endividada a empresa, menor o efeito disso tudo, já que suas despesas financeiras nominais continuarão a ser dedutíveis. Ou seja, voltamos à iniquidade que já fora encerrada a partir da Lei 6.404/76 (das SAs) e o Decreto-Lei 1.598/77 (para fins fiscais).

Infelizmente, perdemos a liderança de uma normatização que nos colocava numa posição ímpar no mundo. Vejamos uma possível razão para isso, na qual não acredito, mas poderia ocorrer: já que a pessoa física paga imposto sobre lucro nominal, por que não igualar a iniquidade e estender às empresas também essa penalidade? Ou teria sido objetivado para fins apenas de arrecadação? Ou por se ter perdido com o tempo o verdadeiro significado desses JSCP?

Claro, é questão de uma escolha política, sabemos. Mas terão sido estudados todos esses efeitos econômicos e financeiros sobre tal medida? Tenho certeza de que os que instituíram o JSCP sabiam muito bem o que estavam fazendo, já que dominavam toda a técnica de correção dos balanços. Tanto que reajustaram as taxas de tributos considerando todos esses cenários. O que parece claro é que, com o decorrer do tempo, essa visão foi se dissipando.

Não deixemos desaparecer esse instrumento de redução da iniquidade tributária.

**Eliseu Martins é professor da FEA-USP de São Paulo e Ribeirão Preto**

**E-mail: [emartins@usp.br](mailto:emartins@usp.br)**

**Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso destas informações.**

---

**Conteúdo Publicitário**

Links patrocinados por [taboola](#)

---

LINK PATROCINADO

**R\$ 79,90 | Power Cooler está sendo vendido a preço de atacado!**

DUBAI STORE

# Guedes mira em subsídios para cortar mais IRPJ

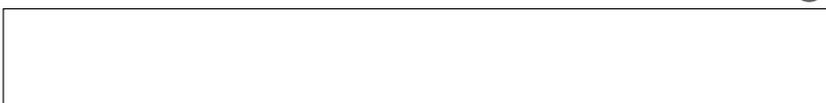
Equipe econômica aceita ceder no limite para declaração simplificada

Por Fabio Graner — De Brasília

07/07/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

---

Paulo Guedes: ministro gostaria de ampliar corte na alíquota de IRPJ para 10 pontos, o que envolveria diminuir os subsídios existentes em R\$ 20 bilhões — Foto: Alan Santos/PR



Em conversas com interlocutores, o ministro da Economia, Paulo Guedes, tem deixado claro que já está batido o martelo pela redução imediata em cinco pontos percentuais da alíquota de IRPJ na reforma do imposto de renda enviada ao Congresso. Mas o que ele quer mesmo é ampliar esse corte para até 10 pontos e, para tanto, pretende fomentar uma verdadeira guerra contra subsídios que beneficiariam poucas empresas.

Nas contas da área econômica, se o Congresso topa reduzir em R\$ 20 bilhões os subsídios existentes, já seria possível fazer uma redução adicional de 2,5 pontos, levando a queda total a 7,5 pontos percentuais em 2022. A intenção da equipe econômica é tentar acoplar um programa de redução de subsídios no projeto em tramitação ainda antes do recesso parlamentar (com início dia 15), mas o prazo é curto e pode levar mais tempo.

Por questões estratégicas, o Ministério da Economia reluta em abrir quais são os principais subsídios a serem atacados. Um dos itens citados nos bastidores é o Reiq, da indústria química (e que teve no grupo Odebrecht seu maior beneficiário), recentemente reduzido pelo Congresso Nacional, que colocou um prazo de quatro anos para o seu fim. A pasta quer reabrir essa discussão. Fontes lembram outros programas, como o subsídio a xarope de refrigerantes na Zona Franca de Manaus, que também foi reduzido, mas menos do que Guedes gostaria.

A ideia é estimular milhares de empresas que teriam queda na carga pela redução mais forte do IRPJ a se juntar ao governo e pressionar o Congresso para reverter privilégios para poucas empresas e setores. Seria jogar “lobby contra lobby”. A ideia já foi apresentada ao relator da reforma, deputado Celso Sabino (PSDB-PA), e a área técnica já está preparando o mapa desses subsídios para serem acoplados ao substitutivo de Sabino.

Na Economia, há clareza de que a pasta pode ter exagerado na dose e mandado uma proposta descalibrada, por excesso de conservadorismo fiscal. Diante das fortes reclamações que tem recebido diretamente do setor privado e também visto na imprensa, Guedes mostra-se desconfortável com o risco de elevação da carga e reitera o comando para sua equipe buscar a neutralidade tributária.

Em seus desabafos no bloco P da Esplanada, o ministro aponta que preferiria ficar sem nenhuma reforma a ver aprovado um texto que eleve a carga tributária. Mas tem ponderado que o momento é propício para se avançar, pois o governo tem visto aumento significativo da arrecadação, permitindo que se assumam mais riscos na redução de alguns tributos, sem prejudicar o equilíbrio fiscal.

Está muito claro para Guedes que o caminho a ser trilhado é reduzir a tributação no nível das empresas. Por outro lado, tem deixado claro aos seus interlocutores que pretende lutar para manter a alíquota de 20% nos dividendos, previsto originalmente.

Embora a redução para 15% não esteja descartada, já que agora a decisão é do Congresso, a visão da equipe econômica é que o número originalmente proposto está no piso do que se pratica no mundo nessa tributação. A leitura é que, se for

para reduzir algo e aliviar menos a taxaço no capital, que se faça no nível da empresa.

Há muita convic o por parte dele sobre a justiça dessa tributa o dos dividendos. A estimativa de arrecada o anual com essa medida   de quase R\$ 60 bilhões a partir de 2023. Para o ano que vem se espera um terço disso porque o governo trabalha com um cenário de corrida para distribui o de dividendos neste ano, caso o projeto seja aprovado pelo Congresso.

No ano passado, segundo levantamento da área técnica do governo, foram distribuídos R\$ 400 bilhões em dividendos no Brasil, beneficiando apenas 20 mil famílias de "ricos" que não pagaram tributo, enquanto os trabalhadores pagam. Guedes tem destacado que   a primeira vez em 25 anos que vai se taxar o capital e, com isso, se permitirá reduzir a tributa o das empresas e dos trabalhadores.

O ministro também tem admitido a seus interlocutores uma revisão mais ampla no texto da reforma, podendo alterar a taxaço do estoque de fundos exclusivos, prevista para ser de 15%. Há muita reclama o sobre isso e há possibilidade de, para o estoque, esse valor ser menor, de repente metade disso. Também está se passando um pente-fino em outras medidas que têm gerado reclama o, como as regras mais restritivas para Sociedades em Conta de Participa o (SPC) do setor de constru o e estruturas de holding.

A equipe econômica já discute a possibilidade de flexibilizar a limita o da declara o simplificada para pessoas físicas. O texto restringe esse mecanismo para quem ganha no máximo R\$ 40 mil, um dos itens que tem recebido ataques por atingir a classe média e reduzir os ganhos com a corre o da tabela do Imposto de Renda.

A Receita anunciou que a atualiza o da tabela do Imposto de Renda teria uma renúncia de R\$ 13,5 bilhões. Mas esse número   líquido. Na verdade, a corre o das faixas de isen o e das demais, gera uma renúncia da ordem de R\$ 23,5 bilhões, sendo que a mudança na regra da declara o simplificada vai gerar um ganho de receitas de quase R\$ 10 bilhões.

---

## Governo planeja vender 100% dos Correios

Expectativa é que projeto de lei que libera desestatização da empresa seja aprovado até agosto

Por Mariana Ribeiro e Raphael Di Cunto — De Brasília

07/07/2021 05h01 · Atualizado há 6 horas

---

A privatização dos Correios, uma das prioridades da equipe econômica, deverá ser realizada por meio da venda de 100% da empresa. O governo espera que o projeto de lei que abre caminho para a privatização seja aprovado até agosto. Assim, o restante do processo poderia ser concluído a tempo da realização do leilão na data prevista, até março do ano que vem.

Nesta semana, o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), incluiu o projeto dos Correios na pauta de votação. Apesar disso, o texto não tem parecer  
sto - calendário estimado por Lira

em entrevistas com o objetivo de cumprir o cronograma do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

A informação sobre o modelo de venda total da estatal foi publicada pelo jornal "O Globo". "Na primeira etapa dos estudos, avaliamos várias alternativas e chegamos à conclusão de que, para garantir a universalização do serviço, o melhor seria a venda da empresa inteira", diz o secretário especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados do Ministério da Economia, Diogo Mac Cord.

Os detalhes da modelagem estão sendo desenhados pelo BNDES na etapa 2 dos estudos. Esse processo depende de vários fatores, inclusive da aprovação pelo Congresso do projeto de lei que viabiliza a venda.

Após a votação do texto, as condições estabelecidas pelo Congresso serão usadas pelo BNDES na conclusão da modelagem. Em seguida, as informações serão enviadas ao Tribunal de Contas da União (TCU) e só então o edital será publicado, o que, pela expectativa da equipe econômica, deve ocorrer até dezembro. Assim, o leilão poderia ocorrer no primeiro trimestre do próximo ano.

Ontem, em entrevista à rádio Jovem Pan, Lira disse que o parecer ao projeto ficaria pronto ainda na terça-feira. Mais tarde, no entanto, o relator do texto, o deputado Gil Cutrim (Republicanos-MA), informou que não vai apresentar o parecer nesta semana. O parlamentar não divulgou nenhum ponto do seu relatório e mesmo

Líderes partidários dizem desconhecer o conteúdo do projeto, que não passou pelas comissões da Câmara.

Segundo Lira, o projeto dos Correios está na pauta, mas, após a apresentação do parecer, o relator se reunirá com os líderes partidários para explicar as alterações no texto do governo e fazer ajustes antes da votação, que ocorrerá entre a segunda quinzena de julho - caso de fato não ocorra recesso parlamentar - e a primeira quinzena de agosto.

O ministério acredita que a votação do texto pela Câmara dos Deputados e pelo Senado até agosto seja factível. “É uma operação muito menos polêmica que a Eletrobras, por exemplo. É uma empresa importante para o país e que tem cada vez mais perdido a sua capacidade de investimento e alcançado níveis recordes de reclamação”, disse Mac Cord.

O secretário defendeu a necessidade de entrada do setor privado para garantir a competitividade da empresa. “Os concorrentes dos Correios têm conseguido garantir entregas em uma velocidade maior. Ele vai precisar investir em tecnologia, em novos veículos, em ativos que possam devolver a capacidade de entrega. Hoje, os Correios investem algo em torno de R\$ 300 milhões por ano e deveriam investir entre sete e dez vezes esse valor.”

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

---

LINK PATROCINADO

**R\$ 79,90 | Power Cooler está sendo vendido a preço de atacado!**

DUBAI STORE

LINK PATROCINADO

**Conheça as novas máscaras recomendadas atualmente**

LOJA INTERATIVO

LINK PATROCINADO

**Garanta a sua enquanto há estoque disponível**

KNEE ELITE

LINK PATROCINADO

## Fernanda Guardado mostra visão alinhada com Copom

Indicada para ocupar a diretoria de assuntos internacionais e gestão de riscos corporativos do BC, a economista esteve em sabatina na CAE

Por Estevão Taiar — De São Paulo

07/07/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

---



Em sabatina no Senado, Fernanda Guardado destacou que a recuperação da atividade vem surpreendendo positivamente — Foto: Waldemir Barreto/Agência Senado

Indicada para ocupar a diretoria de assuntos internacionais e gestão de riscos corporativos do Banco Central (BC), a economista Fernanda Guardado mostrou em sua sabatina na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado uma visão bastante alinhada com a do Comitê de Política Monetária (Copom).

Mas, por causa da curta duração da sabatina, na noite de segunda-feira, não foi possível saber como ela enxerga aquela que será justamente a sua principal área de cobertura no BC: a economia internacional. A tendência é que o nome de Fernanda seja aprovado em breve no plenário do Senado.

Em sua sabatina, Fernanda fez afirmações em linha com o que tem sido dito por membros do Copom, seja em eventos públicos ou por meio de documentos oficiais. Ela destacou, por exemplo, que a recuperação da atividade econômica no Brasil vem surpreendendo positivamente, mostrando uma “resiliência” em relação à pandemia. Por outro lado, também lembrou que a retomada está desigual. “Tem setores que estão sofrendo”, disse.

Na ata de sua última reunião, o Copom afirmou que “os últimos dados disponíveis [de atividade] continuam surpreendendo positivamente”, mas disse que “a pandemia ainda segue produzindo efeitos heterogêneos sobre os setores econômicos”.

Outros pontos de convergência entre os discursos de Fernanda e do colegiado do qual ela fará parte, caso seja aprovada, são: importância da vacinação para a continuidade da retomada; desempenho melhor do mercado formal de trabalho do que o do informal; influência do crescimento mais forte da atividade e do deflator do Produto Interno Bruto (PIB) na queda da dívida bruta; nível de endividamento

público ainda alto em relação aos emergentes; necessidade de equilibrar as contas públicas; e importância das reformas.

No entanto, o ritmo que a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da covid impôs ao Senado atrapalhou não somente a sabatina de Fernanda, mas toda a sessão da CAE. Em aproximadamente duas horas, os membros da comissão sabatinaram e votaram os nomes de Fernanda e de outros indicados pelo governo federal a cargos no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e na Instituição Fiscal Independente (IFI). Assim, sobrou pouco tempo para a indicada ao BC discorrer sobre como enxerga a conjuntura econômica. Depois de uma fala inicial, ela respondeu a duas perguntas - nenhuma sobre o cenário externo, justamente em um momento em que o tema pode ganhar mais peso nos debates sobre inflação.

O próprio Copom afirmou na ata mais recente que “as últimas divulgações de inflação surpreenderam [para cima] em vários países, tanto desenvolvidos quanto emergentes”. Também disse que “novas discussões sobre o risco de um aumento duradouro da inflação nos Estados Unidos podem tornar o ambiente para as economias emergentes desafiador”.

A respeito da conjuntura brasileira, chamou ainda a atenção a afirmação feita por Fernanda em sua fala inicial de que o BC “vem tendo sucesso em perseguir as metas de inflação” nos últimos anos, “usando as bandas em torno da meta para acomodar

choques de preços inesperados e evitar volatilidade excessiva na economia". De fato, a última vez em que a inflação ficou fora das bandas foi em 2017.

Mas neste ano o quadro provavelmente será diferente. A meta de inflação para 2021 é 3,75%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos. No acumulado de 12 meses até maio, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) estava em 8,06%. O próprio BC calcula que o indicador chegará a 8,5% em agosto, para depois cair.

No entanto, a autoridade monetária também projeta que há 74% de chance de a trajetória de preços ficar acima do teto da meta neste ano - ou seja, superar 5,25%. Além disso, no Boletim Focus divulgado na segunda-feira, a estimativa mediana das cinco instituições financeiras e consultorias que mais acertam as suas projeções (o Top 5 de médio prazo) era de 6,11%. Vale destacar que, dada a defasagem dos impactos de mudanças na taxa básica de juros sobre a atividade econômica e a inflação, o Copom mira atualmente apenas a meta de inflação de 2022.

As ligações de Fernanda com o BC não são de hoje, mesmo que tenham sido indiretas até aqui. Ela foi orientada na tese de doutorado justamente por um ex-diretor de assuntos internacionais da autoridade monetária: Tiago Berriel, atualmente economista-chefe do BTG Pactual Asset Management. No mestrado, a orientação foi de Eduardo Loyo, sócio do BTG Pactual e também ex-diretor do BC.

Como o próximo período de silêncio de Copom só terá início no dia 28, caso o plenário do Senado confirme em breve a nomeação de Fernanda haverá algum tempo para os agentes conhecerem a opinião da provável nova diretora de assuntos internacionais do BC sobre o cenário externo.

 COMENTÁRIOS

---

Mais do Valor **Econômico**

## Comissão pede que Guedes seja denunciado

Ministro da Economia faltou a convocação para explicar “distorções bilionárias” na Previdência dos militares

Por Raphael Di Cunto e Edna Simão — De Brasília

07/07/2021 05h01 · Atualizado há 6 horas

---

A Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados aprovou ontem, por unanimidade, envio de ofício à Procuradoria-Geral da República (PGR) para que o ministro da Economia, Paulo Guedes, seja denunciado por crime de responsabilidade por faltar à convocação para explicar as “distorções bilionárias” na Previdência dos militares.

Caberá à procuradoria apurar a conduta e fazer a denúncia ao Supremo Tribunal Federal (STF). A Constituição determina que configura crime de responsabilidade

(passível de impeachment) o não comparecimento por ministros convocados pelas comissões da Câmara e do Senado sem justificativa adequada.

Os deputados julgaram inadequadas as justificativas de Guedes para faltar à comissão na semana passada. Estava marcada audiência pública com ele na quarta-feira, mas o ministério enviou ofício às 21h do dia anterior para avisar que o ministro não iria porque acompanharia o julgamento das contas do governo pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

O ministério negou, em nota, que Guedes tenha cometido crime e disse que os deputados foram avisados previamente. “Inexiste, portanto, qualquer possibilidade de haver crime de responsabilidade no caso, porque a ausência do ministro estava devida e previamente justificada”.

Já para o deputado Elias Vaz (PSB-GO), “ficou claro” que Guedes, além de “atitude desrespeitosa” com o Parlamento, cometeu um crime ao não respeitar o prazo de 30 dias para prestar esclarecimentos quando convocado. “Entendo que é muito importante essa iniciativa para que esta Casa tenha uma resposta a esse tipo de comportamento”, disse. Sem nenhum governista na comissão, a proposta do deputado Vanderlei Macris (PSDB-SP) foi votada sem manifestações contrárias.

Além disso, a comissão aprovou requerimento de nova convocação do ministro para falar de todos os temas relacionados à economia. Guedes deve participar de

audiência pública no colegiado hoje, às 9h, e poderia utilizar a previsão regimental de falar apenas do assunto sobre o qual foi convocado, a Previdência dos militares. O presidente da comissão, deputado Aureo Ribeiro (Solidariedade-RJ), disse que se Guedes se recusar a falar de outros assuntos, ele utilizará essa convocação para marcar outra audiência pública com o ministro.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

---

LINK PATROCINADO

**Garanta a sua enquanto há estoque disponível**

KNEE ELITE

LINK PATROCINADO

**Conheça as novas máscaras recomendadas atualmente**

LOJA INTERATIVO

LINK PATROCINADO

**Taxa a partir de 0,78% ao mês!**

MERCEDES-BENZ VANS

LINK PATROCINADO

**Mulher de Salvador perde peso em tempo recorde e ganha confiança de volta. Confira!**

SIBRA MAX

LINK PATROCINADO

**Saiba porquê os homens de Salvador estão comprando essa bota**

BOTA CATERPILLAR

LINK PATROCINADO

**Mau hálito ficou no passado graças a essa nova invenção!**

POWERJET



COMENTÁRIOS

---

Mais do Valor **Econômico**

## **Barsi defende tributar venda de ações**

Megainvestidor relata ter feito périplo para tentar, em vão, apresentar ao governo sugestão de reforma alternativa

Por Sérgio Tauhata — De São Paulo

07/07/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

---



A proposta de tributação de dividendos traz um sabor amargo para o veterano investidor Luiz Barsi. Com mais de cinco décadas de experiência na bolsa de valores, o economista - que atualmente é o presidente do Conselho Regional de Economia em São Paulo (Corecon-SP) - fez justamente dos proventos distribuídos pelas companhias um dos pilares de sua famosa estratégia conhecida no mercado como “carteira previdenciária”, que lhe ajudou a amedidar um patrimônio bilionário ao longo dos anos.

Barsi argumenta que o governo tem opções para melhorar a arrecadação antes de começar a taxar os dividendos. O economista conta ter elaborado uma proposta que tentou levar a diversos órgãos sem sucesso. “A gente tem aqui estruturado, como se fosse um projeto que, lamentavelmente o ministro da Infraestrutura [Tarcísio de Freitas] não quis ouvir. Aí fomos tentar falar com o secretário da Receita Federal, que também não deu bola. Tentamos o ministro [da Economia] Paulo Guedes, mas a equipe bloqueia o acesso a ele. Tentamos o [presidente do Sebrae] Guilherme Afif Domingos, mas também não deu certo.”

Para Barsi, “o governo está tentando tributar dividendos, enquanto deveria tributar a especulação”. A proposta do presidente do Corecon-SP prevê que a apuração do lucro na negociação de ações por investidores individuais ocorra apenas

anualmente para simplificar o cálculo e atrair mais pessoas físicas para a base da bolsa. “É importante para o mercado criar uma coletividade de investidores individuais.”

De acordo com o economista, a principal mudança, com potencial de arrecadar mais do que a taxa de dividendos, seria uma equalização de condições de recolhimento entre pessoas físicas e fundos de investimento na tributação de compra e venda de ações. Na visão de Barsi, os fundos também deveriam pagar 15% de imposto mensalmente no ganho de capital com renda variável. Nas regras atuais, os portfólios de gestoras podem negociar ações livremente e a apuração do imposto, na alíquota de 15%, ocorre quando há ganho de capital na negociação de cotas.

O megainvestidor defende ainda uma terceira mudança, mas com um perfil mais radical: uma tributação, à alíquota de 10%, de todas as vendas de ações com apuração diária. “A bolsa hoje privilegia negócios de curtíssimo prazo e esse capital especulativo não traz nada de bom para o mercado”, afirma. Nos cálculos de Barsi, essa cobrança traria mais de R\$ 2 bilhões por dia de arrecadação. O economista acredita que, embora pudesse ter um impacto negativo sobre o fluxo de recursos para a renda variável no curto prazo, ao longo do tempo, o mercado se ajustaria.

“Tributar dividendos vai desestimular os investidores a montar posição aqui no Brasil”, diz. “Cobrar o imposto sobre a venda das ações significa impedir que a

especulação fique à margem da tributação”, afirma. Barsi cita ainda o uso de algoritmos de alta frequência e o aluguel de ações como mecanismos que criam distorções no mercado. Ele critica a atual “onda” de aberturas de capital (IPOs, na sigla em inglês). Para o investidor veterano, há muitas operações que têm privilegiado a oferta secundária de ações, quando os recursos vão para o bolso dos acionistas vendedores. “Essas empresas têm menos futuro do que aquelas aberturas que privilegiam as ofertas primárias, quando o recuso vai para a companhia.”

 COMENTÁRIOS

---

## Mais do Valor **Econômico**

### **Variante delta eleva número de casos de covid-19 em Paris**

07/07/2021 10:43 — Em Mundo

### **À CPI, ex-diretor da Saúde diz que pediu a Pazuello para ser indicado à Anvisa**

Roberto Dias afirmou que Pazuello acatou o pedido e encaminhou ao presidente Jair Bolsonaro, que fez a indicação em outubro de 2020

# Bancos veem capital e crédito mais caros após reforma

Proposta eleva carga tributária e reduz competitividade, segundo executivos do setor

Por Sérgio Tauhata e Talita Moreira — De São Paulo

07/07/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

A proposta de reforma do imposto de renda apresentada pelo governo caiu mal entre os bancos, que veem aumento do custo de capital e de crédito com as mudanças. As instituições financeiras serão diretamente afetadas pela tributação dos dividendos e o fim dos juros sobre o capital próprio (JCP), mas a insatisfação vai além disso. Executivos ouvidos pelo **Valor** sob a condição de anonimato afirmam que, do jeito que está, o texto vai afastar investimento produtivo e causar grandes danos à economia no longo prazo.

Os bancos, assim como grande parte das associações empresariais, vinham defendendo uma reforma sem grandes invenções, que simplificasse a estrutura tributária do país. No entanto, veem no texto apresentado pelo governo o oposto. Sinal disso é que algumas das principais instituições financeiras do país criaram comitês internos para entender as implicações da proposta. Em pauta, estão não só os impactos sobre os resultados, mas também sobre os clientes com investimentos ou beneficiados pelas faixas de isenção.

## **A outra forma pela qual os bancos temem ser afetados é indireta, por meio de uma piora no ambiente de negócios**

Embora a questão ainda esteja em estudo, a sensação é de que a reforma “passa do ponto”, segundo um alto executivo de um grande banco. Para ele, a proposta tem “apelo populista” e foi desenhada para combater o que chama de “efeito Lula” - uma eleição mais difícil e polarizada entre Jair Bolsonaro e o ex-presidente petista. Isso porque amplia a faixa de isenção de pessoas físicas.

Uma proposta ruim já era previsível, mas o texto levado ao Congresso é muito pior, diz outro graduado executivo de um dos maiores bancos do país. E é no Legislativo que o setor espera virar o jogo. A expectativa é que o projeto de lei seja modificado e é para isso que os bancos já vêm se movimentando. “O Congresso entende a realidade e o Planalto vive num mundo à parte”, diz a fonte.

Não por acaso, os bancos já vinham em trajetória de aproximação com os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG). Em eventos com ambos promovidos pela Febraban alguns meses atrás, os banqueiros ouviram dos parlamentares que se empenhariam para o andamento das reformas.

A proposta afeta o setor de duas maneiras principais. Uma delas é na veia, com a tributação dos dividendos e o fim da dedutibilidade do JCP. As instituições financeiras são grandes pagadoras de dividendos, e usam em abundância os juros sobre o capital próprio, o que ajuda a melhorar seus resultados.

Um estudo do Bradesco BBI concluiu que, potencialmente, a dedutibilidade do JCP seria responsável por 13% do lucro líquido recorrente em 12 meses dos bancos brasileiros. "(...) De acordo com nossos cálculos, os potenciais benefícios fiscais do Banrisul e do ABC Brasil representariam 19% de seus lucros líquidos recorrentes nos próximos 12 meses, seguidos pelo Banco do Brasil (14%), Santander Brasil (13%) e Itaú (11%)", dizem os analistas da casa no levantamento.

A outra forma pela qual os bancos temem ser afetados é indireta, por meio de uma piora no ambiente de negócios. A reforma, observa um interlocutor, alivia a tributação dos chamados "rentistas" (investidores da renda fixa) e penaliza o investidor de empresas. Mas esse é apenas um dos efeitos negativos. Para essa fonte, "vai destruir o mercado imobiliário" e afugentar empresas estrangeiras. "As multinacionais vão embora e as que estavam pensando em vir vão engavetar os planos", afirma.

Para outro alto executivo de um dos maiores bancos do país, com o fim da dedutibilidade do JCP "passa ser mais barato do ponto de vista tributário usar dívida do que capital, ou seja, incentiva descapitalização". O executivo usa o exemplo de uma siderúrgica, atividade intensiva em capital. "Se fosse montar uma empresa do gênero, o grosso do financiamento é com capital próprio. Esses investimentos têm prazo longo e incerto e são investimentos tipicamente de capital e, ao desincentivar isso, desincentiva a figura do patrimônio, do capital próprio uma questão importante para que ocorra esse investimento de longo prazo."

Para essa fonte, a medida terá consequências nocivas para os setores de tecnologia e indústria. “Nos tornamos uma economia só de commodities, de curto prazo, da mão para a boca.”

Os bancos não estão sozinhos nessa leitura. A Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca) fez alerta semelhante em comunicado após a divulgação da proposta, no fim de junho. “As empresas tenderão a buscar dinheiro em outras fontes que não o mercado de capitais, gerando maior busca por recursos que vão aumentar os juros. A proposta aumenta o custo Brasil, com reflexos inflacionários diretamente no bolso do brasileiro”, afirmou.

O executivo da instituição alerta que haverá um efeito nocivo sobre o “spread” bancário. “Dentro do spread tem uma composição relevante de custos e os impostos fazem parte dos custos, que representam mais de 80% da carga. Isso gera um efeito maléfico à economia”, diz. Na prática, pode aumentar as taxas de juros do crédito.

Um aumento da carga tributária já havia sido apontado pelo setor no ano passado, quando foi apresentada a primeira fase da reforma, unificando PIS e Cofins. Sozinha, essa mudança “traz um acréscimo de R\$ 6 bilhões de arrecadação anual sobre o setor financeiro”, afirma uma das fontes.

No fim de junho, a Câmara também aprovou a medida provisória que elevou de 20% para 25% a CSLL incidente sobre bancos. A alíquota volta para 20% no ano que vem.

A taxação de dividendos é um ponto particularmente sensível para os bancos, embora nem todos os executivos sejam contrários à ideia. O governo propôs uma alíquota de 20% sobre os dividendos e a redução do imposto de renda sobre pessoa jurídica de 25% para 20%, escalonada em dois anos. O ministro da Economia, Paulo Guedes, já disse que “o mundo” tributa a distribuição de lucros e negou que haverá aumento da carga sobre as empresas. “A gente se surpreende com a inocência de certos argumentos, de que não tem nada de novo na tributação de dividendos”, diz um executivo de banco.

Segundo esse interlocutor, a tributação vai recair não só sobre pessoas físicas, mas também nos dividendos intragrupo. “Muitas vezes precisamos estruturas separadas em uma holding por conta de regulação, por exemplo, que impede um CNPJ que atua em um segmento fazer negócios em outros. Várias holdings recebem dividendo e investem em outras empresas do mesmo grupo.”

A proposta teria perdido ainda a oportunidade de mudar uma assimetria em relação à tributação de subsidiárias brasileiras no exterior. “Somos obrigados a pegar todos os lucros das subsidiárias no exterior a cada ano e adicionamos os valores para tributação no Brasil, independentemente das regras fiscais do país em que estão.”

Esse é um dos principais motivos pelos quais os bancos brasileiros não deram continuidade a seus planos de internacionalização. O Itaú Unibanco foi o que mais avançou no processo e tem uma operação relevante na América Latina. Porém, alguns dos principais executivos do banco já afirmaram publicamente que voltariam a olhar ativos no exterior se houvesse redução da carga tributária.

Outro aspecto negativo do projeto para aquisições, segundo os interlocutores, é o fim do benefício da amortização do ágio que possibilita às empresas que pagaram o valor excedente em uma aquisição recuperar parte do sobrepreço pago. “Desincentiva a criação de multinacionais brasileiras”, afirma um deles. O tributarista Caio Augusto Takano aponta que o fim da dedutibilidade “vai aumentar o valor de qualquer operação societária”.

A Abrasca também havia alertado sobre o efeito de afastar investidores. “(...) A proposta implicará aumento de impostos e prejuízo à captação de investimentos, num momento crucial em que o país necessita atrair capital e manter sua competitividade”, destacou.

Procuradas, a Febraban e a Associação Brasileira de Bancos (ABBC) não comentaram o assunto.

---